Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022 8

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021 9

Demonstração de Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022 19

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021 20

Demonstração de Valor Adicionado 21

Comentário do Desempenho 22

Notas Explicativas 32

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 136

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 144

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 146

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 147

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	566.037
Preferenciais	1.127.325
Total	1.693.362
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	651
Total	651

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	24.123.136	22.619.454
1.01	Ativo Circulante	2.546.977	2.446.495
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	124.386	26.692
1.01.02	Aplicações Financeiras	293.237	431.222
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	261.721	251.187
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	261.721	251.187
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	31.516	180.035
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	31.516	180.035
1.01.03	Contas a Receber	2.115.331	1.977.946
1.01.03.01	Clientes	151.108	157.368
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores e concessionários - Transporte de energia	151.108	157.368
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.964.223	1.820.578
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	1.964.223	1.820.578
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.023	10.635
1.01.08.03	Outros	14.023	10.635
1.01.08.03.03	Tributos Compensáveis	1.108	1.088
1.01.08.03.20	Outros	12.915	9.547
1.02	Ativo Não Circulante	21.576.159	20.172.959
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.142.632	1.987.033
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	57.372	88.383
1.02.01.04	Contas a Receber	14.604	13.366
1.02.01.04.02	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	1.238	0
1.02.01.04.03	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	13.366	13.366
1.02.01.07	Tributos Diferidos	835.159	802.270
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	835.159	802.270
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.235.497	1.083.014
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados a Lítigios	309.949	307.651
1.02.01.10.04	Tributos Compensáveis	506.606	502.452
1.02.01.10.05	Imposto de renda e Contribuição Social a Recuperar	256.653	245.850
1.02.01.10.06	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	2.029	2.050
1.02.01.10.20	Outros Créditos	160.260	25.011
1.02.02	Investimentos	19.431.081	18.183.135
1.02.02.01	Participações Societárias	19.431.081	18.183.135
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	15.275	15.750
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	17.711.607	16.582.729
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.704.199	1.584.656
1.02.03	Imobilizado	1.325	1.411
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.325	1.411
1.02.04	Intangível	1.121	1.380
1.02.04.01	Intangíveis	1.121	1.380
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.121	1.380

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	24.123.136	22.619.454
2.01	Passivo Circulante	2.488.388	2.220.330
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.412	12.596
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.412	12.596
2.01.02	Fornecedores	83.953	64.682
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	83.953	64.682
2.01.03	Obrigações Fiscais	155.333	132.764
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	152.313	130.148
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	112.348	0
2.01.03.01.02	COFINS	12.021	30.030
2.01.03.01.03	PASEP	2.595	6.496
2.01.03.01.04	INSS	1.803	1.940
2.01.03.01.05	Outros	23.546	91.682
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.020	2.616
2.01.03.02.01	ICMS	3.020	2.616
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	53.830	52.430
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	53.830	52.430
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	53.830	52.430
2.01.05	Outras Obrigações	2.183.860	1.957.858
2.01.05.02	Outros	2.183.860	1.957.858
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.129.053	1.911.250
2.01.05.02.05	Participações no Lucro	14.882	11.126
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	27.348	26.917
2.01.05.02.08	Outros	12.300	8.288
2.01.05.02.09	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	277	277
2.02	Passivo Não Circulante	967.755	942.713
2.02.02	Outras Obrigações	718.816	705.718
2.02.02.02	Outros	718.816	705.718
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	710.251	697.149
2.02.02.02.04	Outros	1.970	1.970
2.02.02.02.05	Encargos regulatórios	4.624	4.624
2.02.02.02.07	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	1.971	1.975
2.02.04	Provisões	248.939	236.995
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	236.291	224.438
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	186.788	177.722
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	44.321	43.075
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.182	3.641
2.02.04.02	Outras Provisões	12.648	12.557
2.02.04.02.04	Regulatórios	11.467	11.166
2.02.04.02.05	Outros	1.181	1.391
2.03	Patrimônio Líquido	20.666.993	19.456.411
2.03.01	Capital Social Realizado	8.466.810	8.466.810
2.03.02	Reservas de Capital	2.249.721	2.249.721
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.362
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	10.948.094	10.948.094
2.03.04.01	Reserva Legal	1.181.837	1.181.837
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.215
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	834.603	834.603
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.330.512	7.330.512
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	1.419.846	1.419.846
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.081	124.081
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.213.572	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.211.204	-2.208.214

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	286.555	83
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-238.162	0
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-238.162	0
3.03	Resultado Bruto	48.393	83
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.360.693	340.942
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.843	-19.929
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	108.550
3.04.04.02	Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	0	108.550
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32.581	-21.191
3.04.05.02	Despesas com Provisões Operacionais	-14.783	-10.200
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-17.798	-10.991
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.404.117	273.512
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.409.086	341.025
3.06	Resultado Financeiro	13.214	1.435
3.06.01	Receitas Financeiras	15.409	3.250
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.195	-1.815
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.422.300	342.460
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	32.889	79.572
3.08.02	Diferido	32.889	79.572
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.455.189	422.032
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.455.189	422.032
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,66	0,2
3.99.01.02	PN	0,66	0,2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,66	0,2
3.99.02.02	PN	0,66	0,2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	1.455.189	422.032
4.02	Outros Resultados Abrangentes	393	169
4.02.03	Outros resultados abrangentes	393	169
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.455.582	422.201

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-64.203	-14.045
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.117	-17.368
6.01.01.01	Resultado do Exercício	1.455.189	422.032
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-32.889	-79.572
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	394	451
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.404.117	-273.512
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias	-5.596	-1.470
6.01.01.06	Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	0	55
6.01.01.07	Provisões Operacionais e perdas estimadas	14.783	10.200
6.01.01.09	Obrigações pós-emprego	19.353	12.998
6.01.01.13	Ganho de capital apurado com a venda de ativo mantido para venda	0	-108.550
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-111.305	3.324
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e concessionários de energia	5.022	0
6.01.02.02	Tributos compensáveis	-20	2.889
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	121.126	86.668
6.01.02.04	Depósitos vinculados a litígios	609	-1.405
6.01.02.05	Dividendos recebidos	351	0
6.01.02.06	Fornecedores	19.271	-433
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-112.931	-78.829
6.01.02.08	Salários e contribuições sociais	-1.184	-1.342
6.01.02.10	Obrigações pós-emprego	-5.820	-5.274
6.01.02.11	Outros	-137.729	1.050
6.01.03	Outros	-15	-1
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-13	0
6.01.03.03	Juros sobre arrendamento	-2	-1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	161.969	1.369.420
6.02.01	Em Investimentos - Aporte em Investidas	-7.000	-12.558
6.02.03	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	168.996	15.418
6.02.06	Em Intangível	-30	-30
6.02.07	Alienação de participação societária	0	1.366.592
6.02.08	Fundo Vinculados	3	-2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-72	-75
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos pagos a acionista controlador	0	-5
6.03.05	Arrendamentos pagos	-72	-70
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	97.694	1.355.300
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.692	422.647
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	124.386	1.777.947

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-245.000	0	-245.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.455.189	393	1.455.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.455.189	0	1.455.189
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	393	393
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.383	-3.383	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.383	-3.383	0
5.07	Saldos Finais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	1.213.572	-2.211.204	20.666.993

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.032	169	422.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.032	0	422.032
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	169	169
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	169	169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.153	-4.153	0
5.06.04	Realização do custo atríbuido de imobilizado	0	0	0	4.153	-4.153	0
5.07	Saldos Finais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	426.185	-2.435.407	17.894.867

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	325.207	91
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	324.996	91
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	211	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-276.057	88.917
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-262.437	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.440	-8.481
7.02.04	Outros	-10.180	97.398
7.03	Valor Adicionado Bruto	49.150	89.008
7.04	Retenções	-394	-451
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-394	-451
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	48.756	88.557
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.419.525	276.762
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.404.116	273.512
7.06.02	Receitas Financeiras	15.409	3.250
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.468.281	365.319
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.468.281	365.319
7.08.01	Pessoal	28.109	19.490
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.125	6.290
7.08.01.02	Benefícios	19.509	12.787
7.08.01.03	F.G.T.S.	475	413
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-17.220	-78.028
7.08.02.01	Federais	-26.661	-78.381
7.08.02.02	Estaduais	9.264	349
7.08.02.03	Municipais	177	4
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.203	1.825
7.08.03.01	Juros	2.195	1.815
7.08.03.02	Aluguéis	8	10
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.455.189	422.032
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.455.189	422.032

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	51.067.392	52.045.808
1.01	Ativo Circulante	12.533.758	12.949.150
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.409.372	825.208
1.01.02	Aplicações Financeiras	975.334	1.724.088
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	891.419	1.003.305
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	891.419	1.003.305
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	83.915	720.783
1.01.02.03.01	Títulos para Negociação	83.915	720.783
1.01.03	Contas a Receber	5.026.978	4.765.072
1.01.03.01	Clientes	4.796.738	4.429.883
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	4.796.738	4.429.883
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	230.240	335.189
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	230.240	335.189
1.01.06	Tributos a Recuperar	465.150	698.914
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	465.150	698.914
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recupera	465.150	698.914
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.656.924	4.935.868
1.01.08.03	Outros	4.656.924	4.935.868
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro e setoriais da Concessão	1.340.337	1.504.666
1.01.08.03.05	Subsídios Tarifários	101.961	291.896
1.01.08.03.10	Ativos Contratuais	638.210	599.692
1.01.08.03.12	Contribuição de iluminação pública	247.276	233.309
1.01.08.03.13	Tributos Compensáveis	1.901.020	1.968.979
1.01.08.03.20	Outros créditos	428.120	337.326
1.02	Ativo Não Circulante	38.533.634	39.096.658
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.727.917	18.618.146
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	190.527	353.730
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	190.527	353.730
1.02.01.04	Contas a Receber	63.126	64.906
1.02.01.04.01	Clientes	49.760	51.540
1.02.01.04.03	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	13.366	13.366
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.524.598	2.464.734
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.524.598	2.464.734
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.949.666	15.734.776
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	1.735.313	1.997.285
1.02.01.10.04	Depósitos Vinculados a Litígios	1.195.649	1.155.169
1.02.01.10.05	Ativos Financeiros e Setoriais da Concessão	4.591.689	4.969.400
1.02.01.10.06	Imposto de Renda e Conribuição Social a Recuperar	327.478	315.405
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	866.223	1.219.176
1.02.01.10.08	Ativos de Contrato	5.949.114	5.780.316
1.02.01.10.09	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	211.215	225.593
1.02.01.10.20	Outros Créditos	72.985	72.432
1.02.02	Investimentos	5.404.409	5.105.926
1.02.02.01	Participações Societárias	5.404.409	5.105.926
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	15.275	15.750

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	5.389.134	5.090.176
1.02.03	Imobilizado	2.389.491	2.419.269
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.082.513	2.113.420
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	306.978	305.849
1.02.04	Intangível	13.011.817	12.953.317
1.02.04.01	Intangíveis	13.011.817	12.953.317
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.011.817	12.953.317

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	51.067.392	52.045.808
2.01	Passivo Circulante	9.652.870	10.687.593
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	207.030	225.189
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	207.030	225.189
2.01.02	Fornecedores	2.242.655	2.683.343
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.242.655	2.683.343
2.01.03	Obrigações Fiscais	651.320	718.098
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	499.123	594.170
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	184.834	190.002
2.01.03.01.02	COFINS	166.761	166.482
2.01.03.01.03	PASEP	36.250	36.180
2.01.03.01.04	INSS	35.945	36.178
2.01.03.01.05	Outros	75.333	165.328
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	152.197	123.928
2.01.03.02.01	ICMS	152.197	123.928
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.121.332	1.465.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	221.778	97.870
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	57.078	55.697
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	164.700	42.173
2.01.04.02	Debêntures	899.554	1.367.263
2.01.05	Outras Obrigações	5.430.533	5.595.830
2.01.05.02	Outros	5.430.533	5.595.830
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.130.995	1.909.050
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	491.293	610.695
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	176.329	136.580
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	352.358	346.733
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	810.231	776.275
2.01.05.02.09	Opções de Venda SAAG	663.719	636.292
2.01.05.02.10	Passivo Financeiro da Concessão	1.466	51.359
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros	109.824	6.130
2.01.05.02.13	Arrendamento	50.599	61.586
2.01.05.02.14	Contribuição de Iluminação pública	376.412	357.105
2.01.05.02.15	PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	267.307	704.025
2.02	Passivo Não Circulante	20.741.894	21.896.450
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.728.364	9.898.830
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.719.355	5.561.304
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.572	2.380
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.717.783	5.558.924
2.02.01.02	Debêntures	4.009.009	4.337.526
2.02.02	Outras Obrigações	9.133.986	9.146.393
2.02.02.02	Outros	9.133.986	9.146.393
2.02.02.02.04	Obrigações Pós-Emprego	5.908.924	5.857.941
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	84.310	204.623
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	242.488	240.793
2.02.02.02.07	Impostos Taxas e Contribuições	350.819	341.689
2.02.02.02.12	PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.366.849	2.318.910

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.13	Arrendamento	180.596	182.437
2.02.03	Tributos Diferidos	941.956	962.255
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	941.956	962.255
2.02.04	Provisões	1.937.588	1.888.972
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.863.582	1.818.220
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.327.907	1.295.661
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	413.115	403.934
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	73.459	70.783
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	49.101	47.842
2.02.04.02	Outras Provisões	74.006	70.752
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	82	79
2.02.04.02.05	Outras Provisões	73.924	70.673
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	20.672.628	19.461.765
2.03.01	Capital Social Realizado	8.466.810	8.466.810
2.03.02	Reservas de Capital	2.249.721	2.249.721
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.362
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	10.948.094	10.948.094
2.03.04.01	Reserva Legal	1.181.837	1.181.837
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.215
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	834.603	834.603
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.330.512	7.330.512
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.081	124.081
2.03.04.10	Reserva Obrigatória - Dividendos não Distribuídos	1.419.846	1.419.846
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.213.572	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.211.204	-2.208.214
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-2.211.204	-2.208.214
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	5.635	5.354

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.847.448	7.110.741
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.879.237	-5.327.917
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.103.382	-3.108.114
3.02.02	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-868.532	-746.312
3.02.03	Gás Comprado para Revenda	-563.781	-387.525
3.02.04	Pessoal e Administradores	-215.344	-222.210
3.02.07	Materiais, Matéria Prima e Insumos	-10.969	-12.073
3.02.08	Serviços de Terceiros	-278.201	-269.029
3.02.09	Depreciação e Amortização	-257.482	-214.379
3.02.10	Provisões Operacionais	-76.317	4.982
3.02.12	Outras	-13.967	-24.882
3.02.13	Custo de Construção	-491.262	-348.375
3.03	Resultado Bruto	1.968.211	1.782.824
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-335.307	-175.926
3.04.01	Despesas com Vendas	-43.092	-43.153
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-227.718	-205.265
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	114.366
3.04.04.01	Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas	0	5.816
3.04.04.03	Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	0	108.550
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-248.925	-160.561
3.04.05.01	Despesas com Provisões Operacionais	-43.921	13.967
3.04.05.02	Outras	-205.004	-174.528
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	184.428	118.687
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.632.904	1.606.898
3.06	Resultado Financeiro	314.163	-1.265.220
3.06.01	Receitas Financeiras	1.109.025	154.415
3.06.02	Despesas Financeiras	-794.862	-1.419.635
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.947.067	341.678
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-491.496	80.673
3.08.01	Corrente	-573.914	-263.706
3.08.02	Diferido	82.418	344.379
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.455.571	422.351
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.455.571	422.351
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.455.189	422.032
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	382	319
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,66	0,2
3.99.01.02	ON	0,66	0,2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,66	0,2
3.99.02.02	ON	0,66	0,2

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.455.571	422.351
4.02	Outros Resultados Abrangentes	393	169
4.02.03	Outros resultados abrangentes	393	169
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.455.964	422.520
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.455.582	422.201
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	382	319

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	976.972	765.034
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.549.245	801.372
6.01.01.01	Resultado do Exercício	1.455.571	422.351
6.01.01.02	Impostos de Renda e Contribuição Social	-82.418	-344.379
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	283.909	238.431
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	7.944	14.444
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-184.428	-118.687
6.01.01.06	Ganho de capital apurado com a venda de ativo mantido para venda	0	-108.550
6.01.01.08	Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	-360.971	-296.107
6.01.01.09	Juros e variações monetárias	-615.839	1.171.219
6.01.01.10	Ajustes decorrentes da Revisão Periódica da RAP	0	-6.036
6.01.01.11	Amortização de custo da transação de empréstimo e financiamentos	1.600	4.137
6.01.01.12	Provisões Operacionais e perdas estimadas	163.330	24.204
6.01.01.13	Variação do valor justo de instrumentos financeiros - swap	456.647	187.348
6.01.01.14	Restituição à consumidores de créditos de PIS/Pasep e Cofins	-436.718	-178.373
6.01.01.15	Conta de compensação de variação de valores de itens da	700.107	-338.907
6.01.01.16	Obrigações pós-emprego	167.520	125.059
6.01.01.19	Outros	-7.009	5.218
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-373.266	149.616
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e concessionários de energia	-408.167	39.436
6.01.02.03	Tributos compensáveis	259.715	75.368
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-148.888	3.450
6.01.02.05	Depósitos vinculados a litígios	-25.595	-48.164
6.01.02.06	Dividendos recebidos	0	970
6.01.02.07	Ativos financeiros e de contrato da concessão	155.765	220.540
6.01.02.12	Fornecedores	-440.688	-401.546
6.01.02.13	Impostos, taxas e contribuições	171.815	235.181
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social a pagar	568.746	200.177
6.01.02.15	Salários e contribuições sociais	-18.159	-22.307
6.01.02.16	Encargos regulatórios	-239.715	-22.769
6.01.02.18	Obrigações pós-emprego	-110.912	-99.583
6.01.02.19	PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	-274.135	0
6.01.02.20	Outros	136.952	-31.137
6.01.03	Outros	-199.007	-185.954
6.01.03.01	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	-140.990	-154.673
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-57.686	-30.986
6.01.03.03	Juros sobre arrendamentos	-331	-295
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	455.594	2.276.369
6.02.01	Em Investimentos	0	-12.558
6.02.02	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	911.957	1.276.371
6.02.04	Em Imobilizado	-12.181	-27.791
6.02.05	Em Intangível	-14.775	-9.076
6.02.06	Em ativos de contrato - infraestrutura de distribuição e gás	-418.905	-317.395

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.02.07	Fundos Vinculados	-10.502	226
6.02.10	Alienação de participação societária	0	1.366.592
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-848.402	-1.389.389
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-829.673	-1.372.571
6.03.03	Arrendamentos pagos	-18.729	-16.813
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	0	-5
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	584.164	1.652.014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	825.208	1.680.397
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.409.372	3.332.411

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411	5.354	19.461.765
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411	5.354	19.461.765
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-245.000	0	-245.000	-101	-245.101
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000	0	-245.000
5.04.08	Participação de acionista não controlador	0	0	0	0	0	0	-101	-101
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.455.189	393	1.455.582	382	1.455.964
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.455.189	0	1.455.189	382	1.455.571
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	393	393	0	393
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.383	-3.383	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.383	-3.383	0	0	0
5.07	Saldos Finais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	1.213.572	-2.211.204	20.666.993	5.635	20.672.628

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666	4.682	17.477.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666	4.682	17.477.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-41	-41
5.04.08	Participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	-41	-41
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.032	169	422.201	319	422.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.032	0	422.032	319	422.351
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	169	169	0	169
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	169	169	0	169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.153	-4.153	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído de imobilizado	0	0	0	4.153	-4.153	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	426.185	-2.435.407	17.894.867	4.960	17.899.827

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	11.364.212	10.231.025
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.529.694	9.589.537
7.01.02	Outras Receitas	876.051	673.641
7.01.02.01	Receita de Construção de Distribuição	440.565	329.309
7.01.02.02	Receitra de Construção de Transmissão	68.395	22.451
7.01.02.05	Investimento em Imobilizado	23.819	22.473
7.01.02.06	Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	131.595	124.560
7.01.02.07	Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	19.732	10.906
7.01.02.08	Outras	0	651
7.01.02.09	Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	191.945	157.255
7.01.02.10	Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	0	6.036
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-41.533	-32.153
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.065.675	-5.373.129
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.327.803	-4.213.134
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.580.906	-1.194.924
7.02.04	Outros	-156.966	34.929
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-156.966	34.929
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.298.537	4.857.896
7.04	Retenções	-283.909	-238.431
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-283.909	-238.431
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.014.628	4.619.465
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.293.453	273.102
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	184.428	118.687
7.06.02	Receitas Financeiras	1.109.025	154.415
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.308.081	4.892.567
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.308.081	4.892.567
7.08.01	Pessoal	481.303	418.337
7.08.01.01	Remuneração Direta	273.003	262.135
7.08.01.02	Benefícios	191.799	140.890
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.501	15.312
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.565.143	2.625.239
7.08.02.01	Federais	1.773.326	1.028.075
7.08.02.02	Estaduais	1.787.179	1.594.162
7.08.02.03	Municipais	4.638	3.002
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	806.064	1.426.640
7.08.03.01	Juros	802.392	1.423.786
7.08.03.02	Aluguéis	3.672	2.854
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.455.571	422.351
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.455.189	422.032
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	382	319

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro líquido do período

A Cemig apresentou, no primeiro trimestre de 2022, um lucro líquido de R$1.455.571 em comparação a um lucro líquido de R$422.351 no mesmo período de 2021. às receitas com variação cambial da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e perdas no instrumento de hedge correspondente, que atingiu o resultado positivo de R$254.795 (líquido de tributos) no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao resultado negativo no montante de R$619.244 (líquido de tributos) no mesmo período de 2021.

As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

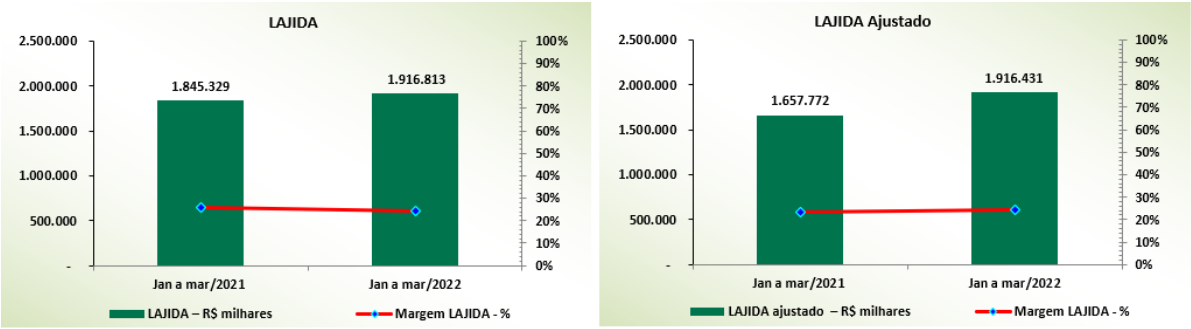
O Lajida consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 15,68% no primeiro trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período de 2021, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 23,31% para 24,43%. O Lajida consolidado, apresentou um aumento de 3,87% no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021, enquanto a sua margem passou de 25,95% no primeiro trimestre de 2021 para 24,43% no mesmo período de 2022.

Lajida - R$ mil	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Var %
Resultado do período	1.455.571	422.351	244,64%
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social	491.496	(80.673)	-
+ Resultado financeiro	(314.163)	1.265.220	-
+ Depreciação e amortização	283.909	238.431	19,07
= Lajida conforme "Instrução CVM 527" (1)	**1.916.813**	**1.845.329**	**3,87**
Efeitos não recorrentes e não caixa			
+ Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	(382)	(319)	(19,75)
+ Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido (nota 32)	-	(108.550)	-
+ Reversão de provisões tributárias	-	(78.688)	-
Lajida ajustado (2)	**1.916.431**	**1.657.772**	**15,60**

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

(2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, nãocontribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

Comentário do Desempenho



O aumento do Lajida no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021, decorre, principalmente do aumento na receita líquida de 10,36%, parcialmente compensado pelo aumento dos custos operacionais, menos depreciação e amortização, de 11,21%.

Os principais itens que afetaram as receitas no período são conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$8.304.056 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a R$6.951.837 no mesmo período de 2021, representando um crescimento de 19,45%. As principais variações que justifiquem o crescimento da receita com fornecimento bruto estão apresentadas abaixo:

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R$7.413.509 no primeiro trimestre de 2022 comparado a R$6.275.015 no mesmo período de 2021, representando um acréscimo de 18,14%.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no primeiro trimestre de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Mar/2022			Jan a Mar/2021			Variação %	
	MWh (2)	R$	Preço Médio MWh Faturado(R $/MWh) (1)	MWh (2)	R$	Preço Médio MWh Faturado(R $/MWh) (1)	MWh	R$
Residencial	2.841.768	3.115.806	1.096,43	2.875.007	2.659.585	925,07	**(1,16)**	**17,15**
Industrial	4.158.420	1.393.200	335,03	3.801.715	1.210.151	318,32	**9,38**	**15,13**
Comércio, serviços e outros	2.276.420	1.743.177	765,75	2.105.940	1.320.731	627,15	**8,10**	**31,99**
Rural	545.936	489.779	897,14	844.374	534.815	633,39	**(35,34)**	**(8,42)**
Poder público	204.191	179.314	878,17	186.717	137.104	734,29	**9,36**	**30,79**
Iluminação pública	285.011	167.372	587,25	355.356	211.955	596,46	**(19,80)**	**(21,03)**
Serviço público	339.958	246.977	726,49	347.115	194.880	561,43	**(2,06)**	**26,73**
Subtotal	**10.651.704**	**7.335.625**	**688,68**	**10.516.224**	**6.269.221**	**596,15**	**1,29**	**17,01**
Consumo Próprio	9.854	-	-	8.560	-	-	**15,12**	**-**
Fornecimento não faturado líquido	-	77.884	-	-	5.794	-		**1.244,22**
	10.661.558	**7.413.509**	**695,35**	**10.524.784**	**6.275.015**	**596,21**	**1,30**	**18,14**
Suprimento a outras concessionárias (3)	3.155.649	866.323	274,53	2.716.110	750.541	276,33	16,18	**15,43**
Suprimento não faturado líquido	-	24.224	-	-	(73.719)	-	-	**(132,86)**
Total	**13.817.207**	**8.304.056**	**600,99**	**13.240.894**	**6.951.837**	**525,03**	**4,35**	**19,45**

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
(2) Informações, em MWh, não examinadas pelos auditores independentes.
(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações que ocassionaram o aumento de 4,35% na quantidade de energia vendida foram:

- aumento de 8,92% na quantidade de energia vendida para os segmentos Industrial e Comercial, devido, principalmente, à efetivação de novos contratos de venda de energia com início de fornecimento em janeiro de 2022. Não obstante, justifica-se pelo aumento de 3,75% da energia faturada na classe de Comércio, serviços e outros, devido, principalmente, ao aumento de aproximadamente 21% no número de consumidores nesta classe, inclusive vindos das classes Rural e Serviços Públicos, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020. Esta resolução determinou a readequação de clientes que não realizassem seu recadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- aumento de 9,36% de energia faturada na classe do Poder público, principalmente, devido ao retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino e órgãos públicos, bem como pelo aumento no número de consumidores nesta classe, devido à migração de clientes das classes de Serviços Públicos e Rural para esta classe, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020;
- aumento no preço médio da energia faturada devido, principalmente, ao acionamento da bandeira tarifária de escassez hídrica, vigente desde setembro de 2021 até abril de 2022, a qual foi criada pela necessidade de enfrentamento do pior regime de chuvas dos últimos 91 anos – entre outubro de 2020 a abril de 2021, que causou um aumento dos custos de geração de energia por meio de fontes térmicas.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro trimestre de 2022, essa receita correspondeu ao montante de R$859.444, comparada a R$836.735 no mesmo período de 2021, o que representou aumento de 2%.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

No primeiro trimestre de 2022 foi reconhecida uma despesa no montante de R$700.107, em comparação ao reconhecimento de uma receita no montante de R$338.907 no mesmo período de 2021. Essa variação deve-se, principalmente, ao acionamento da bandeira escassez hídrica, vigente no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao acionamento da bandeira amarela no primeiro trimestre de 2021, somado à redução do custo com compra de energia no ambiente regulado.

Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT e Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R$83.787 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$89.162 no mesmo período de 2021, um redução de 6,03%;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R$68.395 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$22.451 no mesmo período de 2021, um aumento de 204,64%, em razão, principalmente, do aumento na realização da carteira de projetos de investimento em transmissão em linha com o aumento do custo de construção correspondente; e,

- Aumento de 22,06% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R$191.945 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$157.255 no mesmo período de 2021. Esse crescimento está associado, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 3,20% no primeiro trimestre de 2022 comparada a 2,05% no mesmo período de 2021, base para a remuneração do contrato 006/97. Além disso, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da ReH nº 2.852/2021 que definiu o componente financeiro para o contrato 006/97. O saldo devedor desse componente foi recalculado incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o "reperfilamento" dos pagamentos, nos termos da Resolução.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R$959.969 no primeiro trimestre de 2022 comparada a R$705.185 no mesmo período de 2021, um acréscimo de 36,13%. Esta variação decorre, basicamente, do reajuste pelo IGP-M na margem do gás natural e pelo aumento de 16,51% no número de consumidores no primeiro trimestre de 2022 comparado ao mesmo período de 2021.

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura dos segmentos de distribuição foram de R$429.503 no primeiro trimestre de 2022 comparadas a R$321.301 no mesmo período de 2021. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de distribuição, que se refere a atendimento urbano, reforma de redes, medição de energia e blindagem da receita, além do seguimento de subtransmissão, relativo à expansão e digitalização da Alta Tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

As receitas de construção do segmento de transmissão foram tratadas no tópico "Receitas de Concessão de Transmissão".

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R$501.358 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a R$412.862 no mesmo período de 2021, um aumento de 21,43%. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 26.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita operacional foram de R$3.534.478 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$3.123.277 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 13,17%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R$1.009.297 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$674.869 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 44,55%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo início da cobrança da conta CDE - Conta Covid em maio de 2021.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R$6.398.972 no primeiro trimestre de 2022 comparados a R$5.736.896 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 11,54%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 27.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do primeiro trimestre de 2022 foi uma despesa no montante de R$153.480, em comparação a uma despesa de R$106.683 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 43,87%. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento na taxa de desconto e na expectativa de inflação, os quais elevaram a projeção dos custos do pós-emprego para 2022.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R$380.996 no primeiro trimestre de 2022, comparada a R$342.434 no mesmo período de 2021, representando um crescimento de 11,26%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo:

- aumento de 74,46% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R$44.070 no primeiro trimestre de 2022, comparada a R$25.261 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre de novos contratos e investimentos em segurança da informação realizados no primeiro trimestre de 2022;
- aumento de 15,41% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo R$143.160 no primeiro trimestre de 2022, comparadas a R$124.042 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre da retomada dos serviços, após o reestabelecimento da suspensão do fornecimento por inadimplência para algumas classes de consumidores.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$3.103.382 no primeiro trimestre de 2022 comparada a R$3.108.114 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 0,15%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 19,17% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R$394.055 no primeiro trimestre de 2022 comparadas a R$487.525 no mesmo período de 2021, justificado, principalmente, pela redução no preço da demanda de Itaipu de R$28,07/KW para R$24,73/KW e pela redução no dólar médio de R$5,55 no primeiro trimestre de 2021 para R$5,09 no primeiro trimestre de 2022;
- redução de 43,89% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R$625.633 no período de janeiro a março de 2022 comparadas a R$1.122.835 no mesmo período de 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução nos despachos térmicos dos CCEARs por Disponibilidade e do fato de que a partir da competência de janeiro, a Companhia passou a ter mais cessões do que recebimentos de energia via MCSD, o que vem gerando uma receita ao invés de despesa;
- as reduções acima foram parcialmente compensadas pelo aumento de 77,86% nas despesas com geração distribuída, sendo de R$453.589 no período de janeiro a março de 2022, comparadas a R$255.024 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (133.282 em março de 2022, comparada a 75.651 em março de 2021) e do aumento na quantidade de energia injetada (630.952 MWh de janeiro a março de 2022, comparado a 419.419 MWh no mesmo período de 2021); e,

- aumento de 18,83% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R$1.230.940 no primeiro trimestre de 2022, em comparação a R$1.035.843 no mesmo período de 2021, associado, principalmente, à transferência de contratos de compra de energia da Cemig GT para a Companhia no terceiro trimestre de 2021. Mais informações na nota explicativa nº 26.

Este é um custo não gerenciável para o negócio de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R$868.532 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$746.312 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 16,38%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pelo aumento dos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que se deve à elevação dos despachos fora da órdem de mérito.

Esse é um custo não gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R$163.330 no primeiro trimestre de 2022, comparadas a R$24.204 no mesmo período de 2021, um aumento de 574,81%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Variação nas provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R$27.427 no primeiro trimestre de 2022, em comparação à reversão de R$13.167 no mesmo período de 2021. Esse movimento está associado, basicamente, aos efeitos negativos sobre o valor justo da MESA da sentença desfavorável proferida nos processos arbitrais que envolvem a SAESA. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 30; e,

- variação das provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R$41.170 no período de janeiro a março de 2022, em comparação à reversão líquida de R$29.322 no período de janeiro a março de 2021. Esta variação decorre, principalmente, de decisão favorável obtida em 2021 pela Companhia em um dos processos administrativos, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal, com a reversão de provisão.

Mais detalhes podem ser consultados na nota explicativa nº 24.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R$491.262 no primeiro trimestre de 2022 comparados a R$348.375 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 41,02%. Essa variação deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de distribuição, que se refere a atendimento urbano, reforma de redes, medição de energia e blindagem da receita, além do seguimento de subtransmissão, relativo à expansão e digitalização da Alta Tensão.

São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R$563.781 comparada a uma despesa de R$387.525 no mesmo período de 2021, representando um acréscimo de 45,48%. Esta variação decorre, basicamente, do reajuste pelo IGP-M na margem do gás natural e pelo aumento médio do custo homologado do gás ocorrido em 2022.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas no primeiro trimestre de 2022 e 2021, de R$184.428 e R$118.687, respectivamente, representando um aumento de 55,39%. Esta variação decorre, principalmente, do resultado negativo com a investida Madeira Energia S.A. (usina Santo Antônio) no primeiro trimestre de 2022, no montante de R$9.037, decorrente da atualização do passivo correspondente à participação da Companhia nesta investida, em função dos efeitos das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. No primeiro trimestre de 2021 foi reconhecido resultado negativo com equivalência patrimonial de R$79.255.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 15.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no primeiro trimestre de 2022 foi uma receita líquida de R$314.163 em comparação a uma despesa líquida de R$1.265.220 no mesmo período de 2021. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- variação negativa do dólar nos primeiros trimestres de 2022, de 15,10%, em comparação à variação positiva de 9,63% no mesmo período de 2021, gerando o registro de receitas no montante de R$842.700 e despesas de R$750.900 no primeiro trimestre de 2022 e 2021, respectivamente; e,
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação negativa no primeiro trimestre de 2022, no montante de R$456.647, em comparação ao reconhecimento de perda no montante de R$187.348 no primeiro trimestre de 2021. Esse resultado do primeiro trimestre de 2022 é decorrente principalmente da apreciação da curva futura de juros.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R$491.496 em relação ao lucro de R$1.947.067 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 25,24%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2021, receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R$80.673 em relação ao lucro de R$341.678, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 23,61%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(c).

Notas Explicativas

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS 1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 8

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 9
1. CONTEXTO OPERACIONAL 9
2. BASE DE PREPARAÇÃO 12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO 14
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES 15
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 16
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA 17
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 19
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 21
10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS 23
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 24
12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS 24
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO 25
14. ATIVOS DE CONTRATO 30
15. INVESTIMENTOS 34
16. IMOBILIZADO 44
17. INTANGÍVEIS 46
18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL 49
19. FORNECEDORES 51
20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES 52
21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 54
22. ENCARGOS REGULATÓRIOS 57
23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 57
24. PROVISÕES 60
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 68
26. RECEITA 69
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 73
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 76
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 76
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 80
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS 94
32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA 97
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 99
34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI 100
35. EVENTOS SUBSEQUENTES 100

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.409.372	825.208	124.386	26.692
Títulos e valores mobiliários	6	975.334	1.724.088	293.237	431.222
Consumidores, revendedores e concessionários	7	4.796.738	4.429.883	151.108	157.368
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	1.340.337	1.504.666	-	-
Ativos de contrato	14	638.210	599.692	-	-
Tributos compensáveis	8	1.901.020	1.968.979	1.108	1.088
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	465.150	698.914	-	-
Dividendos a receber	15	230.240	335.189	1.964.223	1.820.578
Contribuição de iluminação pública		247.276	233.309	-	-
Reembolso de subsídios tarifários	12	101.961	291.896	-	-
Outros créditos		428.120	337.326	12.915	9.547
TOTAL DO CIRCULANTE		**12.533.758**	**12.949.150**	**2.546.977**	**2.446.495**
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	190.527	353.730	57.372	88.383
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	7	49.760	51.540	1.238	-
Tributos compensáveis	8	1.735.313	1.997.285	506.606	502.452
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	327.478	315.405	256.653	245.850
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9c	2.524.598	2.464.734	835.159	802.270
Depósitos vinculados a litígios	11	1.195.649	1.155.169	309.949	307.651
Instrumentos financeiros derivativos	30a	866.223	1.219.176	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	10	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	4.591.689	4.969.400	-	-
Ativos de contrato	14	5.949.114	5.780.316	-	-
Investimentos	15	5.404.409	5.105.926	19.431.081	18.183.135
Imobilizado	16	2.389.491	2.419.269	1.325	1.411
Intangível	17	13.011.817	12.953.317	1.121	1.380
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	18a	211.215	225.593	2.029	2.050
Outros créditos		72.985	72.432	160.260	25.011
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**38.533.634**	**39.096.658**	**21.576.159**	**20.172.959**
TOTAL DO ATIVO		**51.067.392**	**52.045.808**	**24.123.136**	**22.619.454**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Fornecedores	19	2.242.655	2.683.343	83.953	64.682
Encargos regulatórios	22	491.293	610.695	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		176.329	136.580	14.882	11.126
Impostos, taxas e contribuições	20	466.486	528.096	42.985	132.764
Imposto de renda e contribuição social	9b	184.834	190.002	112.348	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		2.130.995	1.909.050	2.129.053	1.911.250
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	1.121.332	1.465.133	53.830	52.430
Salários e contribuições sociais		207.030	225.189	11.412	12.596
Contribuição de iluminação pública		376.412	357.105		-
Obrigações pós-emprego	23	352.358	346.733	27.348	26.917
Passivo financeiro da concessão	13	1.466	51.359	-	-
Pis/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	20	267.307	704.025	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	30b	109.824	6.130	-	-
Opções de venda SAAG	30b	663.719	636.292	-	-
Operações de arrendamento mercantil	18b	50.599	61.586	277	277
Outras obrigações		810.231	776.275	12.300	8.288
TOTAL DO CIRCULANTE		**9.652.870**	**10.687.593**	**2.488.388**	**2.220.330**
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	22	84.310	204.623	4.624	4.624
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	8.728.364	9.898.830	-	-
Impostos, taxas e contribuições	20	350.819	341.689	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	941.956	962.255	-	-
Provisões	24	1.937.588	1.888.972	248.939	236.995
Obrigações pós-emprego	23	5.908.924	5.857.941	710.251	697.149
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	20	2.366.849	2.318.910	-	-
Operações de arrendamento mercantil	18b	180.596	182.437	1.971	1.975
Outras obrigações		242.488	240.793	1.970	1.970
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**20.741.894**	**21.896.450**	**967.755**	**942.713**
TOTAL DO PASSIVO		**30.394.764**	**32.584.043**	**3.456.143**	**3.163.043**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Capital social		8.466.810	8.466.810	8.466.810	8.466.810
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		10.948.094	10.948.094	10.948.094	10.948.094
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.211.204)	(2.208.214)	(2.211.204)	(2.208.214)
Lucros acumulados		1.213.572	-	1.213.572	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		**20.666.993**	**19.456.411**	**20.666.993**	**19.456.411**
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		**5.635**	**5.354**	**-**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**20.672.628**	**19.461.765**	**20.666.993**	**19.456.411**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**51.067.392**	**52.045.808**	**24.123.136**	**22.619.454**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	26	**7.847.448**	**7.110.741**	**286.555**	**83**
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	27				
Energia elétrica comprada para revenda		(3.103.382)	(3.108.114)	(238.162)	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(868.532)	(746.312)	-	-
Gás comprado para revenda		(563.781)	(387.525)	-	-
		(4.535.695)	**(4.241.951)**	**(238.162)**	**-**
OUTROS CUSTOS	27				
Pessoal e administradores		(215.344)	(222.210)	-	-
Materiais		(10.969)	(12.073)	-	-
Serviços de terceiros		(278.201)	(269.029)	-	-
Depreciação e amortização		(257.482)	(214.379)	-	-
Provisões operacionais		(76.317)	4.982	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(491.262)	(348.375)	-	-
Outros		(13.967)	(24.882)	-	-
		(1.343.542)	**(1.085.966)**	**-**	**-**
CUSTO TOTAL		**(5.879.237)**	**(5.327.917)**	**(238.162)**	-
LUCRO BRUTO		**1.968.211**	**1.782.824**	**48.393**	**83**
DESPESAS OPERACIONAIS	27				
Despesas com Vendas		(43.092)	(43.153)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(227.718)	(205.265)	(10.843)	(19.929)
Despesas com Provisões Operacionais		(43.921)	13.967	(14.783)	(10.200)
Outras Despesas Operacionais, líquidas		(205.004)	(174.528)	(17.798)	(10.991)
		(519.735)	**(408.979)**	**(43.424)**	**(41.120)**
Revisão Tarifária Periódica, líquida		-	5.816	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	32	-	108.550	-	108.550
Resultado de equivalência patrimonial	15	184.428	118.687	1.404.117	273.512
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		**1.632.904**	**1.606.898**	**1.409.086**	**341.025**
Receitas financeiras	28	1.109.025	154.415	15.409	3.250
Despesas financeiras	28	(794.862)	(1.419.635)	(2.195)	(1.815)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.947.067**	**341.678**	**1.422.300**	**342.460**
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(573.914)	(263.706)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	82.418	344.379	32.889	79.572
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**1.455.571**	**422.351**	**1.455.189**	**422.032**
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		1.455.189	422.032	1.455.189	422.032
Participação dos acionistas não-controladores		382	319	-	-
		1.455.571	**422.351**	**1.455.189**	**422.032**
Lucro básico e diluído por ação preferencial	25	**0,66**	**0,20**	**0,66**	**0,20**
Lucro básico e diluído por ação ordinária	25	**0,66**	**0,20**	**0,66**	**0,20**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.455.571**	**422.351**	**1.455.189**	**422.032**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Outros resultados abrangentes	393	169	393	169
	393	**169**	**393**	**169**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**1.455.964**	**422.520**	**1.455.582**	**422.201**
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	1.455.582	422.201	1.455.582	422.201
Participação dos acionistas não-controladores	382	319	-	-
	1.455.964	**422.520**	**1.455.582**	**422.201**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**8.466.810**	**2.249.721**	**10.948.094**	**(2.208.214)**	**-**	**19.456.411**	**5.354**	**19.461.765**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.455.189	1.455.189	382	1.455.571
Outros resultados abrangentes	-	-	-	393	-	393	-	393
Realização do custo atribuído	-	-	-	(3.383)	3.383	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(245.000)	(245.000)	-	(245.000)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(101)	(101)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	**8.466.810**	**2.249.721**	**10.948.094**	**(2.211.204)**	**1.213.572**	**20.666.993**	**5.635**	**20.672.628**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**7.593.763**	**2.249.721**	**10.060.605**	**(2.431.423)**	**-**	**17.472.666**	**4.682**	**17.477.348**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	422.032	422.032	319	422.351
Outros resultados abrangentes	-	-	-	169	-	169	-	169
Realização do custo atribuído	-	-	-	(4.153)	4.153	-	-	-
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(41)	(41)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	**7.593.763**	**2.249.721**	**10.060.605**	**(2.435.407)**	**426.185**	**17.894.867**	**4.960**	**17.899.827**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		1.455.571	422.351	1.455.189	422.032
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9d	(82.418)	(344.379)	(32.889)	(79.572)
Depreciação e amortização	27	283.909	238.431	394	451
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível	13, 14,16 e 17	7.944	14.444	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	15	(184.428)	(118.687)	(1.404.117)	(273.512)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	13 e 26	(360.971)	(296.107)	-	-
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP			(6.036)	-	-
Juros e variações monetárias		226.861	419.438	(5.596)	(1.470)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	21	(842.700)	751.781	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização	26	(436.718)	(178.373)	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	32	-	(108.550)	-	(108.550)
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	21	1.600	4.137	-	55
Provisões operacionais e perdas estimadas	27c	163.330	24.204	14.783	10.200
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	30	456.647	187.348	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	13	700.107	(338.907)	-	-
Obrigações pós-emprego	23	167.520	125.059	19.353	12.998
Outros		(7.009)	5.218	-	-
		1.549.245	**801.372**	**47.117**	**(17.368)**
Aumento (redução) de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(408.167)	39.436	5.022	-
Tributos compensáveis		259.715	75.368	(20)	2.889
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(148.888)	3.450	121.126	86.668
Depósitos vinculados a litígios		(25.595)	(48.164)	609	(1.405)
Dividendos recebidos	15	-	970	351	-
Ativos de contrato e financeiros da concessão	13 e 14	155.765	220.540	-	-
Outros		94.210	(10.850)	(138.409)	3.049
		(72.960)	**280.750**	**(11.321)**	**91.201**
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(440.688)	(401.546)	19.271	(433)
Impostos, taxas e contribuições		171.815	235.181	(112.931)	(78.829)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		568.746	200.177	-	-
Salários e contribuições sociais		(18.159)	(22.307)	(1.184)	(1.342)
Encargos regulatórios		(239.715)	(22.769)	-	-
Obrigações pós-emprego	23	(110.912)	(99.583)	(5.820)	(5.274)
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores		(274.135)	-	-	-
Outros		42.742	(20.287)	680	(1.999)
		(300.306)	**(131.134)**	**(99.984)**	**(87.877)**
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**1.175.979**	**950.988**	**(64.188)**	**(14.044)**
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures pagos	21	(140.990)	(154.673)	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos	18	(331)	(295)	(2)	(1)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(57.686)	(30.986)	(13)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**976.972**	**765.034**	**(64.203)**	**(14.045)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		911.957	1.276.371	168.996	15.418
Fundos vinculados		(10.502)	226	3	(2)
Em investimentos					
Aquisição de participação societária e aporte em investidas	15	-	(12.558)	(7.000)	(12.558)
Alienação de participação societária, líquido dos custos	32	-	1.366.592	-	1.366.592
Em imobilizado	16	(12.181)	(27.791)	-	-
Em intangível	17	(14.775)	(9.076)	(30)	(30)
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás		(418.905)	(317.395)	-	-

Notas Explicativas

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**455.594**	**2.276.369**	**161.969**	**1.369.420**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		-	(5)	-	(5)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	21	(829.673)	(1.372.571)	-	-
Arrendamentos pagos	18	(18.729)	(16.813)	(72)	(70)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(848.402)**	**(1.389.389)**	**(72)**	**(75)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**584.164**	1.652.014	**97.694**	**1.355.300**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	825.208	1.680.397	26.692	422.647
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	**1.409.372**	**3.332.411**	**124.386**	**1.777.947**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	31/03/2022		31/03/2021		31/03/2022		31/03/2021	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	10.529.694		9.589.537		324.996		91	
Receita de Construção de Distribuição	440.565		329.309		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	68.395		22.451		-		-	
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	191.945		157.255		-		-	
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-		6.036		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	131.595		124.560		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	19.732		10.906		-		-	
Investimento em Imobilizado	23.819		22.473		-		-	
Outras Receitas	-		651		-		-	
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(41.533)		(32.153)		211		-	
	11.364.212		**10.231.025**		**325.207**		**91**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.363.494)		(3.384.255)		(262.437)		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(964.309)		(828.879)		-		-	
Serviços de Terceiros	(547.728)		(500.749)		(3.434)		(8.473)	
Gás Comprado para Revenda	(715.913)		(492.095)		-		-	
Materiais	(317.265)		(202.080)		(6)		(8)	
Outros Custos Operacionais	(156.966)		34.929		(10.180)		97.398	
	(6.065.675)		**(5.373.129)**		**(276.057)**		**88.917**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**5.298.537**		**4.857.896**		**49.150**		**89.008**	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(283.909)		(238.431)		(394)		(451)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	**5.014.628**		**4.619.465**		**48.756**		**88.557**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	184.428		118.687		1.404.116		273.512	
Receitas Financeiras	1.109.025		154.415		15.409		3.250	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**6.308.081**		**4.892.567**		**1.468.281**		**365.319**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	**481.303**	**7,63**	**418.337**	**8,55**	**28.109**	**1,91**	**19.490**	**5,34**
Remuneração direta	273.003	4,33	262.135	5,36	8.125	0,55	6.290	1,72
Obrigações Pós-emprego e Outros Benefícios	191.799	3,04	140.890	2,88	19.509	1,33	12.787	3,51
FGTS	16.501	0,26	15.312	0,31	475	0,03	413	0,11
Impostos, Taxas e Contribuições	**3.565.143**	**56,52**	**2.625.239**	**53,66**	**(17.220)**	**(1,17)**	**(78.028)**	**(21,36)**
Federais	1.773.326	28,11	1.028.075	21,02	(26.661)	(1,82)	(78.381)	(21,46)
Estaduais	1.787.179	28,33	1.594.162	32,58	9.264	0,63	349	0,10
Municipais	4.638	0,07	3.002	0,06	177	0,01	4	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	**806.064**	**12,78**	**1.426.640**	**29,16**	**2.203**	**0,15**	**1.825**	**0,50**
Juros	802.392	12,72	1.423.786	29,10	2.195	0,15	1.815	0,50
Aluguéis	3.672	0,06	2.854	0,06	8	0,00	10	-
Remuneração de Capitais Próprios	**1.455.571**	**23,07**	**422.351**	**8,63**	**1.455.189**	**99,11**	**422.032**	**115,52**
Lucros Retidos	1.455.189	23,07	422.032	8,62	1.455.189	99,11	422.032	115,52
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	382	0,01	319	0,01	-	-		
	6.308.081	**100,00**	**4.892.567**	**100**	**1.468.281**	**100,00**	**365.319**	**100,00**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig", "Controladora" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América ("NYSE") e da Espanha ("LATIBEX"). A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, com vistas à respectiva exploração econômica. No terceiro trimestre de 2021, iniciou-se o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da controlada Cemig GT para a Companhia, mantendo a sua estratégia corporativa.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, exigindo o desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

Notas Explicativas

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, com retorno gradual até janeiro de 2022, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas, com adoção de uma série de medidas de contribuição para a sociedade, divulgadas em maiores detalhes em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Impacto nas informações contábeis intermediárias

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia do Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

No cenário desafiador causado pela pandemia, a Cemig tem mostrado resiliência e sustentabilidade das suas operações, viabilizando o fornecimento de energia com qualidade para a sociedade, garantindo o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos. Por ser uma empresa integrada, com diversificação de negócios nos setores de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia, a Cemig mantém sua solidez, com estabilidade nos resultados financeiros e redução de riscos no enfrentamento de cenários adversos.

Em 31 de março de 2022, a partir da observação dos efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, sendo os principais impactos descritos a seguir:

- A controlada Cemig GT avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo na dívida e no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a exposição à variação cambial do principal da dívida e a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, bem como as liquidações semestrais do “swap”, gerou uma receita financeira líquida de R$386 milhões no primeiro trimestre de 2022. As projeções de longo prazo indicam uma manutenção do dólar em relação à cotação atual.

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, ações individualizadas de cobrança judicial, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento. A Companhia entende que as medidas adotadas mitigaram os efeitos da crise econômica sobre a arrecadação. Ressalta-se que as Resoluções Aneel nº 928 e nº 936 estenderam a suspensão de fornecimento de energia dos consumidores das subclasses residenciais baixa renda e de outros determinados consumidores até 30 de setembro de 2021;
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 30;

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia e não se espera impactos significativos da pandemia no longo prazo.

c) Impactos da guerra na Ucrânia

Desde a invasão russa à Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, o mercado global está operando em um cenário de incertezas econômicas em razão dos desdobramentos deste grave conflito militar na Europa. Nesse contexto, as sações econômicas à Russia e certos cidadãos e organizações russas, bem como à Bielorússia, podem causar um efeito negativo na economia global cujos impactos são altamente incertos e imprevisíveis.

Como resultado, muitas entidades que atuam fora da região diretamente impactada podem sofrer seus efeitos adversos, tais como alta dos preços de commodities como petróleo, gás natural e grãos, ou pela potencial redução na atividade econômica global. A ocorrência de perturbação em larga escala dos negócios também podem resultar em redução de liquidez para algumas entidades, reduzindo a qualidade dos créditos na cadeia de suprimentos.

No 1º trimestre de 2022, a Companhia e suas subsidiárias não apuraram impactos decorrentes deste conflito em suas informações financeiras trimestrais, uma vez que não são diretamente envolvidas na região e, consequentemente, sua exposição à Russia e à Ucrânia é limitada. Considerando as incertezas em torno dos impactos da guerra na Ucrânia na economia global, não foi possível estimar a extenção de seus efeitos nos negócios da Companhia e de suas subsidiárias, mas, não havendo agravamento do conflito, não se espera prejuízos na sua capacidade operacional, financeira e de investimentos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 13 de maio de 2022.

Notas Explicativas

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2021	31/03/2022	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	31	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Reembolso de Subsídios Tarifários
14	13	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
15	14	Ativos de Contrato
16	15	Investimentos
17	16	Imobilizado
18	17	Intangível
19	18	Operação de arrendamento mercantil
20	19	Fornecedores
21	20	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
22	21	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
23	22	Encargos Regulatórios
24	23	Obrigações Pós-Emprego
25	24	Provisões
26	25	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
27	26	Receita
28	27	Custos e Despesas Operacionais
29	28	Receitas e Despesas Financeiras
30	29	Transações com Partes Relacionadas
31	30	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
32	32	Ativos e Passivos Classificados como Mantidos para Venda e Resultado de Operações Descontinuadas
35	33	Transações não Envolvendo Caixa
36	34	Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI
37	35	Eventos Subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
33	Seguros
34	Obrigações Contratuais

Notas Explicativas

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia.

As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas (1)	31/03/2022			31/12/2021		
	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Gasmig	Consolidação	99,57	-	Consolidação	99,57	-
Cemig Sim	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-

Notas Explicativas

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento *
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo (1) (7)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	08/2045
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	Centroeste	004/2005	03/2035
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (6)	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (6)	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

* Os contratos de concessão elegíveis à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) aguardam chamado da Aneel para assinatura do aditivo e, as usinas elegíveis que possuem outorga por meio de resolução autorizativa, aguardam a reformulação desses atos para constar as novas datas. Mais detalhes na nota explicativa nº 17.

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

(2) Em 17 de julho de 2020, a Cemig GT protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, qualquer decisão efetiva somente ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia e pela Aneel das condições para a prorrogação, que deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.

(3) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.

(4) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Proinfa. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

(5) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15 / CPC47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

(6) Referem-se a contratos de concessão que estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura em serviço encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado em ativo intangível e ativo financeiro, e a infraestrutura em construção é classificada como ativos de contrato, em atendimento ao CPC 47. Em 05 de agosto de 2021, a Gasmig foi informado por meio de Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) da antecipação do encerramento do atual ciclo tarifário para 31 de dezembro de 2021, bem como do início do processo de Revisão Tarifária Periódica, que levará em consideração metodologia previamente definida, baseada em critérios fundamentais como o perfil dos clientes, custos de operação e investimentos.

(7) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Contas bancárias	54.036	116.956	4.320	4.252
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	1.070.381	624.681	34.987	2.047
Overnight (2)	282.537	81.456	85.079	20.393
Outros	2.418	2.115	-	-
	1.355.336	708.252	120.066	22.440
	1.409.372	**825.208**	**124.386**	**26.692**

(1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 65% a 107% em 31 de março de 2022 (70% a 109% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

(2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 11,41% a 11,64% a.a. em 31 de março de 2022 (8,87% a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 30.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	15.193	100.554	4.575	25.175
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	723.456	1.417.429	217.850	354.868
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	211.134	178.427	63.578	44.671
Outros	25.551	27.678	7.234	6.508
	975.334	**1.724.088**	**293.237**	**431.222**
Não circulante				
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (2)	181.715	348.149	54.719	87.163
Debêntures (4)	8.812	4.874	2.653	1.220
Outros	-	707	-	-
	190.527	**353.730**	**57.372**	**88.383**
	1.165.861	**2.077.818**	**350.609**	**519.605**

(1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 103% do CDI em 31 de março de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021), conforme operação.

(2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 105,58% a 130% do CDI em 31 de março de 2022 (105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que varia entre 11,64% a 11,99% a.a. em 31 de março de 2022 (9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

(4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR)+1% a 114,28% do CDI em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 29 e 30.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	CONSOLIDADO					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/03/2022	31/12/2021
Fornecimento de energia faturado	1.814.063	796.153	492.718	461.074	3.564.008	3.409.813
Fornecimento de energia não faturado	1.149.005	-	-	-	1.149.005	929.579
Suprimento a outras concessionárias	62.425	23.035	15	1.709	87.184	52.035
Suprimento a outras concessionárias não faturado	300.599	-	-	-	300.599	264.864
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	36.727	64.728	-	913	102.368	169.531
Concessionários – transporte de energia faturado	63.725	14.793	8.825	80.154	167.497	169.652
Concessionários – transporte de energia não faturado	310.676	-	-	-	310.676	319.099
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(169.932)	(80.826)	(83.295)	(500.786)	(834.839)	(833.150)
	3.567.288	**817.883**	**418.263**	**43.064**	**4.846.498**	**4.481.423**
Ativo Circulante					**4.796.738**	**4.429.883**
Ativo não Circulante					**49.760**	**51.540**

	CONTROLADORA					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	31/03/2022	31/12/2021
Fornecimento faturado	-	1.915	-	23.003	24.918	24.599
Fornecimento não faturado	122.658	-	-	-	122.658	106.184
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	27.773	-	-	-	27.773	48.869
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(23.003)	(23.003)	(22.284)
	150.431	**1.915**	**-**	**-**	**152.346**	**157.368**
Ativo circulante					**151.108**	**157.368**
Ativo não circulante					**1.238**	**-**

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Notas Explicativas

Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Residencial	223.673	220.937
Industrial	182.489	184.954
Comércio, serviços e outras	223.965	220.400
Rural	32.649	34.466
Poder público	45.293	45.221
Iluminação pública	2.375	1.909
Serviço público	38.834	37.504
Encargos de uso de rede – TUSD	85.561	87.759
	834.839	**833.150**

Considerando os efeitos da crise causada pela Covid-19 sobre a inadimplência de seus clientes e o aparecimento de novas condicionantes, como o ritmo de vacinação no país, as mutações do vírus e as alterações na política de apoio governamental, a Companhia, diante da evolução observada em 2020 e 2021, entende que as premissas atuais representam a melhor estimativa possível para o reconhecimento de PECLD no período findo em 31 de março de 2022.

Em 31 de julho de 2020, a Cemig D protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Cemig D passíveis de compensação são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Até o mês de março de 2022 foram compensadas 12 parcelas, do total de 21, no valor de R$10.584 cada, restando em aberto o montante de R$95.258. A expectativa é de que as compensações ocorram mensalmente nesse mesmo valor até dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**833.150**
Constituições líquidas (nota 27)	43.092
Reversão de baixas	(41.403)
Saldos em 31 de março de 2022	**834.839**

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS a recuperar	105.711	112.813	12	3
PIS/Pasep (a) (b)	315.925	328.643	24	24
Cofins (a) (b)	1.457.125	1.508.180	121	121
Outros	22.259	19.343	951	940
	1.901.020	**1.968.979**	**1.108**	**1.088**
Não circulante				
ICMS a recuperar (b)	359.777	342.183	-	-
PIS/Pasep (a)	266.342	316.044	111.283	110.376
Cofins (a)	1.109.194	1.339.058	395.323	392.076
	1.735.313	**1.997.285**	**506.606**	**502.452**
	3.636.333	**3.966.264**	**507.714**	**503.540**

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Cemig, Cemig D e Cemig GT, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito de excluírem o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída (anteriormente denominada Usina Térmica Ipatinga S.A.), Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A.

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Companhia, além da hipótese de receber os créditos por meio de precatórios, passou-se a avaliar a viabilidade de habilitar administrativamente os créditos para compensação com os tributos federais gerados nas atividades da controladora.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em 2019 em favor da Cemig D e GT, que iniciaram, em maio de 2020, a compensação mensal dos saldos a receber com os valores a pagar, que deve ocorrer dentro do prazo prescricional de 5 anos.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia para as ações que transitaram em julgado. Foi reconhecido um aumento nos valores a compensar de PIS/Pasep e Cofins no montante de R$18.213, referente aos períodos em que foi excluído de sua base de cálculo o valor do ICMS recolhido ao invés daquele destacado nas notas fiscais.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos pela Cemig D deve ser objeto de restituição aos seus consumidores, considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo da devolução. Sendo assim, a Cemig D constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização .

Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, a controlada Gasmig reconheceu, no segundo trimestre de 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R$219.753. A controlada registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, contados da data do encerramento do trimestre, na ausência do trânsito em julgado.

Para maiores informações sobre os valores a serem devolvidos pela Cemig D e Gasmig, ver na nota explicativa nº 20.

A Companhia possui registrado o montante de R$1.767.580 no ativo circulante e R$1.371.060 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela SELIC até a data da sua efetiva compensação.

No primeiro trimestre de 2022, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R$391.915 (R$407.457 no primeiro trimestre de 2021).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas informações contábeis intermediárias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Imposto de renda	639.230	763.468	254.070	221.422
Contribuição social	153.398	250.851	2.583	24.428
	792.628	**1.014.319**	**256.653**	**245.850**
Circulante	**465.150**	**698.914**	-	-
Não circulante	**327.478**	**315.405**	**256.653**	**245.850**

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, superiores ao valor devido, apurados pela controladora quando do ajuste anual, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal – STF decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à atualização pela taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de abril de 2022, o STF finalizou o julgamento dos Embargos de Declaração decidindo pela modulação de efeitos a partir de 30 de setembro de 2021, ressalvadas as ações ajuizadas até 17 de setembro de 2021 (data do início do julgamento do mérito). A Companhia e suas controladas não ajuizaram ações relativas a esse tema, assim não se beneficiarão retroativamente da decisão tomada pela corte.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda	169.419	147.312
Contribuição social	15.415	42.690
	184.834	**190.002**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	693.799	806.639	606.043	583.662
Provisões para contingências	556.610	542.089	75.299	71.278
Perda por redução ao valor recuperável de investimentos	240.294	244.132	-	-
Provisão PUT SAAG	225.664	216.339	-	-
Obrigações pós-emprego	2.009.701	1.980.828	244.819	239.750
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	315.927	314.863	8.405	8.477
Outros	160.852	150.389	4.769	4.095
Total	**4.202.847**	**4.255.279**	**939.335**	**907.262**
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo atribuído na adoção das IFRS	(217.875)	(219.067)	-	-
Valor justo de participações societárias	(444.040)	(465.615)	(104.176)	(104.992)
Encargos financeiros capitalizados	(165.121)	(164.716)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(249.028)	(245.181)	-	-
Atualização ativo de contrato	(921.821)	(895.223)	-	-
Ajuste a valor justo swap	(257.176)	(412.436)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(7.071)	(6.737)	-	-
Ressarcimento de custos - GSF	(307.914)	(319.207)	-	-
Outros	(50.159)	(24.618)	-	-
Total	**(2.620.205)**	**(2.752.800)**	**(104.176)**	**(104.992)**
Total Líquido	**1.582.642**	**1.502.479**	**835.159**	**802.270**
Total do Ativo	**2.524.598**	**2.464.734**	**835.159**	**802.270**
Total do Passivo	**(941.956)**	**(962.255)**	**-**	**-**

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.502.479**	**802.270**
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações em continuidade	82.418	32.889
Ajustes de tributos diferidos do período anterior	(2.255)	-
Saldo em 31 de março de 2022	**1.582.642**	**835.159**

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**1.947.067**	**341.678**	**1.422.300**	**342.460**
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	(662.003)	(116.171)	(483.582)	(116.436)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	59.531	38.756	433.860	64.364
Incentivo fiscal	22.605	9.344	-	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	24.222	28.413	-	-
Multas indedutíveis	(12.881)	(3.715)	(49)	15
JCP declarado	83.300	-	83.300	-
Resultado com alienação da Light	-	133.663	-	133.663
Outros	(6.270)	(9.617)	(640)	(2.034)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	**(491.496)**	**80.673**	**32.889**	**79.572**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(573.914)**	**(263.706)**	**-**	**-**
Imposto de renda e contribuição social diferido	**82.418**	**344.379**	**32.889**	**79.572**
	(491.496)	**80.673**	**32.889**	**79.572**
Alíquota efetiva	**(25,24)%**	**23,61%**	**2,31%**	**23,24%**

10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a 1ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplência por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder à retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Entretanto, o Governo do Estado de Minas Gerais questiona a celebração do TARD, celebrado em gestão anterior, por entender que foi firmado sem observância dos requisitos legais para validade dos atos administrativos e notificou a Cemig para que restitua as duas parcelas quitadas anteriormente, assim como os valores dos dividendos retidos, no montante de R$299.005.

De forma a resolver a questão por meio de solução negociada de impasses, foi submetida a controvérsia acerca do TARD à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC do Estado de Minas Gerais, que atualmente está na fase inicial de análise da matéria.

Em 31 de março de 2022, o saldo a receber reconhecido no ativo não circulante é de R$13.366 (R$13.366 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, estando no aguardo da evolução da questão junto à CPRAC para a baixa definitiva do referido saldo remanescente do Contas a Receber.

Em caso de insucesso na busca de solução por meio da CPRAC e eventual ação judicial para discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária do AFAC, a Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos, considerou a probabilidade de perda como possível.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhista	**260.530**	**266.604**	**26.707**	**25.292**
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	29.863	29.546	307	300
PIS/Pasep e Cofins (1)	66.461	68.342	-	-
ITCD	56.513	55.752	55.537	54.786
IPTU	88.807	86.925	63.482	62.229
FINSOCIAL	41.542	40.999	41.542	40.999
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	292.951	290.198	14.068	13.936
IRRF sobre lucro inflacionário	8.800	8.743	8.800	8.743
IRPJ/CSLL (3)	99.541	76.155	-	-
Outros (4)	105.035	103.570	64.821	67.015
	789.513	**760.230**	**248.557**	**248.008**
Outros				
Regulatório	53.423	52.736	20.263	20.033
Responsabilidade civil	12.602	12.482	6.586	6.630
Relações de consumo	7.722	7.924	1.014	941
Bloqueio judicial	20.846	19.146	3.365	3.373
Outros	51.013	36.047	3.457	3.374
	145.606	**128.335**	**34.685**	**34.351**
	1.195.649	**1.155.169**	**309.949**	**307.651**

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões (Indenização do anuênio);
(3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
(4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios para custear o bônus do "Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica", vigente de setembro a dezembro de 2021, são reembolsados através dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS). O programa foi criado para incentivar os consumidores a economizarem energia em razão do momento crítico de escassez hídrica, sendo uma medida emergencial do governo para garantir a continuidade e segurança do fornecimento de energia elétrica no país. Para os consumidores que reduziram o consumo nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma do consumo de energia elétrica nesses meses ficou entre 10% e 20% menor em relação ao mesmo período do ano anterior, foi concedido um bônus de R$0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada. A bonificação foi informada na primeira fatura recebida após o cálculo do consumo referente ao mês de dezembro de 2021 e creditada como abatimento na fatura subsequente. O montante apropriado como receita para subsídios desse bônus foi de R$205.439 em 31 de dezembro de 2021. Parte desse valor foi realizado ao longo do primeiro trimestre de 2022 via liquidação na CCEE de acordo com as definições do Despacho Aneel nº 397/2022. A Companhia ainda tem a receber o montante de R$15.722, em 31 de março de 2022, reconhecidos no ativo circulante.

No primeiro trimestre de 2022, o montante apropriado como receitas dos demais subsídios, reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R$245.942 (R$247.847 em 31 de março de 2021). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante total de R$86.239, reconhecido no ativo circulante, sendo R$81.981 (R$81.981 em 31 de dezembro de 2021) pela Cemig D e R$4.258 (R$4.476 em 31 de dezembro de 2021) pela Cemig GT.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (13.1)	779.037	683.729
Concessão de distribuição de gás (13.1)	36.273	34.386
Indenizações a receber – geração (13.2)	816.202	816.202
Bonificação pela outorga – concessões de geração (13.3)	2.850.967	2.792.201
	4.482.479	**4.326.518**
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" CVA e outros componentes financeiros (13.4)	1.449.547	2.147.548
Total	**5.932.026**	**6.474.066**
Ativo circulante	**1.340.337**	**1.504.666**
Ativo não circulante	**4.591.689**	**4.969.400**

Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Passivos financeiros da concessão		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" CVA e outros componentes financeiros (13.4)	1.466	51.359
Total	**1.466**	**51.359**
Passivo circulante	**1.466**	**51.359**

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Geração	Distribuição de energia	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro 2021	**3.608.403**	**683.729**	**34.386**	**4.326.518**
Transferências do ativo de contrato	-	76.203	-	76.203
Atualização financeira	131.595	19.732	1.887	153.214
Baixas	-	(627)	-	(627)
Recebimentos	(72.829)	-	-	(72.829)
Saldos em 31 de março 2022	**3.667.169**	**779.037**	**36.273**	**4.482.479**

13.1 Distribuição - Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

13.2 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Cemig GT a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R$816.202 em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguara	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	**203.545**	**816.202**

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

Em 31 de março de 2022, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R$174.203, R$2.711 e R$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

De acordo com a Resolução Normativa nº 942, as concessionárias deverão comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, até 12 de julho de 2022, podendo este prazo ser prorrogado pela Aneel por igual período. Conforme determinação do regulador, o relatório de avaliação deverá ser elaborado por uma empresa credenciada junto à Aneel, a ser contratada pela concessionária. Adicionalmente, as concessionárias deveriam manifestar interesse no recebimento do valor complementar até 20 de agosto de 2021, sendo este requisito cumprido pela Cemig GT dentro do prazo estipulado.

O anexo I da referida Resolução detalha a metodologia e os critérios gerais para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, o qual terá como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

A Companhia está avaliando os efeitos da referida resolução e não espera perdas em seu ativo financeiro em razão da aplicação das alterações introduzidas.

Em 09 de agosto de 2021 a Companhia manifestou seu interesse no recebimento do valor complementar relativo às parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados e não indenizados.

A Companhia contratou a empresa avaliadora credenciada na Aneel e espera atender aos requisitos da Resolução Normativa nº 942, comprovando a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, no prazo estabelecido.

13.3 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	71.997	(39.132)	1.616.585
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	22.673	(12.341)	507.486
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	9.274	(5.246)	191.032
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	6.920	(3.905)	143.216
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	9.517	(5.495)	187.657
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	6.983	(4.173)	127.997
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	4.231	(2.537)	76.994
Total		**2.792.201**	**131.595**	**(72.829)**	**2.850.967**

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

13.4 Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/03/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	**-**	**1.449.547**	**1.449.547**	**988.850**	**4.133.064**	**5.121.914**
Ativo circulante	-	1.048.458	1.048.458	988.850	2.397.151	3.386.001
Ativo não circulante	-	401.089	401.089	-	1.735.913	1.735.913
Passivo	**(1.466)**	**-**	**(1.466)**	**(1.040.209)**	**(1.985.516)**	**(3.025.725)**
Passivo circulante	(1.466)	-	(1.466)	(1.040.209)	(1.175.718)	(2.215.927)
Passivo não circulante	-	-	-	-	(809.798)	(809.798)
Total circulante líquido	**(1.466)**	**1.048.458**	**1.046.992**	**(51.359)**	**1.221.433**	**1.170.074**
Total não circulante líquido	**-**	**401.089**	**401.089**	**-**	**926.115**	**926.115**
Total líquido	**(1.466)**	**1.449.547**	**1.448.081**	**(51.359)**	**2.147.548**	**2.096.189**

Notas Explicativas

Componentes Financeiros	31/03/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	8.813	215.626	224.439	23.593	(90.715)	(67.122)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	58.148	85.869	144.017	145.817	97.203	243.020
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	5.790	(6.673)	(883)	13.172	(972)	12.200
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – Proinfa	4.439	75.822	80.261	11.427	18.664	30.091
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	13.857	1.316.010	1.329.867	30.948	953.014	983.962
Energia elétrica comprada para revenda	170.656	(268.528)	(97.872)	389.548	1.177.997	1.567.545
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(27.026)	313.729	286.703	(67.566)	192.132	124.566
Neutralidade da parcela A	9.708	110.830	120.538	24.269	73.081	97.350
Devolução faturamento – Conta Covid (2)	(148.540)	-	(148.540)	(371.350)	-	(371.350)
Outros itens financeiros	(92.018)	(327.204)	(419.222)	(230.046)	(225.769)	(455.815)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(5.293)	(65.934)	(71.227)	(21.171)	(47.087)	(68.258)
TOTAL	**(1.466)**	**1.449.547**	**1.448.081**	**(51.359)**	**2.147.548**	**2.096.189**

(1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("Abradee"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R$196.808 em 31 de março de 2022, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R$39.270.

(2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores estão sendo devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizado pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.096.189**
Constituição líquida de ativos financeiros	(738.288)
Realização	38.181
Atualização Selic (nota 28)	51.999
Saldo em 31 de março de 2022	**1.448.081**

14. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de março de 2022:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	1.999.762	1.926.652
Gás – ativos de infraestrutura em construção	101.545	95.137
Transmissão –Rede Básica – Lei 12.783/13	2.020.331	2.011.576
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.465.686	2.346.643
	6.587.324	**6.380.008**
Circulante	**638.210**	**599.692**
Não circulante	**5.949.114**	**5.780.316**

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.358.219**	**1.926.652**	**95.137**	**6.380.008**
Adições	68.395	415.430	11.062	494.887
Atualização financeira	193.035	-	-	193.035
Recebimentos	(133.632)	-	-	(133.632)
Baixa	-	-	(449)	(449)
Outras adições	-	-	937	937
Transferências para o ativo financeiro	-	(76.203)	-	(76.203)
Transferências para o ativo intangível	-	(273.171)	(5.142)	(278.313)
Ajustes provisão redução ao valor recuperável	-	7.054	-	7.054
Saldos em 31 de março de 2022	**4.486.017**	**1.999.762**	**101.545**	**6.587.324**

Dentre as adições realizadas no período findo em 31 de março de 2022, está contemplado o valor de R$8.524 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 9,44%.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica e gás ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de Transmissão

Para a atividade de transmissão os valores a receber da Companhia são decorrentes dos Contratos de Concessão nº 006/97, nº 079/00, nº 004/05 e nº 006/11, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Contrato de Concessão – 004/05	28.345	26.678
Contrato de Concessão - 079/00	44.948	38.782
Contrato de Concessão - 006/11	7.575	7.355
Contrato de Concessão - 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	337.162	317.692
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	220.180	209.185
	638.210	**599.692**
Não circulante		
Contrato de Concessão – 004/05	91.188	89.204
Contrato de Concessão - 079/00	154.850	151.858
Contrato de Concessão - 006/11	76.323	73.882
Contrato de Concessão - 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	1.683.169	1.693.884
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	1.842.277	1.749.699
	3.847.807	**3.758.527**
	4.486.017	**4.358.219**

a) Contrato de Concessão nº 006/97

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

O contrato foi renovado em 04 de dezembro de 2012, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, em função da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, com previsão de indenização dos ativos não depreciados em 31 de dezembro de 2012.

Em 22 de abril de 2021, a Resolução nº 2.852 alterou o reposicionamento da RAP determinado pela Resolução nº 2.712/2020, retroativamente a 1º de julho de 2018, bem como a parcela de ajuste de Revisão, com efeitos financeiros no reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, a vigorar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 2017, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e a Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico obtiveram tutela antecipada, no processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União, visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Em 2020 as liminares foram cassadas e a Aneel homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020.

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do "efetivo pagamento", sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo "reperfilamento" desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial.

b) Contrato de Concessão nº 079/00

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 30 de março de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.839 alterou os valores da RAP e das parcelas de ajuste para este contrato, gerando um ajuste positivo de R$3.708 no ativo de contrato.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 006/11

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu a RAP para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº 2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº 2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

d) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão, inclusive pela Companhia.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

15. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	8.644.830	7.831.942
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	59.204	59.013	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	162.169	125.172	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	48.524	46.722	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	203.950	200.385	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	601.339	609.154	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	920.938	932.600	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	128.786	124.275	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	160.204	168.430	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.291.078	1.140.930	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	7.188.136	6.942.666
Taesa	Controlada em conjunto	1.700.046	1.580.379	1.700.046	1.580.379
Ativas Data Center	Coligada	15.275	15.750	15.275	15.750
Gasmig	Controlada	-	-	1.697.175	1.635.985
Cemig Sim	Controlada	-	-	116.330	111.433
UFVs (1)	Controladas em conjunto	108.743	98.839	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	4.153	4.277	4.153	4.277
Sete Lagoas Transmissora	Controlada	-	-	65.136	60.703
Total do Investimento		**5.404.409**	**5.105.926**	**19.431.081**	**18.183.135**
Itaocara – Passivo a descoberto	Controlada em conjunto	(20.838)	(20.767)	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) – Provisões para perdas	Coligada	(170.685)	(161.648)	-	-
Total		**5.212.886**	**4.923.511**	**19.431.081**	**18.183.135**

(1) Conjunto de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação.

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção das coligadas Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) e Ativas Data Center.

Para o período findo em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia analisou se o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (nota explicativa nº 1.(b)) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado das análises, a Companhia concluiu que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu alteração relevante, não sendo observadas perdas no valor recuperável dos seus investimentos. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, a Companhia e suas controladas não reconheceram perdas por redução ao valor recuperável de seus investimentos, exceto pelo investimento detido na MESA, conforme divulgado em mais detalhes ao longo dessa nota explicativa.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas indiretas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R$48.087 (R$49.241 em 31 de dezembro de 2021) e R$65.511 (R$67.205 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, são considerados no balanço individual da controlada Cemig GT como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 17.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

CONTROLADORA			
Investidas	**31/12/2021**	**Amortização**	**31/03/2022**
Lightger	76.488	(625)	75.863
Taesa	151.462	(2.330)	149.132
Gasmig	396.246	(3.815)	392.431
TOTAL GERAL	**624.196**	**(6.770)**	**617.426**

CONSOLIDADO			
Investidas	**31/12/2021**	**Amortização**	**31/03/2022**
Cemig Geração e Transmissão	**376.063**	**(7.167)**	**368.896**
Retiro Baixo	27.798	(347)	27.451
Lightger	76.488	(625)	75.863
Aliança Geração	301.605	(6.327)	295.278
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	46.660	(493)	46.167
Taesa	151.462	(2.330)	149.132
TOTAL GERAL	**604.013**	**(10.122)**	**593.891**

b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

CONTROLADORA						
Investidas	**31/12/2021**	**Equivalência patrimonial (Resultado)**	**Dividendos**	**Aportes/ Aquisição**	**Outros**	**31/03/2022**
Cemig Geração e Transmissão	7.831.942	812.888	-	-	-	8.644.830
Cemig Distribuição	6.942.666	375.927	(130.457)	-	-	7.188.136
Ativas Data Center	15.750	(475)	-	-	-	15.275
Gasmig	1.635.985	85.360	(24.563)	-	393	1.697.175
Cemig Sim	111.433	8.321	(3.424)	-	-	116.330
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.277	(124)	-	-	-	4.153
Sete Lagoas Transmissora	60.703	2.553	(5.120)	7.000	-	65.136
Taesa	1.580.379	119.667	-		-	1.700.046
	18.183.135	**1.404.117**	**(163.564)**	**7.000**	**393**	**19.431.081**

Notas Explicativas

CONSOLIDADO				
Investidas	**31/12/2021**	**Equivalência patrimonial (Resultado)**	**Dividendos**	**31/03/2022**
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	3.723	(3.532)	59.204
Guanhães Energia	125.172	36.997	-	162.169
Hidrelétrica Pipoca	46.722	4.459	(2.657)	48.524
Lightger	124.275	4.511	-	128.786
Baguari Energia	168.430	6.534	(14.760)	160.204
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	932.600	(11.662)	-	920.938
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	609.154	(7.815)	-	601.339
Ativas Data Center	15.750	(475)	-	15.275
Taesa	1.580.379	119.667	-	1.700.046
Aliança Geração	1.140.930	24.252	125.896	1.291.078
Retiro Baixo	200.385	3.565	-	203.950
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	2.699	466	-	3.165
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.258	888	-	10.146
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.294	1.188	-	12.482
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.432	497	-	6.929
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	14.890	1.285	-	16.175
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	17.823	1.775	-	19.598
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.130	698	-	6.828
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	4.058	494	-	4.552
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	5.318	649	-	5.967
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.384	696	-	7.080
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída	14.553	1.268	-	15.821
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.277	(124)	-	4.153
Total do Investimento	**5.105.926**	**193.536**	**104.947**	**5.404.409**
Itaocara – Passivo a descoberto	(20.767)	(71)	-	(20.838)
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) – Provisões para perdas (1)	(161.648)	(9.037)	-	(170.685)
Total	**4.923.511**	**184.428**	**104.947**	**5.212.886**

(1) Foi reconhecida uma perda na extensão das obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de março de 2022 alcançou o montante de R$170.685. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	**Controladora**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**335.189**	**1.820.578**
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas	(104.947)	163.564
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(19.568)
Recebimentos	(2)	(351)
Saldo em 31 de março de 2022	**230.240**	**1.964.223**

c) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	**Quantidade de ações**	**31/03/2022**			**31/12/2021**		
		Participação Cemig (%)	**Capital social**	**Patrimônio líquido**	**Participação Cemig (%)**	**Capital social**	**Patrimônio líquido**
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	4.123.724	8.568.968	100,00	4.123.724	7.755.454
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	17,90	10.619.786	(1.109.868)	15,51	10.619.786	1.492.037
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	120.824	49,00	35.000	120.436
Guanhães Energia (3)	548.626.000	49,00	548.626	330.958	49,00	548.626	255.453
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	100.048	49,00	41.360	93.385
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	230.884	69,39	186.573	242.736
Central Eólica Praias de Parajuru	85.834.843	100,00	85.835	128.723	100,00	85.835	128.466
Central Eólica Volta do Rio	274.867.441	100,00	274.867	211.209	100,00	274.867	206.783
Lightger (4)	79.078.937	49,00	79.232	108.006	49,00	79.232	97.525
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.923.360.811	49,00	1.209.043	1.133.003	49,00	1.209.043	1.147.947
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.235.601	74,50	1.322.698	1.251.811
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.205.626	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	353.710	49,90	225.350	345.868
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	156.259	(42.526)	49,00	156.259	(42.381)
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	83	100,00	406	88
Cemig Ger. Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.609.127	100,00	1.291.423	1.652.343

Notas Explicativas

Investidas	Quantidade de ações	31/03/2022			31/12/2021		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	522.496	100,00	405.268	526.776
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	202.057	100,00	151.309	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	158.763	100,00	113.499	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	222.520	100,00	148.147	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	139.610	100,00	100.569	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	111.648	100,00	60.595	105.990
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	117.976	100,00	46.944	114.751
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	124.098	100,00	36.833	134.209
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	62.545	100,00	39.258	59.575
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	97.071	100,00	45.952	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (2)	97.161.578	100,00	97.162	143.212	100,00	97.162	144.128
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	8.736	100,00	486	7.734
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	1.975	100,00	1.000	2.158
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100,00	28.000	116.681	100,00	28.000	122.079
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	5.371.998	7.188.136	100,00	5.371.998	6.942.666
Taesa	1.033.496.721	21,68	3.042.034	7.244.803	21,68	3.042.034	6.684.756
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	77.931	19,60	182.063	80.358
Gasmig	409.255.483	99,57	665.430	1.310.378	99,57	665.429	1.245.093
Cemig Sim	24.431.845	100,00	102.153	116.330	100,00	102.153	111.433
Sete Lagoas Transmissora de Energia	36.857.080	100,00	36.857	69.581	100,00	36.857	65.210
Axxiom Soluções Tecnológicas	68.064.706	49,00	68.065	8.587	49,00	68.065	8.728
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	18.509.900	49,00	6.510	7.740	49,00	6.510	5.507
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	18.000.000	49,00	18.000	20.282	49,00	18.000	18.893
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	21.660.575	49,00	21.660	23.893	49,00	21.661	22.155
UFV Bonfinópolis Geração de Energia Elétrica Distribuída	13.197.187	49,00	13.197	13.950	49,00	13.197	13.226
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	25.471.844	49,00	25.472	28.159	49,00	25.472	26.249
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	29.010.219	49,00	29.010	32.086	49,00	29.010	29.406
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.030.391	49,00	11.030	12.368	49,00	11.030	11.337
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.320.875	49,00	9.321	10.151	49,00	9.321	9.450
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	12.348.392	49,00	12.348	13.519	49,00	12.348	12.596
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.702.733	49,00	11.703	12.992	49,00	11.703	11.904
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída	25.629.900	49,00	25.879	28.576	49,00	25.879	26.625

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

(2) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

(3) Em 09 de dezembro de 2021, a Light informou ao mercado que assinou com a Brasal Energia S.A. o contrato (CCVA) para venda de sua participação societária em Guanhães e Lightger, sujeito às condições precedentes usuais nesse tipo de transação. A Brasal Energia S.A fará adesão integral ao acordo de acionistas vigente para essas investidas.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Cemig GT possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, por 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, em 13 de junho de 2008. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial com a 1º unidade geradora, em 2012, e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2022, a MESA segue com capital circulante líquido negativo, agravado neste período, princinpalmente, pelo reconhecimento dos efeitos das arbitragens CAM 115/18 e CCI 21.511/ASM, conforme detalhado no decorrer desta nota explicativa. Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação de sua estrutura de capital e liquidez, além das medidas informadas nos tópicos abaixo, voltadas para regularização dos efeitos das sentenças arbitrais, a MESA vêm adotando ações direcionadas à redução de custos operacionais, proteção da exposição aos riscos hidrológicos, otimização da estrutura de capital e gestão das operações de energia.

Procedimento arbitral 115/2018 – Madeira Energia S.A.

Em 2018, a SAAG e a Cemig GT instauraram o Procedimento Arbitral 115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral, assim como em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos que determinou a devolução de aporte de capital feito pelos acionistas nessa investida

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária direta e indireta da Cemig GT na MESA, é aumentada de 8,54% para 9,86% e de 6,97% para 8,05%, respectivamente, e sua participação societária consolidada de 15,51% para 17,91%.

MESA informou que em 29 de abril de 2022 foi notificada pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A, também parte requerida no procedimento arbitral em questão, de que em 28 de abril de 2022 foi deferido o pedido de tutela de urgência, requerido em medida judicial ajuizada por este acionista, para imediata suspensão dos efeitos da sentença arbitral CAM 115/2018, a fim de que se mantivessem as participações societárias detidas pelos acionistas antes de seus efeitos. De acordo com os assessores jurídicos de MESA, a suspensão mencionada não tem caráter definitivo e mantiveram o prognóstico de perda como provável, motivo pelo qual a investida manteve o provisionamento da redução do capital social em suas informações financeiras trimestrais.

Tendo em vista que o processo em que houve deferimento da tutela de urgência se encontra em fase inicial, a Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende ser remota a reversão dos efeitos dessa sentença arbitral e aguarda o cumprimento da mesma.

Procedimento Arbitral 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21511/ASM/JPA (c. 21673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAESA), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual previstos em contrato.

ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 07 de fevereiro de 2022, indica que parte dos pedidos da SAESA foram deferidos, assim como alguns dos pedidos do CCSA e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAESA, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento, pela Companhia, dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAESA.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, dos quais a SAESA discorda veementemente, já provisionados nas demonstrações financeiras da SAESA sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R$770 milhões) e “Outras Provisões” (R$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com valor adicional estimado em R$226 milhões a pagar.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, os valores a que a SAESA eventualmente vier a ser condenada deverão ser pagos conforme procedimentos definidos nos respectivos contratos de financiamentos.

Em 09 de março de 2022, a SAESA protocolou pedido de esclarecimentos acerca de determinados pontos da sentença, inclusive relativos a aspectos pecuniários e entende que somente após apreciação deste pedido e de possíveis esclarecimentos a serem solicitados pelas outras partes envolvidas a sentença se tornará definitiva, apta a produzir efeitos e com a efetiva definição dos valores a serem eventualmente devidos pela SAESA.

Em 11 de abril de 2022, a SAE requereu, por meio de “exceção de pré-executividade”, a extinção de ação judicial de execução parcial de sentença arbitral, movida pelo Grupo Industrial Complexo Rio Madeira (GICOM), parte do CCSA, no valor de R$645 milhões. Em síntese, o GICOM baseou-se no entendimento de que a sentença proferida no procedimento arbitral CCI 21.511/ASM seria definitiva e exequível. Em 17 de abril de 2022, foi proferida decisão judicial na ação de execução parcial de sentença arbitral recebendo a exceção de pré-executividade apresentada pela SAE e concedendo efeito suspensivo para interromper o prazo para pagamento da dívida executada até que o Tribunal Arbitral aprecie os pedidos de esclarecimentos apresentados no Procedimento Arbitral ou a exceção de pré-executividade seja julgada, o que ocorrer primeiro.

Em 29 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da Madeira aprovou o aumento de capital social da MESA em até R$1.582.551, a ser realizado para fins de integralização na SAE. A Cemig GT renunciou ao direto de subscrever suas ações e não fará o aporte referente à sua participação.

A SAESA reiterou ainda que o Procedimento Arbitral se encontra em andamento e segue revestido de confidencialidade.

Investimento na Madeira Energia S.A.

Como resultado das sentenças arbitrais mencionadas acima, a Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2021, a perda no montante de R$366.850, resultando, assim, na redução a zero do valor do investimento, e constituiu uma provisão referente às obrigações assumidas perante a investida em acordos de suporte e garantias, em conformidade ao CPC 18 – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto, que em 31 de março de 2022 alcançou o montante de R$170.685.

Esta provisão foi estimada a partir da aplicação do percentual de participação societária direta da Companhia na MESA, atualmente 9,86%, sobre a saída de caixa prevista para fazer jus à dívida decorrente da sentença arbitral. Considerando haver circunstâncias específicas estabelecidas em acordos de acionistas, contrato de compra e venda de ações da SAAG e nas próprias garantias prestadas pela SAAG à SAESA, a Companhia entende que não possui responsabilidade em relação à sua participação indireta na MESA, atualmente 8,05%, uma vez que não assumiu as obrigações contraídas pela SAAG frente à SAESA antes de sua efetiva entrada no negócio, sendo que a outra acionista e antiga detentora de 100% da participação societária (AG Participações) permanece como garantidora de todas as obrigações perante essa investida.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de março de 2022, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R$26.956 (R$189.028 em 31 de dezembro de 2021) e ainda despenderá quantias relevantes em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

A Companhia procedeu também com a análise do valor recuperável do seu investimento na NESA, com base no seu valor em uso, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e no IFRS 13/CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e concluiu que o valor recuperável desse investimento supera o seu valor contábil em 31 de março de 2022.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que "até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte". A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2022 é de R$2.985.000 (R$2.832.000 em 31 de dezembro de 2021).

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. ("NESA") – Investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a "Operação Buona Fortuna", em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

Notas Explicativas

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis intermediárias.

Madeira Energia S.A ("MESA")

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Cemig GT na Guanhães e na MESA.

Adicionalmente, desde 2017, a Renova, investida cuja participação societária detida pela Cemig GT foi classificada no ativo não circulante mantido para venda em 2021, é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia e sua controlada Cemig GT, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou" e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos, mas não são esperados efeitos resultantes dessas investigações que possam impactar significativamente as informações contábeis intermediárias da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela Renova, uma vez que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a investida.

Considerando o CCVA firmado para alienação do investimento detido na Renova, conforme nota explicativa nº 32, também não são esperados efeitos após a conclusão da transação de venda, considerando que o instrumento de compra e venda de ações não prevê qualquer direito de indenização contra a Cemig GT em relação a qualquer ato, fato, evento, ação ou omissão ocorrido antes e/ou após a data de sua assinatura, exceto na medida em que constituam uma violação ou inexatidão de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Cemig GT. No âmbito do contrato, as partes reconheceram expressamente, o caráter de “porteira fechada” da transação.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos, assim como dos fatores que levaram a Companhia a ser autuada pela Receita Federal pelo não recolhimento de IRRF na aquisição de participação da Ligth, junto a Enlighted (vide nota explicativa nº 24). Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2022, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais se estenderam até agosto de 2021 e julho de 2022, respectivamente. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ, em conformidade com as eventuais demandas apresentadas.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela consultoria especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em 2020 foi concluída e o seu relatório final foi entregue e aprovado pela Comissão de Investigação em 24 de novembro de 2021, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. No entanto, a Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais que estão ainda em andamento.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	246.605	(26.621)	219.984	246.605	(25.822)	220.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3.295.716	(2.371.933)	923.783	3.295.828	(2.352.006)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.086.360	(842.294)	244.066	1.085.943	(837.942)	248.001
Máquinas e equipamentos	2.684.570	(1.993.584)	690.986	2.672.848	(1.975.923)	696.925
Veículos	20.602	(19.349)	1.253	20.632	(19.260)	1.372
Móveis e utensílios	13.735	(11.294)	2.441	13.747	(11.230)	2.517
	7.347.588	**(5.265.075)**	**2.082.513**	**7.335.603**	**(5.222.183)**	**2.113.420**
Em curso						
Ativos em curso	306.978	-	306.978	305.849	-	305.849
Imobilizado líquido	**7.654.566**	**(5.265.075)**	**2.389.491**	**7.641.452**	**(5.222.183)**	**2.419.269**

Controladora	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(25)	30	55	(24)	31
Máquinas e equipamentos	5.200	(5.045)	155	5.200	(4.962)	238
Móveis e utensílios	727	(695)	32	727	(693)	34
	6.064	**(5.765)**	**299**	**6.064**	**(5.679)**	**385**
Em curso						
Ativos em curso	1.026	-	1.026	1.026	-	1.026
Imobilizado líquido	**7.090**	**(5.765)**	**1.325**	**7.090**	**(5.679)**	**1.411**

Notas Explicativas

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Reversão de provisão (2)	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/03/2022
Em serviço							
Terrenos (1)	220.783	-	-	-	(799)	-	219.984
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	-	(20.159)	120	923.783
Edificações, obras civis e benfeitorias	248.001	-	-	-	(4.353)	418	244.066
Máquinas e equipamentos	696.925	-	(95)	-	(17.140)	11.296	690.986
Veículos	1.372	-	-	-	(119)	-	1.253
Móveis e utensílios	2.517	-	-	-	(76)	-	2.441
	2.113.420	**-**	**(95)**	**-**	**(42.646)**	**11.834**	**2.082.513**
Em curso	305.849	**12.181**	**-**	**782**	**-**	**(11.834)**	306.978
Imobilizado líquido	**2.419.269**	**12.181**	**(95)**	**782**	**(42.646)**	**-**	**2.389.491**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Depreciação	Saldo em 31/03/2022
Em serviço				
Terrenos	82	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	31	-	(1)	30
Máquinas e equipamentos	238	-	(83)	155
Móveis e utensílios	34	-	(2)	32
	385	**-**	**(86)**	**299**
Em curso	**1.026**	**-**	**-**	**1.026**
Imobilizado líquido	**1.411**	**-**	**(86)**	**1.325**

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/03/2022	31/12/2021
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.009	220.009
Depreciação acumulada			(128.571)	(126.583)
Total em operação			**91.438**	**93.426**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	55	43
Total em construção			**55**	**43**
Total			**91.493**	**93.469**

17. INTANGÍVEIS

Consolidado	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.692	(4.895)	9.797	14.692	(4.726)	9.966
Concessão onerosa	13.599	(8.649)	4.950	13.599	(8.493)	5.106
Ativos de concessão	21.743.983	(9.843.615)	11.900.368	21.475.916	(9.669.212)	11.806.704
Ativos de Concessão - GSF	1.031.810	(99.259)	932.551	1.031.809	(65.744)	966.065
Outros	78.595	(74.652)	3.943	78.347	(73.854)	4.493
	22.882.679	**(10.031.070)**	**12.851.609**	**22.614.363**	**(9.822.029)**	**12.792.334**
Em curso	**160.208**	**-**	**160.208**	**160.983**	**-**	**160.983**
Intangível líquido	**23.042.887**	**(10.031.070)**	**13.011.817**	**22.775.346**	**(9.822.029)**	**12.953.317**

Controladora	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.565	(12.563)	1.002	13.564	(12.273)	1.291
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
Outros	9	(9)	-	9	(9)	-
	13.582	**(12.580)**	**1.002**	**13.581**	**(12.290)**	**1.291**
Em curso	**119**	**-**	**119**	**89**	**-**	**89**
Intangível líquido	**13.701**	**(12.580)**	**1.121**	**13.670**	**(12.290)**	**1.380**

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/03/2022
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.966	-	-	(169)	-	9.797
Concessão onerosa	5.106	-	-	(156)	-	4.950
Ativos de concessão	11.806.704	-	(6.767)	(193.163)	293.594	11.900.368
Ativos de concessão - GSF	966.065	-	-	(33.514)	-	932.551
Outros	4.493	-	-	(813)	263	3.943
	12.792.334	**-**	**(6.767)**	**(227.815)**	**293.857**	**12.851.609**
Em curso	**160.983**	**14.775**	**(6)**	**-**	**(15.544)**	**160.208**
Intangível Líquido	**12.953.317**	**14.775**	**(6.773)**	**(227.815)**	**278.313**	**13.011.817**

(1) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R$278.313.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2022
Em serviço				
Com vida útil definida				
Direito de uso de softwares	1.291	-	(289)	1.002
	1.291	**-**	**(289)**	**1.002**
Em curso	**89**	**30**	**-**	**119**
Intangível líquido	**1.380**	**30**	**(289)**	**1.121**

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.

São classificados como ativos intangíveis da Companhia os direitos de autorização de distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante de R$392.432 (R$396.246 em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos no balanço individual da Companhia como investimentos, conforme nota explicativa nº 15, em conformidade à interpretação técnica ICPC 09.

Os ativos de concessão incluem os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante total de R$113.598 (R$116.446 em 31 de dezembro de 2021), que são reconhecidos no balanço individual da controlada Cemig GT como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel n°895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei n° 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei n° 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação,exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReN. Aneel nº 895/2020.

Notas Explicativas

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei n° 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu, no 2º trimestre de 2021, um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20", no montante de R$909.601.

Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021, incluindo Irapé e Queimado, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, no 3º trimestre de 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível no montante de R$122.208, referente à extensão da outorga dessas usinas. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R$1.031.809, reconhecido em contrapartida à rubrica "Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20".

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros. A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	**9.459**	**05/01/2046**	**7**	**03/01/2053**
Cemig Geração Itutinga	**7.713**	**05/01/2046**	**7**	**03/01/2053**
Cemig Geração Leste	**154**			
Dona Rita	11	03/07/2046	4	19/07/2050
Ervalia	8	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	7	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	0,7	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	1	26/12/2046
Cemig Geração Oeste	**234**			
Cajuru (Cemig)	234	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Salto Grande	**40.079**	**05/01/2046**	**7**	**03/01/2053**
Cemig Geração Sul	**2.106**			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	0,8	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	7	03/01/2053
Marmelos	238	05/01/2046	7	03/01/2053
Paciencia	205	05/01/2046	7	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Três Marias	**115.831**	**05/01/2046**	**7**	**03/01/2053**
Cemig Poço Fundo	**1.482**	**29/05/2045**	**7**	**27/05/2052**
Cemig PCH (Pai Joaquim)	**418**	**04/04/2032**	**0,4**	**14/09/2032**
Horizontes	**130**			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	1,9	21/05/2027
Rosal	**8.900**	**08/05/2032**	**3,6**	**13/12/2035**
Sá Carvalho	**39.690**	**01/12/2024**	**1,7**	**27/08/2026**
Total Subsidiárias	**226.196**			
Nova Ponte	254.956	23/07/2025	2,1	11/08/2027
Irapé	105.010	28/02/2035	2,6	18/09/2037
Queimado	19.326	18/12/2032	1,8	26/06/2034
Sao Bernardo (Cemig)	649	19/08/2025	1,9	27/06/2027
Emborcação	425.672	23/07/2025	1,8	26/05/2027
Total Cemig GT	**805.613**			
Total (R$)	**1.031.809**			

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Cemig GT no período indicado na Lei n° 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	**1.322.438**

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2022 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em agosto de 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65
Contratos celebrados de agosto a dezembro de 2021 (1)		
Até 5 anos	5,81	0,47
De 6 a 10 anos	5,89	0,48
De 11 a 15 anos	5,95	0,49
De 16 a 30 anos	5,95	0,49
Contratos celebrados de janeiro a março de 2022 (1)		
Até 5 anos	6,24	0,51
De 6 a 10 anos	6,42	0,53
De 11 a 15 anos	6,50	0,54
De 16 a 30 anos	6,50	0,54

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**191.567**	**34.026**	**225.593**
Baixa (contratos encerrados)	(96)	-	(96)
Amortização (1)	(2.612)	(11.425)	(14.037)
Adições	197	-	197
Remensuração (2)	(1.020)	578	(442)
Saldos em 31 de março de 2022	**188.036**	**23.179**	**211.215**

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R$157 no período de janeiro a março de 2022 (R$140 no período de janeiro a março de 2021).
(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.050**
Amortização (1)	(21)
Saldo em 31 de março de 2022	**2.029**

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R$6 em 31 de março de 2022 (R$2 em 31 de março de 2021).

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**244.023**	**2.252**
Adição	197	-
Ajuste passivo combinação de negócio	(159)	-
Baixa (contratos encerrados)	(101)	-
Juros incorridos (1)	6.737	70
Arrendamentos pagos	(18.729)	(72)
Juros sobre arrendamentos pagos	(331)	(2)
Remensuração (2)	(442)	-
Saldos em 31 de março de 2022	**231.195**	**2.248**
Passivo circulante	**50.599**	**277**
Passivo não circulante	**180.596**	**1.971**

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R$452 e R$5 no período de janeiro a março de 2022 (R$428 e R$5 no período de janeiro a março de 2021), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.

(2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	637.846	231.195	7.033	2.248
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	55.237	18.327	651	208

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2022	45.691	222
2023	28.142	296
2024	27.898	296
2025	27.768	296
2026	27.613	296
2027 a 2045	480.734	5.627
Valores não descontados	**637.846**	**7.033**
Juros embutidos	(406.651)	(4.785)
Passivo de arrendamento	**231.195**	**2.248**

19. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Energia de curto prazo - CCEE	158.353	129.957	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	179.879	175.476	95	95
Energia elétrica comprada para revenda	936.753	1.314.197	83.414	62.322
Itaipu binacional	301.909	331.118	-	-
Gás comprado para revenda	238.091	227.683	-	-
Materiais e serviços	427.670	504.912	444	2.265
	2.242.655	**2.683.343**	**83.953**	**64.682**

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS	152.197	123.928	3.020	2.616
Cofins (1)	166.761	166.482	12.021	30.030
PIS/Pasep (1)	36.250	36.180	2.595	6.496
INSS	35.945	36.178	1.803	1.940
Outros(2)	75.333	165.328	23.546	91.682
	466.486	**528.096**	**42.985**	**132.764**
Não circulante				
Cofins (1)	288.192	280.690	-	-
PIS/Pasep (1)	62.627	60.999	-	-
	350.819	**341.689**	**-**	**-**
	817.305	**869.785**	**42.985**	**132.764**
Valores a serem restituídos a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	267.307	704.025	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	2.366.849	2.318.910	-	-
	2.634.156	**3.022.935**	**-**	**-**

(1) Cofins e PIS/Pasep registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão, cuja contraprestação será recebida nos próximos 12 meses contados da data das demonstrações financeiras. Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

(2) O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 10 de dezembro de 2021, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2022, em conformidade à legislação tributária.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R$2.451.631, conforme descrito na nota explicativa nº 7 (a), já tendo sido restituído o montante de R$2.020.032 até março de 2022 (R$1.583.314 até dezembro de 2021).

A Cemig D registrou um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período de 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigora desde 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa 7b. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Cemig D, ver nota explicativa 13.4.

Notas Explicativas

Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação.

Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 8 (a), a controlada Gasmig reconheceu os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R$228.842. A controlada registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, contados da data do encerramento do trimestre, na ausência do trânsito em julgado, sendo este no montante de R$182.524. O período de 10 anos consubstancia o montante máximo passível de devolução, a ser convalidado após análises complementares das decisões judiciais que serão emitidas e legislação em vigor quando do efetivo trânsito em julgado da ação.

Notas Explicativas

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				31/03/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1) (7)	2024	9,25%	U$$	164.700	4.737.799	4.902.499	5.622.673
(-) Custos de transação				-	(7.619)	(7.619)	(8.220)
(±) Recursos antecipados (2)				-	(12.397)	(12.397)	(13.356)
Dívida em moeda estrangeira				**164.700**	**4.717.783**	**4.882.483**	**5.601.097**
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás (3)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R$	3.247	1.572	4.819	5.647
Sonda (4)	2022	110,00% do CDI	R$	53.831	-	53.831	52.430
Dívida em moeda nacional				**57.078**	**1.572**	**58.650**	**58.077**
Total de empréstimos e financiamento				**221.778**	**4.719.355**	**4.941.133**	**5.659.174**
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2022	IPCA + 6,20%	R$	-	-	-	428.367
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R$	286.083	562.153	848.236	1.147.465
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3)	2024	CDI + 0,45%	R$	546.569	675.000	1.221.569	1.355.933
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R$	21.331	1.797.186	1.818.517	1.759.628
Debêntures - - 4ª emissão - 1ª série (5)	2022	TJLP+1,82%	R$	7.533	-	7.533	10.028
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (5)	2022	Selic + 1,82%	R$	3.293	-	3.293	4.376
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (5)	2022	TJLP + 1,82%	R$	7.706	-	7.706	10.597
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (5)	2022	Selic + 1,82%	R$	3.910	-	3.910	5.201
Debêntures - 7ª emissão - Série única (5)	2023	CDI + 1,50%	R$	20.060	20.000	40.060	40.049
Debêntures - 8ª emissão - Série única (5)	2031	IPCA + 5,27%	R$	6.091	993.134	999.225	986.446
(-) Deságio na emissão de debêntures (6)				-	(14.188)	(14.188)	(15.002)
(-) Custos de Transação				(3.022)	(24.276)	(27.298)	(28.299)
Total de debêntures				**899.554**	**4.009.009**	**4.908.563**	**5.704.789**
Total geral consolidado				**1.121.332**	**8.728.364**	**9.849.696**	**11.363.963**

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Controladora			
				31/03/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda	2021	110,00% do CDI	R$	53.830	-	53.830	52.430
Total de empréstimos e financiamentos				**53.830**	**-**	**53.830**	**52.430**

(1) Cemig Geração e Transmissão.
(2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
(3) Cemig Distribuição.
(4) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.
(5) Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás.
(6) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.
(7) Em agosto de 2021, a Cemig GT realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de U$500 milhões. Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Notas Explicativas

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de março de 2022, é garantido da seguinte forma:

	31/03/2022
Nota promissória, aval e fiança	5.730.395
Aval e Recebíveis	3.020.144
Recebíveis	27.030
Ações	53.830
Sem garantia	1.018.297
TOTAL	**9.849.696**

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas						
Dólar Norte-Americano	164.700	-	4.737.799	-	-	4.902.499
Total por moedas	**164.700**	**-**	**4.737.799**	**-**	**-**	**4.902.499**
Indexadores						
IPCA (1)	32.430	281.075	386.233	1.290.665	1.675.575	3.665.978
UFIR/RGR (2)	2.438	2.381	-	-	-	4.819
CDI (3)	438.833	613.830	270.000	-	-	1.322.663
URTJ/TJLP (4)	15.239	-	-	-	-	15.239
Total por indexadores	**488.940**	**897.286**	**656.233**	**1.290.665**	**1.675.575**	**5.008.699**
(-) Custos de transação	(2.749)	(3.362)	(7.473)	(4.361)	(16.972)	(34.917)
(±) Recursos antecipados	-	-	(12.397)	-	-	**(12.397)**
(-) Deságio	-	-	-	(7.094)	(7.094)	(14.188)
Total geral	**650.891**	**893.924**	**5.374.162**	**1.279.210**	**1.651.509**	**9.849.696**

Controladora	2022	Total
Indexadores		
CDI (3)	53.830	53.830
Total por indexadores	**53.830**	**53.830**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Variação % Acumulada em 31/03/2022	Variação % Acumulada em 31/03/2021	Indexador	Variação % Acumulada em 31/03/2022	Variação % Acumulada em 31/03/2021
Dólar Norte-Americano	(15,10)	9,63	IPCA	3,20	2,05
			CDI	2,39	0,48
			TJLP	14,29	(3,52)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.363.963**	**52.430**
Variação monetária	65.249	-
Variação cambial	(842.700)	-
Encargos financeiros provisionados	232.247	1.400
Amortização do custo de transação	1.600	-
Encargos financeiros pagos	(140.990)	-
Amortização de principal	(829.673)	-
Saldo em 31 de março de 2022	**9.849.696**	**53.830**

Encargos financeiros capitalizados

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	232.247	332.565
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato (1) (notas 17 e 21)	(8.524)	(6.538)
Efeito líquido no resultado	**223.723**	**326.027**

(1) A taxa média de capitalização foi de 10,18% a.a. em 31 de março de 2022 (7,50% a.a. em 31 de março de 2021).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - "*Covenants*"

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R$50 milhões ("*cross default*").

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas ("*Covenants*") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds Cemig GT (1)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (3)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures GASMIG (2)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	Anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (3)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0		Anual

(1) O Ebtida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebtida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

(2) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

(3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 30.

22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	28.084	28.198
Conta de desenvolvimento energético – CDE	103.795	109.618
Taxa de fiscalização da Aneel	2.552	2.526
Eficiência energética	254.027	237.426
Pesquisa e desenvolvimento	116.442	112.267
Pesquisa expansão sistema energético	4.071	4.377
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	8.154	8.759
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	12.736	16.623
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	8.646	5.374
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	251.837
CDE sobre P&D (1)	2.579	2.767
CDE sobre PEE	3.552	4.583
Outros	4.624	4.638
	575.603	**815.318**
Passivo circulante	**491.293**	**610.695**
Passivo não circulante	**84.310**	**204.623**

23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	**2.670.153**	**3.468.504**	**66.017**	**6.204.674**
Despesas reconhecidas no resultado	71.205	94.498	1.817	167.520
Contribuições pagas	(61.836)	(48.147)	(929)	(110.912)
Passivo líquido em 31 de março de 2022	**2.679.522**	**3.514.855**	**66.905**	**6.261.282**

	31/03/2022	31/12/2021
Passivo Circulante	**352.358**	**346.733**
Passivo Não Circulante	**5.908.924**	**5.857.941**

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	**498.434**	**220.585**	**5.047**	**724.066**
Despesa reconhecida no resultado	13.312	5.904	137	19.353
Contribuições pagas	(3.046)	(2.718)	(56)	(5.820)
Passivo líquido em 31 de março de 2022	**508.700**	**223.771**	**5.128**	**737.599**

	31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante	**27.348**	**26.917**
Passivo não circulante	**710.251**	**697.149**

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R$153.480 (R$106.683 em 31 de março de 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R$14.040 (R$18.376 em 31 de março de 2021).

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R$415.438 e R$59.495.

Em 2 de fevereiro de 2022 a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, em 11 de fevereiro de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R$356.538 (R$384.513 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de março de 2022, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R$533.708 (R$538.934 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R$348.435, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R$185.273. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da FORLUZ verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R$160.425, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia e suas controladas ficariam dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente à 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R$9.986 (R$6.783 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento, que se encontra em sua fase inicial, de postulação.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R$160.425, referente ao exercício de 2019. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em decorrência da ação ainda estar em fase de conhecimento, não havendo decisões de mérito. Além disso, houve o indeferimento da tutela de urgência requerida pela Forluz.

24. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2022
Trabalhistas	403.934	33.742	(7)	(24.554)	413.115
Cíveis					
Relações de consumo	32.235	8.176	-	(6.218)	34.193
Outras ações cíveis	38.548	3.019	(462)	(1.839)	39.266
	70.783	**11.195**	**(462)**	**(8.057)**	**73.459**
Tributárias	1.295.661	41.170	-	(8.924)	1.327.907
Regulatórias	47.842	1.367	-	(108)	49.101
Outras	70.752	5.085	(779)	(1.052)	74.006
Total	**1.888.972**	**92.559**	**(1.248)**	**(42.695)**	**1.937.588**

	Controladora				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2022
Trabalhistas	43.075	1.875	-	(629)	44.321
Cíveis				-	
Relações de consumo	1.220	402	-	(41)	1.581
Outras ações cíveis	2.421	1.180	-	-	3.601
	3.641	**1.582**	**-**	**(41)**	**5.182**
Tributárias	177.722	11.486	-	(2.380)	186.828
Regulatórias	11.166	300	-	-	11.466
Outras	1.391	-	(249)	-	1.142
Total	**236.995**	**15.243**	**(249)**	**(3.050)**	**248.939**

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da posição financeira da Companhia e de suas controladas.

As principais provisões e passivos contingentes são detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de aproximadamente R$1.534.773 (R$1.570.680 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$413.115 foram provisionados (R$403.934 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$179.683 (R$180.858 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$34.193 (R$32.235 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$479.176 (R$460.540 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$39.266 (R$38.548 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R$225.621 (R$212.312 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$25.415 (R$19.041 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R$88.721 (R$86.847 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$3.332 foram provisionados (R$3.432 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de aproximadamente R$1.462.520 (R$1.433.086 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$1.297.993 (R$1.272.036 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R$204.417 (R$199.430 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$1.166 (R$1.152 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$401.269 (R$385.244 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$49.101 (R$47.842 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R$57.503 (R$55.193 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R$436.322 (R$419.869 em 31 de dezembro de 2021) dos quais R$842 (R$810 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$420.072 (R$401.589 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$15.661 foram provisionados (R$14.749 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

Impostos e Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Notas Explicativas

Indenização do anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$121.834, que atualizado representa o valor de R$292.951 (R$290.198 em 31 de dezembro de 2021), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$305.898 (R$301.647 em 31 de dezembro de 2021) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R$123.709 (R$121.223 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R$242.702 (R$239.467 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$468.149 (R$453.924 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou cinco autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R$124.478 de principal, R$200.546 de multas e R$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de março de 2022, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R$148.924 (R$139.938 em 31 de dezembro de 2021). Em julho de 2021, a Gasmig protocolou uma ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais e o procedimento suspendeu os autos de infração acima.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R$61.390 (R$60.079 em 31 de dezembro de 2021), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, fundamentada na análise do atual entendimento dos tribunais brasileiros relativo à questão.

Notas Explicativas

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R$165.361 (R$161.780 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R$1.322.167 (R$1.269.402 em 31 de dezembro de 2021), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$452.359 (R$436.835 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Ineficiência na prestação de serviços

Ação civil pública ajuizada pelo MPMG contra a Companhia em razão da suposta ineficiência da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para os consumidores do município de Rio Vermelho. Considerando que a contestação da Companhia foi apresentada, aguarda-se o início da instrução probatória. O valor da contingência é de R$269.485 em 31 de março de 2022. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em razão da documentação recebida, bem como a natureza da ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$427.814 (R$413.375 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$127.606 (R$123.098 em 31 de dezembro de 2021).

Outros Passivos Contingentes

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$206.178 (R$198.144 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ("IDPJ") de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R$89.844 (R$86.256 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$8.466.810, representado por 566.036.634 ações ordinárias e 1.127.325.434 preferenciais, ambas com valor nominal de R$5,00.

Aumento de Capital

Considerando que em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas de lucro excederam o capital social em R$1.522.600, a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") aprovou, em 29 de abril de 2022, a proposta de aumento do capital social de R$8.466.810 para R$11.006.853, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, mediante a capitalização de R$2.540.043 provenientes da Reserva de Retenção de Lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão de 508.008.620 novas ações, ao valor nominal de R$5,00, sendo 169.810.990 e 338.197.630 de ações ordinárias e ações preferenciais, respectivamente, conforme Estatuto Social.

b) Lucro por ação

Em razão do aumento de capital em 29 de abril de 2021, com a emissão de 508.008.620 novas ações, sem uma correspondente entrada de recursos na Companhia, o lucro básico e o lucro diluído por ação estão apresentados, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021 (Reapresentado)
Ações ordinárias já capitalizadas	735.847.624	735.847.624
Ações em tesouraria	(102)	(102)
Total ações ordinárias	**735.847.522**	**735.847.522**
Ações preferenciais já capitalizadas	1.465.523.064	1.465.523.064
Ações em tesouraria	(846.062)	(846.062)
Total ações preferenciais	**1.464.677.002**	**1.464.677.022**
Total	**2.200.524.524**	**2.200.524.524**

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do período (A)	**1.455.189**	**422.032**
Total de ações (B)	2.200.524.523	2.200.524.523
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R$)	**0,66**	**0,20**

A opção de venda SAAG, emitida pela Cemig GT, descritas na nota explicativa nº 30, tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro (prejuízo) por ação nos períodos apresentados.

26. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecidas em bases mensais na medida em que ocorrem: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	8.304.056	6.951.837	314.449	-
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	859.444	836.735	-	-
CVA e outros componentes financeiros (c)	(700.107)	338.907	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização (1)	436.718	178.373	-	-
Receita de operação e manutenção (d)	83.787	89.162	-	-
Receita de construção de transmissão (d)	68.395	22.451	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 13)	191.945	157.255	-	-
Receita de construção de distribuição	440.565	329.309	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (e)	19.732	10.906	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (f)	131.595	124.560	-	-
Liquidação na CCEE (g)	(18.670)	107.045	10.438	-
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (h)	138.994	-	-	-
Fornecimento de gás	956.008	705.185	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(31.894)	(30.569)	-	-
Outras receitas operacionais (i)	501.358	412.862	109	91
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (j)	(3.534.478)	(3.123.277)	(38.441)	(8)
Receita operacional líquida	**7.847.448**	**7.110.741**	**286.555**	**83**

(1) Mais informações na nota explicativa nº 8 a.

Notas Explicativas

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

São receitas reconhecidas pela entrega de energia elétrica, com base nas tarifas especificadas nos termos contratuais, homologadas pelo órgão regulador, ou vigentes no mercado, à medida do faturamento. A receita referente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês é estimada com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período.

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R$	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Residencial	2.841.768	2.875.007	3.115.806	2.659.585
Industrial	4.158.420	3.801.715	1.393.200	1.210.151
Comércio, serviços e outros	2.276.420	2.105.940	1.743.177	1.320.731
Rural	545.936	844.374	489.779	534.815
Poder público	204.191	186.717	179.314	137.104
Iluminação pública	285.011	355.356	167.372	211.955
Serviço público	339.958	347.115	246.977	194.880
Subtotal	**10.651.704**	**10.516.224**	**7.335.625**	**6.269.221**
Consumo Próprio	9.854	8.560	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	77.884	5.794
	10.661.558	**10.524.784**	**7.413.509**	**6.275.015**
Suprimento a outras concessionárias (2)	3.155.649	2.716.110	866.323	750.541
Suprimento não faturado líquido	-	-	24.224	(73.719)
Total	**13.817.207**	**13.240.894**	**8.304.056**	**6.951.837**

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”), definida pelo órgão regulador. O total da energia transportada, em MWh está apresentado na tabela abaixo:

	MWh (1)	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Industrial	4.935.505	4.982.862
Comercial	433.917	366.150
Rural	11.986	9.787
Serviço Público	862	651
Concessionárias	63.562	72.117
Total	**5.445.832**	**5.431.567**

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

d) Receita de Concessão da Transmissão

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.
- Receitas de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de concessão de transmissão relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção, e são reconhecidas nos períodos em que os serviços são executados, mediante o faturamento da RAP.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: Corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Receita de construção e melhorias	68.395	22.451
Custo de construção e melhorias	(50.696)	(19.065)
Margem	17.699	3.386
Mark-up (%)	**34,91%**	**17,76%**
Receita de operação e manutenção	83.787	89.162
Custo de operação e manutenção	(68.554)	(67.100)
Margem	15.233	22.062
Mark-up (%)	**22,22%**	**32,88%**

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

f) Receita de atualização financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

g) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

No terceiro trimestre de 2021, parte dos contratos de compra de energia da controlada Cemig GT foram transferidos para a Companhia, iniciando o processo de segregação do negócio de comercialização, com o objetivo de possibilitar uma visão mais apurada dos resultados desse segmento de negócio. A segregação do negócio de comercialização não impacta a estratégia corporativa da Companhia, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes.

h) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

i) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Serviço taxado	4.294	3.982
Prestações de serviços	15.019	13.309
Subvenções – Baixa renda	72.360	65.246
Subvenções (1)	322.897	271.988
Aluguel e arrendamento	63.792	47.112
Outras	22.996	11.225
	501.358	**412.862**

(1) Inclui receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R$245.942 em 31 de março de 2022 (R$247.847 em 31 de março de 2021), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R$76.089 em 31 de março de 2022 (R$18.474 em 31 de março de 2021), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; a reversão de R$5.485, de janeiro a março de 2022, da receita reconhecida em dezembro de 2021 em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica; e a receita de subvenções vinculadas ao uso do sistema de transmissão no montante de R$6.351 em 31 de março de 2022 (R$5.667 em 31 de março de 2021).

j) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Tributos sobre a Receita				
ICMS	1.872.055	1.651.452	9.233	-
COFINS	664.046	612.850	23.998	7
PIS-PASEP	145.008	133.051	5.210	1
Outros	1.441	836	-	-
	2.682.550	**2.398.189**	**38.441**	**8**
Encargos do Consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	3.742	3.690	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	16.219	25.422	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	1.009.297	674.869	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	8.583	13.710	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	12.211	13.710	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	6.105	6.855	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	19.490	16.335	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	7.603	9.638	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	11.747	8.879	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	(251.821)	(48.020)	-	-
CDE sobre P&D	3.630	-	-	-
CDE sobre PEE	5.122	-	-	-
	851.928	**725.088**	**-**	**-**
	3.534.478	**3.123.277**	**38.441**	**8**

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Pessoal	303.567	307.454	7.009	6.301
Participação dos empregados e administradores no resultado	37.150	29.514	3.756	2.270
Obrigações pós-emprego (nota 23)	153.480	106.683	18.661	12.094
Materiais	20.253	20.850	6	8
Serviços de terceiros (a)	379.749	342.434	3.433	2.709
Energia elétrica comprada para revenda (b)	3.103.382	3.108.114	238.162	-
Depreciação e amortização (2)	283.909	238.431	394	451
Provisões e ajustes para perdas operacionais (c)	163.330	24.204	14.783	10.200
Encargos de uso da rede básica de transmissão	868.532	746.312	-	-
Gás comprado para revenda	563.781	387.525	-	-
Custos de construção da infraestrutura (d)	491.262	348.375	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (e)	30.577	77.000	(4.618)	7.087
	6.398.972	**5.736.896**	**281.586**	**41.120**

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R$157 no consolidado e R$6 na controladora (R$140 e R$2 em 31 de março de 2021).

Notas Explicativas

a) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	29.670	31.174	-	-
Comunicação	37.063	40.492	87	55
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	143.160	124.042	3	4
Conservação e limpeza de prédios	15.263	16.799	56	38
Mão de obra contratada	4.758	-	12	-
Fretes e passagens	319	-	58	-
Hospedagem e alimentação	2.764	-	7	-
Vigilância	3.959	3.157	-	-
Consultoria	4.731	9.276	1.020	1.590
Auditoria externa	3.745	-	860	-
Manutenção/conservação de móveis utensílios	2.117	-	-	-
Tecnologia da informação	44.070	25.261	887	325
Manutenção e conservação de veículos	625	-	-	-
Corte e religação	21.229	16.007	-	-
Meio ambiente	3.123	-	-	-
Serviços advocatícios	4.242	4.193	144	306
Custas processuais (recuperação de custos)	632	-	26	-
Poda de árvores	9.389	10.805	-	-
Limpeza de faixa	17.252	24.407	-	-
Reprografia e publicações legais (recuperação de custos)	3.990	2.832	27	11
Inspeção de unidades consumidoras	7.897	5.602	-	-
Outras despesas	19.751	28.387	246	380
	379.749	**342.434**	**3.433**	**2.709**

b) Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Energia de Itaipu Binacional	394.055	487.525	-	-
Contratos por cotas de garantia física	214.718	202.065	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	89.298	61.144	-	-
Energia de curto prazo	93.764	39.332	(220)	-
Proinfa	151.414	95.500	-	-
Contratos bilaterais	110.083	84.987	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	625.633	1.122.835	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	1.230.940	1.035.843	262.657	-
Geração distribuída	453.589	255.024	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(260.112)	(276.141)	(24.275)	-
	3.103.382	**3.108.114**	**238.162**	**-**

(1) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia. Para mais informações, ver nota explicativa nº 26 (g).

Notas Explicativas

c) Provisões (Reversões) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	43.092	43.153	-	-
Perdas estimadas (reversões) com outros créditos a receber (2)	1.500	(11.000)	(211)	-
	44.592	**32.153**	**(211)**	**-**
Provisão (reversão) para Contingências (3) (nota 25)				
Trabalhistas	33.735	21.605	1.875	8.155
Cíveis	10.733	9.955	1.582	253
Tributárias	41.170	(29.322)	11.486	2.264
Regulatórias	1.367	-	300	-
Outras	4.306	2.980	(249)	(472)
	91.311	**5.218**	**14.994**	**10.200**
	135.903	**37.371**	**14.783**	**10.200**
Ajustes para perdas				
Opção de venda SAAG (nota 31)	27.427	(13.167)	-	-
	27.427	**(13.167)**	**-**	**-**
	163.330	**24.204**	**14.783**	**10.200**

(1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.
(2) Refere-se, principalmente, a perda estimada com créditos de compartilhamento de infraestrutura (aluguel de postes).
(3) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.
(4) Representa as perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.

d) Custo de construção de infraestrutura

	Consolidado	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Pessoal e administradores	30.351	15.014
Materiais	281.455	181.036
Serviços de terceiros	157.508	130.039
Outros	21.948	22.286
	491.262	**348.375**

e) Outras despesas operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Arrendamentos e aluguéis (recuperação de custos)	2.110	1.608	1	3
Propaganda e publicidade	711	268	-	(12)
Consumo próprio de energia elétrica	6.279	48	-	-
Subvenções e doações	4.337	1.007	-	-
Concessão onerosa	959	792	-	-
Seguros	6.318	7.330	721	959
Anuidade CCEE	1.452	1.483	37	-
FORLUZ – custeio administrativo	8.024	7.552	401	373
Agentes arrecadadores	20.311	20.918	-	
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	1.168	11.804	-	
Obrigações derivadas de contratos de investimento	833	5.379	-	
Impostos e taxas	4.743	3.936	208	353
Outras despesas (receitas) (1)	(26.668)	14.875	(5.986)	5.411
	30.577	**77.000**	**(4.618)**	**7.087**

(1) No primeiro trimestre de 2022, a Companhia registrou recuperação de custos e despesas relacionados ao aumento do números de inspeções, cobranças de faturas de perdas e faturas com negativações, protestos e cortes de unidades inadimplentes.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	73.658	31.613	15.313	7.912
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	95.375	114.784	155	-
Variações cambiais de Itaipu	23.965	-	-	-
Variação Cambial Empréstimos	842.700	-	-	-
Variação monetária	17.215	6.693	3.598	1.042
Variação monetária – CVA	51.999	-	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	14.885	2.507	2.907	490
Rendas de antecipação de pagamento	469	-	-	-
PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras (1)	(24.426)	(15.838)	(13.407)	(8.566)
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	1.020	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	(375)	-	4.154	809
Outras receitas financeiras	13.560	14.656	1.669	1.563
	1.109.025	**154.415**	**15.409**	**3.250**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(223.723)	(326.027)	(1.400)	(266)
Amortização do custo de transação	(1.600)	(4.137)	-	(55)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos	-	(751.781)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	-	(16.963)	-	-
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(65.249)	(84.174)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(2.824)	(3.893)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(14.040)	(18.376)	(692)	(904)
Perdas com instrumentos financeiros - swap	(456.647)	(187.348)	-	(63)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir	-	(6.784)	-	-
Variação monetária de arrendamento	(6.285)	(6.332)	(65)	-
Despesas financeiras P&D e PEE	(7.313)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(17.181)	(13.820)	(38)	(527)
	(794.862)	**(1.419.635)**	**(2.195)**	**(1.815)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**314.163**	**(1.265.220)**	**13.214**	**1.435**

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
(2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	143.217	167.366	-	-	43.360	32.630	-	-
Não circulante								
Contas a receber - AFAC (2)	13.366	13.366	-	-	-	959	-	-
Coligada (3)								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	8.021	7.533	131.605	131.080	23.737	24.815	(364.919)	(411.740)
Ajuste para perdas (5)	-	-	170.685	161.648	-	-	-	-
Controlada em conjunto (3)								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	293	-	20.772	16.785	15.422	11.012	(53.865)	(46.027)
Prestação de serviços (6)	488	512	-	-	1.303	1.336	-	-
Contingências (7)	-	-	53.331	52.497	-	-	(833)	(5.379)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	977	983	38	-	(2.133)	(2.265)
Prestação de serviços (6)	287	211	-	-	259	-	-	-

Notas Explicativas

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Juros sobre capital próprio e dividendos	14.759	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	2.079	2.338	34.294	35.139	6.466	6.969	(80.685)	(80.621)
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	2.918	2.160	-	-	(8.472)	(6.461)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	4.258	3.153	-	-	(12.363)	(9.107)
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.657	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	570	570	618	62	1.147	1.392	(1.357)	(1.738)
Juros sobre capital próprio e dividendos	7.202	-	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	9.372	9.971	65	60	(33.742)	(27.075)
Prestação de serviços (6)	150	150	-	-	288	310	-	-
Hidrelétrica Itaocara								
Circulante								
Ajuste para perdas (8)	-	-	20.838	20.767	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (9)	-	-	77	62	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.532	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	279.188	81.027	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	960.533	1.707.323	-	-	41.775	37.441	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	188.269	351.162	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	187.835	180.635	-	-	(71.205)	(50.132)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (11)	-	-	-	-	-	-	(18.027)	(17.439)
Custeio administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(8.024)	(7.551)
Arrendamento operacional (13)	167.339	169.993	22.848	23.765	-	-	(7.536)	(7.219)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	2.491.687	2.489.518	-	-	-	-
Arrendamento operacional (13)	-	-	162.599	162.913	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	192.686	184.129	-	-	(96.315)	(64.290)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	3.389.074	3.350.392	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar é de R$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 31 de março de 2022, doze parcelas foram compensadas;

(2) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 10;

(3) Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 15);

Notas Explicativas

(4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
(5) Foi reconhecido um passivo a descoberto correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Madeira Energia S.A. em função de sentença no âmbito de processo arbitral (para maiores detalhes consultar nota explicativa nº 15);
(6) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
(7) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R$151 milhões (R$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R$53 milhões (R$52 milhões em 31 de dezembro de 2021);
(8) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 15);
(9) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
(10) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 23);
(11) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
(12) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(13) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig;
(14) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 23).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Cemig GT	-	-	799.947	799.947
Cemig D	-	-	1.027.849	916.961
Gasmig	-	-	24.563	350
Sete Lagoas Transmissora	-	-	5.121	-
Light	71.206	71.206	71.206	71.206
Aliança Geração	99.000	224.896	-	-
Taesa	31.873	31.873	31.873	31.873
Cemig Sim	-	-	3.653	230
Outras (1)	28.161	7.214	11	11
	230.240	**335.189**	**1.964.223**	**1.820.578**

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/03/2022	Vencimento
Norte Energia (NESA) (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.585.677	2042
Norte Energia S.A (NESA)/Light (2)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia S.A. (3)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	510.399	2037
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.147.841	2034
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Debêntures	77.436	2030
				5.004.968	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.
(2) Contragarantida emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.
(3) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 31 de março de 2022, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Cemig GT concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, e/ou deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 93,91% em 31 de março de 2022 (96,25% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Remuneração	5.866	5.877
Participação nos resultados	2.436	1.303
Previdência privada	401	380
Planos de saúde e odontológico	53	54
Seguro de vida	8	-
Total	**8.764**	**7.614**

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, são como segue:

	Nível	31/03/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras	2	296.713	296.713	1.094.473	1.094.473
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	2	4.846.498	4.846.498	4.481.423	4.481.423
Fundos vinculados	2	29.697	29.697	19.195	19.195
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros da concessão - Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	1.449.547	1.449.547	2.147.548	2.147.548
Reembolso de subsídios tarifários	2	101.961	101.961	291.896	291.896
Subvenção baixa renda	2	47.801	47.801	46.540	46.540
Depósitos vinculados a litígios	2	1.195.649	1.195.649	1.155.169	1.155.169
Bonificação pela outorga – concessões de geração	3	2.850.967	2.850.967	2.792.201	2.792.201
		10.832.199	**10.832.199**	**12.041.811**	**12.041.811**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras		1.355.336	1.355.336	708.252	708.252
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	15.193	15.193	100.554	100.554
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	211.134	211.134	178.427	178.427
Letras financeiras – Bancos	2	642.821	642.821	704.364	704.364
		2.224.484	**2.224.484**	**1.691.597**	**1.691.597**
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	3	866.223	866.223	1.219.176	1.219.176
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	815.310	815.310	718.115	718.115
Indenizações a receber – geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		4.722.219	**4.722.219**	**4.445.090**	**4.445.090**
		15.554.418	**15.554.418**	**16.486.901**	**16.486.901**
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(9.849.696)	(9.849.696)	(11.363.963)	(11.363.963)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(356.538)	(356.538)	(384.513)	(384.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(532.901)	(532.901)	(538.934)	(538.934)
Concessões a pagar	3	(28.010)	(28.010)	(26.813)	(26.813)
Fornecedores	2	(2.242.655)	(2.242.655)	(2.683.343)	(2.683.343)
Operações de arrendamento mercantil	2	(231.195)	(231.195)	(244.023)	(244.023)
Passivos financeiros setoriais	3	(1.466)	(1.466)	(51.359)	(51.359)
		(13.242.461)	**(13.242.461)**	**(15.292.948)**	**(15.292.948)**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	(109.824)	(109.824)	(6.130)	(6.130)
Opções de venda (SAAG)	3	(663.719)	(663.719)	(636.292)	(636.292)
		(773.543)	**(773.543)**	**(642.422)**	**(642.422)**
		(14.016.004)	**(14.016.004)**	**(15.935.370)**	**(15.935.370)**

(1) Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

Notas Explicativas

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. Os ativos de distribuição de gás equivalem ao custo de construção atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, conforme determina o contrato de concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 13.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa 13.2.

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo da opção Sonda. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de seu vencimento deduzido do valor justo das ações objeto da opção, estimado na mesma data, trazidos a valor presente para a data das informações contábeis intermediárias.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 131,33% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,20%, CDI + 0,79% a CDI + 4,67%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto das opções da Companhia são como segue:

Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Opções de venda – SAAG	663.719	636.292
	663.719	**636.292**

Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento"), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento ("Opções de Venda"), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton ("BSM").

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R$663.719, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos, e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**636.292**
Variação do valor justo	27.427
Saldo em 31 de março de 2022	**663.719**

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Notas Explicativas

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou, por meio do mecanismo contratual da Via Amigável, uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente de decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo.

A Administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap" e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					31/03/2022	31/12/2021
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US$1.000.000	-	1.018.638
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US$500.000	-	155.569
US$ variação cambial superiora R$5,0984	US$ variação cambial inferiora R$5,0984	03 de agosto de 2021	Balcão	US$600.000	-	23.700
					-	1.197.907

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de março de 2022, no montante de R$456.647 (R$187.348 em 31 de março de 2021), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações dos derivativos contratados inicialmente são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT. As contrapartes da NDF foram os Bancos Deutsche Bank, Bradesco, XP Inc. e Goldman Sachs.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Notas Explicativas

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 31/03/2022	Valor justo 31/03/2022	Valor conforme contrato 31/12/2021	Valor justo 31/12/2021
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US$500.000	738.740	473.785	873.095	706.401
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US$500.000	444.606	282.614	577.565	506.645
					1.183.346	**756.399**	**1.450.660**	**1.213.046**
Ativo não circulante							**866.223**	**1.219.176**
Passivo circulante							**(109.824)**	**(6.130)**

(1) Para a emissão original de US$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,25/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Em julho de 2021, a Cemig GT desmontou um total de US$500 milhões da emissão original do hedge. Para a emissão adicional de US$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,85/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R$ 5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024.Caso a relação USD/BRL permaneça,em dezembro de 2024, acima de R$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.

(2) Em milhares de dólares americanos (US$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes, que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de março de 2022 foi de R$756.399 (R$1.213.046 em 31 de dezembro de 2021), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de março de 2022, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R$1.183.346 em 31 de março de 2022 (R$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de março de 2023, seria afetado positivamente pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do exercício contábil, em R$225.061. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R$981.460, sendo R$1.067.169 referente à opção (call spread) e R$85.709 referentes ao swap.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem com o da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 31/03/2022	Cenário provável 31/03/2023	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	3.926.025	3.892.539	3.519.720	3.166.360
Swap ponta passiva	(4.063.495)	(3.978.248)	(4.075.614)	(4.170.008)
Opção/Call Spread	893.869	1.067.169	576.049	130.157
Instrumento derivativo de hedge	**756.399**	**981.460**	**20.155**	**(873.491)**

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, financiamentos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa. Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento está descrita no tópico "Operações de Swap" desta nota explicativa. Para a Cemig D, esse risco é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2022		31/12/2021	
	Moeda estrangeira	R$	Moeda estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	(1.034.763)	(4.902.499)	(1.007.557)	(5.622.673)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 19)	(63.723)	(301.909)	(59.335)	(331.118)
	(1.098.486)	**(5.204.408)**	**(1.066.892)**	**(5.953.791)**
Passivo Líquido Exposto		**(5.204.408)**		**(5.953.791)**

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2023 será uma valorização de 2,37% para o dólar norte-americano (R$4,85). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R$4,85	Cenário possível Dólar R$6,06	Cenário remoto Dólar R$7,28
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	4.902.499	5.018.599	6.270.662	7.533.073
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 19)	301.909	309.059	386.164	463.907
	5.204.408	**5.327.658**	**6.656.826**	**7.996.980**
Passivo líquido exposto	**5.204.408**	**5.327.658**	**6.656.826**	**7.996.980**
Efeito líquido da variação cambial		**123.250**	**1.452.418**	**2.792.572**

Ressalta-se que a Companhia contratou operação o de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico " Operações de Swap" desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 31 de março de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Notas Explicativas

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 5) – CDI	1.355.336	708.252
Títulos e valores mobiliários (nota 6) - CDI/Selic	1.165.861	2.077.818
Fundos vinculados – CDI	29.697	19.195
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	1.449.547	2.147.548
	4.000.441	**4.952.813**
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.322.663)	(1.457.989)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 21)	(15.239)	(20.625)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	(1.466)	(51.359)
	(1.339.368)	**(1.529.973)**
Ativo Líquido Exposto	**2.661.073**	**3.422.840**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 12,25% e a taxa TJLP será de 6,60% em 31 de março de 2023. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/03/2022	31/03/2023		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 12,25% TJLP 6,60%	Cenário possível Selic 9,19% TJLP 4,95%	Cenário remoto Selic 6,13% TJLP 3,30%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 5)	1.355.336	1.521.365	1.479.891	1.438.418
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.165.861	1.308.679	1.273.004	1.237.328
Fundos vinculados	29.697	33.335	32.426	31.517
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	1.449.547	1.627.117	1.582.760	1.538.404
	4.000.441	**4.490.496**	**4.368.081**	**4.245.667**
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.322.663)	(1.484.689)	(1.444.216)	(1.403.742)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 21)	(15.239)	(16.245)	(15.993)	(15.742)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	(1.466)	(1.563)	(1.539)	(1.514)
	(1.339.368)	**(1.502.497)**	**(1.461.748)**	**(1.420.998)**
Ativo exposto líquido	**2.661.073**	**2.987.999**	**2.906.333**	**2.824.669**
Efeito líquido da variação das taxas de juros		**326.926**	**245.260**	**163.596**

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de março de 2022, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexadas à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à redução da inflação	31/03/2022	31/12/2021
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	815.310	718.115
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (notas 10 e 29)	13.366	13.366
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	2.850.967	2.792.201
	3.679.643	**3.523.682**
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(3.665.978)	(4.321.906)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 23)	(356.538)	(384.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 23)	(532.901)	(538.934)
	(4.555.417)	**(5.245.353)**
Passivo líquido	**(875.774)**	**(1.721.671)**

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 5,90% e a taxa de IGPM será de 14,77% em 31 de março de 2023, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Risco - Alta da inflação	31/03/2022	31/03/2023		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,90% IGPM 14,77%	Cenário possível (25%) IPCA 7,38% IGPM 18,46%	Cenário remoto (50%) IPCA 8,85% IGPM 22,16%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	779.037	825.000	836.530	847.982
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGPM	36.273	41.631	42.969	44.311
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (notas 10 e 29)	13.366	15.340	15.833	16.328
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 13)	2.850.967	3.019.174	3.061.368	3.103.278
	3.679.643	**3.901.145**	**3.956.700**	**4.011.899**
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(3.665.978)	(3.882.271)	(3.936.527)	(3.990.417)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 23)	(356.538)	(377.574)	(382.851)	(388.092)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	(532.901)	(564.342)	(572.229)	(580.063)
	(4.555.417)	**(4.824.187)**	**(4.891.607)**	**(4.958.572)**
Passivo líquido	**(875.774)**	**(923.042)**	**(934.907)**	**(946.673)**
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		**(47.268)**	**(59.133)**	**(70.899)**

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

Notas Explicativas

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	59.916	372.184	1.283.996	9.549.635	911.395	12.177.126
Concessões a pagar	349	687	2.971	13.732	16.074	33.813
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 23)	14.262	28.603	131.750	228.350	-	402.965
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	6.278	12.687	58.332	338.510	467.738	883.545
	80.805	**414.161**	**1.477.049**	**10.130.227**	**1.395.207**	**13.497.449**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.986.604	256.728	-	-	-	2.243.332
	2.067.409	**670.889**	**1.477.049**	**10.130.227**	**1.395.207**	**15.740.781**

Notas Explicativas

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	61.458	-	-	61.458
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	702	1.408	6.485	11.237	-	19.832
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	309	624	2.870	16.655	23.013	43.471
	1.011	**2.032**	**70.813**	**27.892**	**23.013**	**124.761**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	83.849	104	-	-	-	83.953
	84.860	**2.136**	**70.813**	**27.892**	**23.013**	**208.714**

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 2022, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R$834.839.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

Notas Explicativas

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de "BBB" (bra), "brBBB" ou "Baa2"por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody´s ou Standard & Poor's,

2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R$5 bilhões e R$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R$2 bilhões e R$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R$800 milhões e R$2 bilhões	6%	5%	4%	-

1. O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
2. Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos "Risco federal", "A1" e "A2" deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

A Companhia somente permite aplicações em títulos de empresas não financeiras que possuam *rating* igual ou superior ao *rating* mais atualizado da CEMIG Holding divulgado pelas agências de classificação de riscos Fitch Rating, Moody's ou Standard & Poors.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid 19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1. (b).

Impactos da guerra na Ucrânia

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos da Guerra na Ucrânia encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1. (d).

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão celebrado por 30 anos, com o Ministério de Minas e Energia, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no período findo em 31 de março de 2022.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas ("covenants"), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Total do Passivo	30.394.764	32.584.043	3.456.143	3.163.043
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.409.372)	(825.208)	(124.386)	(26.692)
(-) Fundos vinculados	(29.697)	(19.195)	(4)	(7)
Passivo líquido	**28.955.695**	**31.739.640**	**3.331.753**	**3.136.344**
Total do patrimônio líquido	**20.672.628**	**19.461.765**	**20.666.993**	**19.456.411**
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	**1,40**	**1,63**	**0,16**	**0,16**

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro. A Companhia também atua no mercado de gás por meio de sua controlada Gasmig e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

A partir de 2021, as informações por segmentos passaram a ser elaboradas considerando 5 segmentos reportáveis, sendo:

Geração: compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas e eólicas.

Transmissão: compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.

Notas Explicativas

Comercialização: compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos. Conforme nota explicativa nº 25 (g), no terceiro trimestre de 2021, foi iniciado o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Cemig GT para a Controladora, mantendo a estratégia corporativa da Companhia, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes.

Distribuição: se refere à prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, que compreende a operação e manutenção da infraestrutura e serviços correlatos.

Participações: compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados das controladas Gasmig e Cemig Sim, por terem a sua gestão vinculada à Diretoria de Participações (Diretoria CemigPar).

A transferência da energia da atividade de geração para a comercialização consubstancia as transações inter segmentos, que consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia, utilizando como referência preços de mercado.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2022									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	**700.034**	**307.556**	**1.420.645**	**4.748.317**	**784.355**	**7.960.907**	**-**	**(113.459)**	**7.847.448**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	**(55.673)**	**(70)**	**(1.148.156)**	**(2.867.437)**	**(563.781)**	**(4.635.117)**	**-**	**99.422**	**(4.535.695)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(34.203)	(31.576)	(5.198)	(200.016)	(32.574)	(303.567)	-	-	(303.567)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(3.776)	(3.850)	(630)	(23.999)	(4.895)	(37.150)	-	-	(37.150)
Obrigações pós-emprego	(14.838)	(10.316)	(2.332)	(103.809)	(22.185)	(153.480)	-	-	(153.480)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(43.065)	(17.990)	(2.095)	(370.640)	(10.887)	(444.677)	-	14.098	(430.579)
Depreciação e amortização	(81.875)	(1)	(3)	(175.375)	(26.655)	(283.909)	-	-	(283.909)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(9.114)	(4.822)	(866)	(98.385)	(50.143)	(163.330)	-	-	(163.330)
Custos de construção da infraestrutura	-	(50.696)	-	(429.503)	(11.063)	(491.262)	-	-	(491.262)
Total do custo de operação	**(186.871)**	**(119.251)**	**(11.124)**	**(1.401.727)**	**(158.401)**	**(1.877.374)**	**-**	**14.098**	**(1.863.277)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(242.544)**	**(119.321)**	**(1.159.280)**	**(4.269.164)**	**(722.182)**	**(6.512.491)**	**-**	**113.520**	**(6.398.972)**
Resultado de equivalência patrimonial	56.475	-	-	-	127.953	184.428	-	-	184.428
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	**513.965**	**188.235**	**261.365**	**479.153**	**190.125**	**1.632.843**	**-**	**61**	**1.632.904**
Resultado financeiro	121.741	71.502	10.344	24.803	85.773	314.163	-	-	314.163
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**635.706**	**259.737**	**271.709**	**503.956**	**275.898**	**1.947.006**	**-**	**61**	**1.947.067**
Imposto de renda e contribuição social	(167.973)	(83.333)	(95.335)	(128.030)	(16.825)	(491.496)	-	-	(491.496)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**467.733**	**176.404**	**176.374**	**375.926**	**259.073**	**1.455.510**	**-**	**61**	**1.455.571**
Participação dos acionistas controladores	467.733	176.404	176.374	375.926	258.691	1.455.128	-	61	1.455.189
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	382	382	-	-	382

(1) As transações inter segmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.

Notas Explicativas

(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações);
(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2021									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações/ Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	**737.997**	**226.450**	**1.380.435**	**4.661.974**	**580.061**	**7.586.917**	**(374.384)**	**(101.792)**	**7.110.741**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	**(141.367)**	**(49)**	**(1.262.728)**	**(2.913.613)**	**(387.525)**	**(4.705.282)**	**374.384**	**88.947**	**(4.241.951)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(33.768)	(27.188)	(5.227)	(212.509)	(26.656)	(305.348)	-	(2.106)	(307.454)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(3.110)	(2.757)	(542)	(20.097)	(3.008)	(29.514)	-	-	(29.514)
Obrigações pós-emprego	(9.791)	(8.837)	(1.701)	(71.897)	(14.457)	(106.683)	-	-	(106.683)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(40.975)	(24.350)	(2.639)	(359.142)	(22.751)	(449.857)	-	9.573	(440.284)
Depreciação e amortização	(46.846)	(823)	(136)	(164.258)	(26.492)	(238.555)	-	124	(238.431)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(16.289)	(3.145)	584	(18.112)	7.504	(29.458)	-	5.254	(24.204)
Custos de construção da infraestrutura	-	(19.065)	-	(321.301)	(8.009)	(348.375)	-	-	(348.375)
Total do custo de operação	**(150.779)**	**(86.165)**	**(9.661)**	**(1.167.316)**	**(93.869)**	**(1.507.790)**	**-**	**12.845**	**(1.494.945)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(292.146)**	**(86.214)**	**(1.272.389)**	**(4.080.929)**	**(481.394)**	**(6.213.072)**	**374.384**	**101.792**	**(5.736.896)**
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	5.816	-	-	-	5.816	-	-	5.816
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	-	-	-	-	108.550	108.550	-	-	108.550
Resultado de equivalência patrimonial	62.645	-	-	-	56.042	118.687	-	-	118.687
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	**508.496**	**146.052**	**108.046**	**581.045**	**263.259**	**1.606.898**	**-**	**-**	**1.606.898**
Resultado financeiro	(432.234)	(217.394)	2.945	(39.455)	(579.082)	(1.265.220)	-	-	(1.265.220)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**76.262**	**(71.342)**	**110.991**	**541.590**	**(315.823)**	**341.678**	**-**	**-**	**341.678**
Imposto de renda e contribuição social	14.951	23.491	(35.307)	(149.439)	226.977	80.673	-	-	80.673
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	**91.213**	**(47.851)**	**75.684**	**392.151**	**(88.846)**	**422.351**	**-**	**-**	**422.351**
Participação dos acionistas controladores	**91.213**	**(47.851)**	**75.684**	**392.151**	**(89.165)**	**422.032**	**-**	**-**	**422.032**
Participação dos acionistas não-controladores	**-**	**-**	**-**	**-**	**319**	**319**	**-**	**-**	**319**

(1) As transações inter segmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.
(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações intra-segmentos entre as empresas consolidadas (eliminações).
(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021,a Cemig GT celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças ("instrumento") com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial ("Renova") e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R$60 milhões e o direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresenta valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do IFRS 5/CPC 31 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

Conclusão da transação de venda

Em 05 de maio de 2022, a Cemig GT concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R$ 60.000, com direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Companhia está concluindo a apuração dos efeitos contábeis dessa transação, que serão reconhecidos em maio de 2022.

Recuperação judicial - Renova

Em 31 de março de 2022, a Renova possui capital circulante líquido negativo de R$98.552, prejuízos acumulados de R$4.029.606, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$721.426 e prejuízo de R$66.106 no período findo naquela data.

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo ("Grupo Renova").

Notas Explicativas

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial e as transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não produziram nenhum impacto financeiro adicional em suas informações contábeis intermediárias e não afetam o plano de venda da participação societária na investida.

Os principais eventos ocorridos no âmbito da recuperação judicial da Renova estão descritos a seguir:

- Em 25 de outubro de 2019, a Companhia firmou contratos de mútuo na modalidade "*debtor-in-possession*" (DIP) no valor total de R$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos foram garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, no valor aproximado de R$60 milhões. Em 30 de junho de 2020 foi reconhecida a perda no valor recuperável do empréstimo concedido, no valor de R$37,4 milhões. No âmbito do instrumento de compra e venda de ações da Renova, a Cemig GT assumiu a obrigação de não execução de valores sob este contrato de mútuo pós-concursal até a alienação da UPI SF 120, companhia que detém o projeto Mina de Ouro.
- Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.
- Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC) e homologados pelo juízo da recuperação no mesmo dia.
- Em 06 de maio de 2021 e 23 de agosto de 2021 foram homologados o 1º e o 2º aumento de capital social da Renova, correspondentes à capitalização de créditos, nos termos dos planos de recuperação judicial, não acompanhados pela Cemig GT, que também não solicitou a conversão de seus créditos em capital.Em 11 de novembro de 2021 foi encerrado o 3º aumento de capital da Renova (3ª Janela), onde o agregado dos créditos não foi superior aos R$15 milhões, previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em razão desses eventos, a participação da Cemig GT na investida, que era de 36,23% em 31 de março de 2021, passou para 13,80% em 31 de dezembro de 2021.
- Em 24 de novembro de 2021, foi homologado o processo competitivo da UPI Enerbrás, declarando como vencedora a Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura,por meio de sua controlada da V2i Energia S.A, pelo valor de R$265,8 milhões, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão.

- Em 1º de dezembro de 2021, foi concluída a venda da totalidade da participação da Renova na UPI Brasil PCH, nos termos previstos no Edital e no Plano de Recuperação do Grupo Renova, para os demais acionistas da Brasil PCH S.A. (BSB Energética S.A e Eletroriver S.A), que exerceram o seu direito de preferência em observância ao Acordo de Acionistas. Os recursos recebidos com a transação, no montante de R$1.100.000, foram utilizados, principalmente, na liquidação antecipada do empréstimo na modalidade DIP contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participação S.A. e coobrigados da Renova e da Renova Participações S.A. junto à Quadra Gestão de Recursos S.A..
- Em 27 de janeiro de 2022, a Renova aceitou a proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A., mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW, incluindo o direito de earn-out, caso a implantação nas áreas compreendidas no Projeto seja superior a esta capacidade. A transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a realização de um processo competitivo para a alienação da UPI Cordilheira dos Ventos, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial, cabendo à AES a condição de primeiro proponente (“Stalking Horse”) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição. Em 15 de março de 2022, esse processo foi homologado pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, declarando como vencedora a AES GF1 HOLDING S.A., pelo montante de R$42 milhões.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R$8.524 no período findo em 31 de março de 2022 (R$6.538 em 31 de março de 2021);
- Adições nos arrendamentos no montante de R$197 em 31 de março de 2022 (R$1.488 em 31 de março de 2021).

34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apuraram os atos da gestão da Cemig. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração pelo período de 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, prazo este prorrogado por mais 60 dias em 26 de outubro de 2021.

Por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de inexigibilidade de licitação, que foram atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Adicionalmente, no que tange aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A expectativa da Companhia é de que os procedimentos estejam concluídos no segundo trimestre de 2022.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Ainda não se tem conhecimento de potenciais indiciamentos que poderão ocorrer em virtude dos resultados apontados pela CPI.

A Companhia reafirma que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio da Companhia e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Adesão à Conta de Escassez Hídrica

Em 03 de maio de 2022 a Aneel fixou os valores dos recursos da Conta de Escassez Hídrica referentes aos montantes solicitados pelas concessionárias por meio do Termo de Aceitação às Disposições do Decreto N° 10.939, de 2022, nos termos da ReN n° 1.008/2022.

A Cemig D solicitou o teto dos recursos do primeiro repasse, nos termos do referido Decreto, referentes ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo, bem como da importação de energia autorizada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) para os meses de julho e agosto de 2021, totalizando R$190.658, recebidos em 09 de maio de 2022.

Também foi solicitado o acesso pleno aos recursos a serem disponibilizados pela Conta Escassez Hídrica referentes aos custos relacionados ao Saldo da Conta Centralizada dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022 e sua homologação se dará em até cinco dias após a publicação do Despacho que fixar os respectivos valores. O repasse da receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, cujos custos serão cobertos pela Conta de Escassez Hídrica, se dará por decisão da Aneel, com base nos valores apurados e liquidados pela CCEE.

As distribuidoras que aderiram ao referido decreto renunciaram a: (i) requerer a suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica, em razão da eventual diminuição do consumo verificada até dezembro de 2022; (ii) distribuir valores superiores a 25% sobre o lucro líquido ajustado pelas Reservas Legal e de Contingências, a título de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de inadimplemento de obrigações intrassetorial; e (iii) ao direito de discutir, em âmbito judicial ou arbitral, as condições estabelecidas no Decreto.

A REN 1.008/2022 estabelece que os valores transferidos a cada distribuidora serão revertidos como componente financeiro negativo até os processos tarifários de 2024, devidamente atualizados pela Taxa SELIC e assegurada a neutralidade.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2022

Em 18 de abril de 2022, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2022), com período de adesão de 02 a 20 de maio de 2022, sendo elegíveis todos os empregados da Companhia, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

Até a data da conclusão dessas informações contábeis intermediárias, um total de 120 empegados da Companhia haviam efetuado a desão ao programa.

Contrato de compra e venda de ações para aquisição de SPEs detentoras de UFVs

Em 07 de abril de 2022, a Cemig Sim celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças para aquisição de 49% de participação societária em 6 Sociedades de Propósitos Específicos, detidas pela G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. e pela Apolo Empreendimentos e Energia Ltda, pelo montante integral estimado de R$37.166, sujeito aos mecanismos de ajuste de preço estabelecidos no Contrato. As Sociedades de Propósito Específico são detentoras de 6 usinas fotovoltaicas na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, totalizando 18,5MWp de potência, conforme abaixo:

Notas Explicativas

	Usina	Potência (MWp)	Valor estimado da operação
G2 OLARIA 1 ENERGIA S.A.	Olaria 1	3,25MWp	6.529
G2 OLARIA 2 ENERGIA S/A,	Olaria 2	3,25MWp	6.529
G2 CAMPO LINDO 1 ENERGIA S.A.	Campo Lindo 1	3,25MWp	6.529
G2 CAMPO LINDO 2 ENERGIA S.A.,	Campo Lindo 2	3,25MWp	6.529
APOLO 1 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A, e	Apolo 1	2,75MWp	5.525
APOLO 2 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A,	Apolo 2	2,75MWp	5.525
Total		18,5MWp	37.166

Localizadas em Lavras-MG, as usinas encontram-se em plena operação e, em conjunto, atenderão cerca 1.800 clientes do mercado residencial, comercial e industrial de baixa tensão, com redução da emissão de 1.700 toneladas de CO2/ano.

As operações decorrem do exercício de opções de compra de ações outorgadas à Cemig Sim por meio dos respectivos Termos e Princípios da Operação, do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas - Term Sheet, celebrados em novembro de 2020. O fechamento da operação e a consumação da compra e venda das ações de cada uma das SPEs está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Notas Explicativas

Conclusão da revisão tarifária do serviço de distribuição de gás natural canalizado

Em 28 de abril de 2022, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais – SEDE MG ("SEDE"), órgão estadual responsável pela regulação e homologação das tarifas do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado, publicou a conclusão da revisão tarifária do serviço de distribuição de gás natural canalizado, com os seguintes efeitos, aprovados por meio da Resolução SEDE nº 21: taxa de custo de capital de 8,71% a.a.; receita requerida para o ciclo 2022-2026, margem média de R$0,6626m^3, índice de reposicionamento tarifário ordinário médio de -10,05% sobre as margens vigentes desde fevereiro de 2022 e a nova estrutura tarifária para os fornecimentos realizados pela Gasmig.

Seus efeitos são retroativos a fevereiro de 2022 e as diferenças das margens aprovadas em relação às margens vigentes serão captadas pela conta compensatória entre 1º de fevereiro de 2022 e a homologação do reajuste tarifário com as margens aprovadas pela referida Resolução.

* * * * * * * * * * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor de Geração e Transmissão

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-1SP/242.451-O4

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de março de 2022, reuniu-se 4 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei e conforme Estatuto Social da Cemig cabe ao Conselho de Administração, dentre outros:

- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação da Estratégia de Longo Prazo, do Plano de Negócios Plurianual e do Orçamento anual, bem como suas alterações e revisões.

Qualificação

O Conselho de Administração é integrado por 9 (nove) membros efetivos, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

Conforme Estatuto Social da Cemig, são atribuições do Comitê de Auditoria, dentre outras:

- supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das informações contábeis intermediárias;
- avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social;
- autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- a Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso por escrito, correspondência eletrônica ou outro meio digital com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2022, até o dia 31/03, foram realizadas 4 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.
- Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

a) aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,

b) a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Conforme Estatuto Social, competem ao Conselho Fiscal as atribuições fixadas na legislação aplicável, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Qualificação e remuneração

A remuneração global ou individual dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação aplicável.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos

Como processo integrante das práticas de governança corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos permite administrar propriamente os riscos dos objetivos de negócios, permitindo influenciar e alinhar estratégia e performance em todas as áreas da empresa.

Desde 2016 a atividade de gestão de riscos corporativos está subordinada à Presidência. Ainda, em 2019, foi criada a Diretoria Adjunta de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos, unificando em uma mesma administração os processos de gestão de riscos corporativos e de controles internos. Esse movimento reforça a intenção de aumentar a sinergia entre esses processos e a independência entre os demais, de forma a fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa.

Nesse sentido, foi aprovada, em 2021, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a Matriz de Riscos Corporativos – Top Risks e de Riscos de Compliance vigente para os exercícios de 2021/2022, abrangendo os negócios Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização, Geração Distribuída, Holding bem como riscos comuns aos negócios.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores da Companhia, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda em 2019, foi contratada consultoria especializada para apoiar a companhia na revisão da Matriz de Riscos e Controles Internos bem como o acompanhamento periódico de execução dos controles, suficiência, análise de falhas e apoio na elaboração e execução dos planos de remediação.

Matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente e o desenho dos controles são testados e monitorados pela Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos. A Auditoria Interna, por sua vez, monitora de forma independente as práticas de controles internos por meio de testes sobre a efetividade da operação dos controles. A conclusão dessas avaliações é apresentada à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Os controles internos oferecem garantia razoável de que erros e fraudes que possam impactar o desempenho sejam identificados, combatidos e prevenidos, buscando:

- Eficácia e eficiência das operações.
- Confiabilidade dos relatórios financeiros e não financeiros.
- Conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Como parte da Matriz de Riscos e Controles Internos da Cemig, estão os controles vinculados à mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do "Public Company Accounting Oversight Board" - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F. A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, sendo arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Aprovada pelo Conselho de Administração da Cemig em 11 de maio de 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (http://ri.cemig.com.br) visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação. O documento foi atualizado em 2018 e em 2019 para cumprir as leis nº 12.486/2013 e nº 13.303/2016. Anualmente, a Companhia fornece treinamento sobre a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional a todos os empregados.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig foi criada em 12 de agosto de 2004 com objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão da "Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional" (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código de Ética da Cemig.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos da "Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional" da Cemig.

Canal de Denúncias Anônimas

Em 13 de dezembro de 2006, a Cemig implantou o Canal de Denúncias Anônimas, disponível na intranet corporativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Por este Canal, a Comissão de Ética recebe consultas e denúncias anônimas, que podem instrumentalizar a Cemig na detecção de práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Esse canal representa mais um passo da Cemig em direção a melhorar a transparência, atendimento à legislação e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. A implementação deste instrumento possibilita melhoria dos controles internos e difusão da cultura ética aos nossos empregados em prol da conformidade do nosso negócio.

Política Anti-Fraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou de corrupção, em todas as suas formas. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

Desse modo, em 2012, a Cemig consolidou sua Política Anti-fraude sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados.A política ressalta o compromisso da Empresa com os princípios do Pacto Global referentes ao tema, principalmente o princípio de número dez, que trata do combate a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/04/2022

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
Outras Entidades do Estado	30.021	-	22.420.560	1,53	22.450.581	1,02
FIA Dinâmica Energia S/A	199.360.626	27,09	122.469.954	8,36	321.830.580	14,62
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
BlackRock	-	-	160.323.463	10,94	160.323.463	7,28
Outros						
No País	60.148.300	8,18	480.053.102	32,75	540.201.402	24,53
No Exterior	19.269.591	2,62	680.238.900	46,42	699.508.491	31,78
Total	**735.847.624**	**100,00**	**1.465.523.064**	**100,00**	**2.201.370.688**	**100,00**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/04/2022

	Janeiro a Março/2022	
	ON	PN
Controlador	375.031.302	17.085
Outras entidades do Estado	30.021	22.420.560
Conselho de Administração	-	111.276
Diretoria Executiva	17.806	29.107
Ações em tesouraria	102	846.062
Ações em circulação (*free float*)	360.768.393	1.442.098.974
TOTAL	**735.847.624**	**1.465.523.064**

Relações com Investidores

No ano de 2019, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos em abril de 2021, pelo 26º ano consecutivo, o nosso tradicional “Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais”, onde os profissionais do mercado tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia. Em 2021, o evento foi realizado na modalidade virtual, devido a pandemia da Covid-19.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

Nossas ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE. Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na Bolsa de Valores de Madri (LATIBEX) desde 2002.

Dentre os aprimoramentos incorporados no Estatuto Social desde Assembleia Geral ocorrida após 11 de junho de 2018, cabe destacar:

- redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e com o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal;
- política de Elegibilidade e Avaliação para indicação de membro de Conselho de Administração e de Diretoria Executiva em empresas controladas e coligadas;
- política de Transações com Partes Relacionadas;
- formal designação para o Conselho de Administração assegurar a implementação e supervisão dos sistemas de risco e de controles internos da Companhia;
- a critério da Diretoria Executiva, ampliação dos comitês técnicos, compostos por técnicos de carreira da Companhia, com capacidade decisória em matérias específicas;
- o Diretor-Presidente passa a conduzir diretamente as atividades de compliance e de gestão de riscos corporativos;
- maior ênfase nas funções de controle da Companhia: auditoria interna, compliance e gestão de riscos corporativos;
- adoção de câmara de arbitragem para resolução de conflitos eventualmente existentes entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Reapresentação do resultado por ação

Conforme mencionado na nota explicativa 25, em decorrência do aumento no número de ações em função da capitalização de reservas, a Companhia ajustou o resultado por ação e as respectivas notas explicativas correspondentes ao período de 3 meses findo em 31 de março de 2021, como previsto na NBC TG 41 – Resultado por Ação (IAS33 – Earnings per share). Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da Renova Energia S.A. e da Madeira Energia S.A.

Conforme descrito na nota explicativa 32 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A., classificada como um ativo não circulante mantido para venda na data base 31 de março de 2022, encontra-se em processo de recuperação judicial desde 2020. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 15 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Madeira Energia S.A. apresenta capital circulante líquido negativo, além de existirem circunstâncias que demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou dos seus outros acionistas, havendo ainda circunstâncias específicas em que estão previstas obrigações dos sócios estabelecidas em acordos de acionistas. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A. e da Madeira Energia S.A.. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 15 e 34 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e em determinadas investidas, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia e desses outros acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está

ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 13 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

.

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022 8

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021 9

Demonstração de Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022 19

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021 20

Demonstração de Valor Adicionado 21

Comentário do Desempenho 22

Notas Explicativas 32

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 136

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 144

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 146

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 147

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	566.037
Preferenciais	1.127.325
Total	1.693.362
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	651
Total	651

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	24.123.136	22.619.454
1.01	Ativo Circulante	2.546.977	2.446.495
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	124.386	26.692
1.01.02	Aplicações Financeiras	293.237	431.222
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	261.721	251.187
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	261.721	251.187
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	31.516	180.035
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	31.516	180.035
1.01.03	Contas a Receber	2.115.331	1.977.946
1.01.03.01	Clientes	151.108	157.368
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores e concessionários - Transporte de energia	151.108	157.368
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.964.223	1.820.578
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	1.964.223	1.820.578
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.023	10.635
1.01.08.03	Outros	14.023	10.635
1.01.08.03.03	Tributos Compensáveis	1.108	1.088
1.01.08.03.20	Outros	12.915	9.547
1.02	Ativo Não Circulante	21.576.159	20.172.959
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.142.632	1.987.033
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	57.372	88.383
1.02.01.04	Contas a Receber	14.604	13.366
1.02.01.04.02	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	1.238	0
1.02.01.04.03	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	13.366	13.366
1.02.01.07	Tributos Diferidos	835.159	802.270
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	835.159	802.270
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.235.497	1.083.014
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados a Lítigios	309.949	307.651
1.02.01.10.04	Tributos Compensáveis	506.606	502.452
1.02.01.10.05	Imposto de renda e Contribuição Social a Recuperar	256.653	245.850
1.02.01.10.06	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	2.029	2.050
1.02.01.10.20	Outros Créditos	160.260	25.011
1.02.02	Investimentos	19.431.081	18.183.135
1.02.02.01	Participações Societárias	19.431.081	18.183.135
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	15.275	15.750
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	17.711.607	16.582.729
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.704.199	1.584.656
1.02.03	Imobilizado	1.325	1.411
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.325	1.411
1.02.04	Intangível	1.121	1.380
1.02.04.01	Intangíveis	1.121	1.380
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.121	1.380

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	24.123.136	22.619.454
2.01	Passivo Circulante	2.488.388	2.220.330
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.412	12.596
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.412	12.596
2.01.02	Fornecedores	83.953	64.682
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	83.953	64.682
2.01.03	Obrigações Fiscais	155.333	132.764
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	152.313	130.148
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	112.348	0
2.01.03.01.02	COFINS	12.021	30.030
2.01.03.01.03	PASEP	2.595	6.496
2.01.03.01.04	INSS	1.803	1.940
2.01.03.01.05	Outros	23.546	91.682
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.020	2.616
2.01.03.02.01	ICMS	3.020	2.616
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	53.830	52.430
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	53.830	52.430
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	53.830	52.430
2.01.05	Outras Obrigações	2.183.860	1.957.858
2.01.05.02	Outros	2.183.860	1.957.858
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.129.053	1.911.250
2.01.05.02.05	Participações no Lucro	14.882	11.126
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	27.348	26.917
2.01.05.02.08	Outros	12.300	8.288
2.01.05.02.09	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	277	277
2.02	Passivo Não Circulante	967.755	942.713
2.02.02	Outras Obrigações	718.816	705.718
2.02.02.02	Outros	718.816	705.718
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	710.251	697.149
2.02.02.02.04	Outros	1.970	1.970
2.02.02.02.05	Encargos regulatórios	4.624	4.624
2.02.02.02.07	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	1.971	1.975
2.02.04	Provisões	248.939	236.995
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	236.291	224.438
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	186.788	177.722
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	44.321	43.075
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.182	3.641
2.02.04.02	Outras Provisões	12.648	12.557
2.02.04.02.04	Regulatórios	11.467	11.166
2.02.04.02.05	Outros	1.181	1.391
2.03	Patrimônio Líquido	20.666.993	19.456.411
2.03.01	Capital Social Realizado	8.466.810	8.466.810
2.03.02	Reservas de Capital	2.249.721	2.249.721
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.362
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	10.948.094	10.948.094
2.03.04.01	Reserva Legal	1.181.837	1.181.837
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.215
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	834.603	834.603
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.330.512	7.330.512
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	1.419.846	1.419.846
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.081	124.081
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.213.572	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.211.204	-2.208.214

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	286.555	83
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-238.162	0
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-238.162	0
3.03	Resultado Bruto	48.393	83
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.360.693	340.942
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.843	-19.929
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	108.550
3.04.04.02	Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	0	108.550
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32.581	-21.191
3.04.05.02	Despesas com Provisões Operacionais	-14.783	-10.200
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-17.798	-10.991
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.404.117	273.512
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.409.086	341.025
3.06	Resultado Financeiro	13.214	1.435
3.06.01	Receitas Financeiras	15.409	3.250
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.195	-1.815
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.422.300	342.460
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	32.889	79.572
3.08.02	Diferido	32.889	79.572
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.455.189	422.032
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.455.189	422.032
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,66	0,2
3.99.01.02	PN	0,66	0,2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,66	0,2
3.99.02.02	PN	0,66	0,2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	1.455.189	422.032
4.02	Outros Resultados Abrangentes	393	169
4.02.03	Outros resultados abrangentes	393	169
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.455.582	422.201

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-64.203	-14.045
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.117	-17.368
6.01.01.01	Resultado do Exercício	1.455.189	422.032
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-32.889	-79.572
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	394	451
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.404.117	-273.512
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias	-5.596	-1.470
6.01.01.06	Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	0	55
6.01.01.07	Provisões Operacionais e perdas estimadas	14.783	10.200
6.01.01.09	Obrigações pós-emprego	19.353	12.998
6.01.01.13	Ganho de capital apurado com a venda de ativo mantido para venda	0	-108.550
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-111.305	3.324
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e concessionários de energia	5.022	0
6.01.02.02	Tributos compensáveis	-20	2.889
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	121.126	86.668
6.01.02.04	Depósitos vinculados a litígios	609	-1.405
6.01.02.05	Dividendos recebidos	351	0
6.01.02.06	Fornecedores	19.271	-433
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-112.931	-78.829
6.01.02.08	Salários e contribuições sociais	-1.184	-1.342
6.01.02.10	Obrigações pós-emprego	-5.820	-5.274
6.01.02.11	Outros	-137.729	1.050
6.01.03	Outros	-15	-1
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-13	0
6.01.03.03	Juros sobre arrendamento	-2	-1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	161.969	1.369.420
6.02.01	Em Investimentos - Aporte em Investidas	-7.000	-12.558
6.02.03	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	168.996	15.418
6.02.06	Em Intangível	-30	-30
6.02.07	Alienação de participação societária	0	1.366.592
6.02.08	Fundo Vinculados	3	-2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-72	-75
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos pagos a acionista controlador	0	-5
6.03.05	Arrendamentos pagos	-72	-70
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	97.694	1.355.300
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.692	422.647
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	124.386	1.777.947

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-245.000	0	-245.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.455.189	393	1.455.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.455.189	0	1.455.189
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	393	393
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.383	-3.383	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.383	-3.383	0
5.07	Saldos Finais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	1.213.572	-2.211.204	20.666.993

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.032	169	422.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.032	0	422.032
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	169	169
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	169	169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.153	-4.153	0
5.06.04	Realização do custo atríbuido de imobilizado	0	0	0	4.153	-4.153	0
5.07	Saldos Finais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	426.185	-2.435.407	17.894.867

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	325.207	91
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	324.996	91
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	211	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-276.057	88.917
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-262.437	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.440	-8.481
7.02.04	Outros	-10.180	97.398
7.03	Valor Adicionado Bruto	49.150	89.008
7.04	Retenções	-394	-451
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-394	-451
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	48.756	88.557
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.419.525	276.762
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.404.116	273.512
7.06.02	Receitas Financeiras	15.409	3.250
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.468.281	365.319
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.468.281	365.319
7.08.01	Pessoal	28.109	19.490
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.125	6.290
7.08.01.02	Benefícios	19.509	12.787
7.08.01.03	F.G.T.S.	475	413
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-17.220	-78.028
7.08.02.01	Federais	-26.661	-78.381
7.08.02.02	Estaduais	9.264	349
7.08.02.03	Municipais	177	4
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.203	1.825
7.08.03.01	Juros	2.195	1.815
7.08.03.02	Aluguéis	8	10
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.455.189	422.032
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.455.189	422.032

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	51.067.392	52.045.808
1.01	Ativo Circulante	12.533.758	12.949.150
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.409.372	825.208
1.01.02	Aplicações Financeiras	975.334	1.724.088
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	891.419	1.003.305
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	891.419	1.003.305
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	83.915	720.783
1.01.02.03.01	Títulos para Negociação	83.915	720.783
1.01.03	Contas a Receber	5.026.978	4.765.072
1.01.03.01	Clientes	4.796.738	4.429.883
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	4.796.738	4.429.883
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	230.240	335.189
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	230.240	335.189
1.01.06	Tributos a Recuperar	465.150	698.914
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	465.150	698.914
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recupera	465.150	698.914
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.656.924	4.935.868
1.01.08.03	Outros	4.656.924	4.935.868
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro e setoriais da Concessão	1.340.337	1.504.666
1.01.08.03.05	Subsídios Tarifários	101.961	291.896
1.01.08.03.10	Ativos Contratuais	638.210	599.692
1.01.08.03.12	Contribuição de iluminação pública	247.276	233.309
1.01.08.03.13	Tributos Compensáveis	1.901.020	1.968.979
1.01.08.03.20	Outros créditos	428.120	337.326
1.02	Ativo Não Circulante	38.533.634	39.096.658
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.727.917	18.618.146
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	190.527	353.730
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	190.527	353.730
1.02.01.04	Contas a Receber	63.126	64.906
1.02.01.04.01	Clientes	49.760	51.540
1.02.01.04.03	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	13.366	13.366
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.524.598	2.464.734
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.524.598	2.464.734
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.949.666	15.734.776
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	1.735.313	1.997.285
1.02.01.10.04	Depósitos Vinculados a Litígios	1.195.649	1.155.169
1.02.01.10.05	Ativos Financeiros e Setoriais da Concessão	4.591.689	4.969.400
1.02.01.10.06	Imposto de Renda e Conribuição Social a Recuperar	327.478	315.405
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	866.223	1.219.176
1.02.01.10.08	Ativos de Contrato	5.949.114	5.780.316
1.02.01.10.09	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	211.215	225.593
1.02.01.10.20	Outros Créditos	72.985	72.432
1.02.02	Investimentos	5.404.409	5.105.926
1.02.02.01	Participações Societárias	5.404.409	5.105.926
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	15.275	15.750

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	5.389.134	5.090.176
1.02.03	Imobilizado	2.389.491	2.419.269
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.082.513	2.113.420
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	306.978	305.849
1.02.04	Intangível	13.011.817	12.953.317
1.02.04.01	Intangíveis	13.011.817	12.953.317
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.011.817	12.953.317

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	51.067.392	52.045.808
2.01	Passivo Circulante	9.652.870	10.687.593
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	207.030	225.189
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	207.030	225.189
2.01.02	Fornecedores	2.242.655	2.683.343
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.242.655	2.683.343
2.01.03	Obrigações Fiscais	651.320	718.098
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	499.123	594.170
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	184.834	190.002
2.01.03.01.02	COFINS	166.761	166.482
2.01.03.01.03	PASEP	36.250	36.180
2.01.03.01.04	INSS	35.945	36.178
2.01.03.01.05	Outros	75.333	165.328
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	152.197	123.928
2.01.03.02.01	ICMS	152.197	123.928
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.121.332	1.465.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	221.778	97.870
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	57.078	55.697
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	164.700	42.173
2.01.04.02	Debêntures	899.554	1.367.263
2.01.05	Outras Obrigações	5.430.533	5.595.830
2.01.05.02	Outros	5.430.533	5.595.830
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.130.995	1.909.050
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	491.293	610.695
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	176.329	136.580
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	352.358	346.733
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	810.231	776.275
2.01.05.02.09	Opções de Venda SAAG	663.719	636.292
2.01.05.02.10	Passivo Financeiro da Concessão	1.466	51.359
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros	109.824	6.130
2.01.05.02.13	Arrendamento	50.599	61.586
2.01.05.02.14	Contribuição de Iluminação pública	376.412	357.105
2.01.05.02.15	PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	267.307	704.025
2.02	Passivo Não Circulante	20.741.894	21.896.450
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.728.364	9.898.830
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.719.355	5.561.304
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.572	2.380
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.717.783	5.558.924
2.02.01.02	Debêntures	4.009.009	4.337.526
2.02.02	Outras Obrigações	9.133.986	9.146.393
2.02.02.02	Outros	9.133.986	9.146.393
2.02.02.02.04	Obrigações Pós-Emprego	5.908.924	5.857.941
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	84.310	204.623
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	242.488	240.793
2.02.02.02.07	Impostos Taxas e Contribuições	350.819	341.689
2.02.02.02.12	PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.366.849	2.318.910

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.13	Arrendamento	180.596	182.437
2.02.03	Tributos Diferidos	941.956	962.255
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	941.956	962.255
2.02.04	Provisões	1.937.588	1.888.972
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.863.582	1.818.220
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.327.907	1.295.661
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	413.115	403.934
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	73.459	70.783
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	49.101	47.842
2.02.04.02	Outras Provisões	74.006	70.752
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	82	79
2.02.04.02.05	Outras Provisões	73.924	70.673
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	20.672.628	19.461.765
2.03.01	Capital Social Realizado	8.466.810	8.466.810
2.03.02	Reservas de Capital	2.249.721	2.249.721
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.362
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	10.948.094	10.948.094
2.03.04.01	Reserva Legal	1.181.837	1.181.837
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.215
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	834.603	834.603
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.330.512	7.330.512
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.081	124.081
2.03.04.10	Reserva Obrigatória - Dividendos não Distribuídos	1.419.846	1.419.846
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.213.572	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.211.204	-2.208.214
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-2.211.204	-2.208.214
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	5.635	5.354

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.847.448	7.110.741
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.879.237	-5.327.917
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.103.382	-3.108.114
3.02.02	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-868.532	-746.312
3.02.03	Gás Comprado para Revenda	-563.781	-387.525
3.02.04	Pessoal e Administradores	-215.344	-222.210
3.02.07	Materiais, Matéria Prima e Insumos	-10.969	-12.073
3.02.08	Serviços de Terceiros	-278.201	-269.029
3.02.09	Depreciação e Amortização	-257.482	-214.379
3.02.10	Provisões Operacionais	-76.317	4.982
3.02.12	Outras	-13.967	-24.882
3.02.13	Custo de Construção	-491.262	-348.375
3.03	Resultado Bruto	1.968.211	1.782.824
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-335.307	-175.926
3.04.01	Despesas com Vendas	-43.092	-43.153
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-227.718	-205.265
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	114.366
3.04.04.01	Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas	0	5.816
3.04.04.03	Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	0	108.550
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-248.925	-160.561
3.04.05.01	Despesas com Provisões Operacionais	-43.921	13.967
3.04.05.02	Outras	-205.004	-174.528
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	184.428	118.687
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.632.904	1.606.898
3.06	Resultado Financeiro	314.163	-1.265.220
3.06.01	Receitas Financeiras	1.109.025	154.415
3.06.02	Despesas Financeiras	-794.862	-1.419.635
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.947.067	341.678
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-491.496	80.673
3.08.01	Corrente	-573.914	-263.706
3.08.02	Diferido	82.418	344.379
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.455.571	422.351
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.455.571	422.351
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.455.189	422.032
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	382	319
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,66	0,2
3.99.01.02	ON	0,66	0,2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,66	0,2
3.99.02.02	ON	0,66	0,2

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.455.571	422.351
4.02	Outros Resultados Abrangentes	393	169
4.02.03	Outros resultados abrangentes	393	169
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.455.964	422.520
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.455.582	422.201
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	382	319

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	976.972	765.034
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.549.245	801.372
6.01.01.01	Resultado do Exercício	1.455.571	422.351
6.01.01.02	Impostos de Renda e Contribuição Social	-82.418	-344.379
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	283.909	238.431
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	7.944	14.444
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-184.428	-118.687
6.01.01.06	Ganho de capital apurado com a venda de ativo mantido para venda	0	-108.550
6.01.01.08	Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	-360.971	-296.107
6.01.01.09	Juros e variações monetárias	-615.839	1.171.219
6.01.01.10	Ajustes decorrentes da Revisão Periódica da RAP	0	-6.036
6.01.01.11	Amortização de custo da transação de empréstimo e financiamentos	1.600	4.137
6.01.01.12	Provisões Operacionais e perdas estimadas	163.330	24.204
6.01.01.13	Variação do valor justo de instrumentos financeiros - swap	456.647	187.348
6.01.01.14	Restituição à consumidores de créditos de PIS/Pasep e Cofins	-436.718	-178.373
6.01.01.15	Conta de compensação de variação de valores de itens da	700.107	-338.907
6.01.01.16	Obrigações pós-emprego	167.520	125.059
6.01.01.19	Outros	-7.009	5.218
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-373.266	149.616
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e concessionários de energia	-408.167	39.436
6.01.02.03	Tributos compensáveis	259.715	75.368
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-148.888	3.450
6.01.02.05	Depósitos vinculados a litígios	-25.595	-48.164
6.01.02.06	Dividendos recebidos	0	970
6.01.02.07	Ativos financeiros e de contrato da concessão	155.765	220.540
6.01.02.12	Fornecedores	-440.688	-401.546
6.01.02.13	Impostos, taxas e contribuições	171.815	235.181
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social a pagar	568.746	200.177
6.01.02.15	Salários e contribuições sociais	-18.159	-22.307
6.01.02.16	Encargos regulatórios	-239.715	-22.769
6.01.02.18	Obrigações pós-emprego	-110.912	-99.583
6.01.02.19	PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	-274.135	0
6.01.02.20	Outros	136.952	-31.137
6.01.03	Outros	-199.007	-185.954
6.01.03.01	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	-140.990	-154.673
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-57.686	-30.986
6.01.03.03	Juros sobre arrendamentos	-331	-295
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	455.594	2.276.369
6.02.01	Em Investimentos	0	-12.558
6.02.02	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	911.957	1.276.371
6.02.04	Em Imobilizado	-12.181	-27.791
6.02.05	Em Intangível	-14.775	-9.076
6.02.06	Em ativos de contrato - infraestrutura de distribuição e gás	-418.905	-317.395

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.02.07	Fundos Vinculados	-10.502	226
6.02.10	Alienação de participação societária	0	1.366.592
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-848.402	-1.389.389
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-829.673	-1.372.571
6.03.03	Arrendamentos pagos	-18.729	-16.813
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	0	-5
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	584.164	1.652.014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	825.208	1.680.397
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.409.372	3.332.411

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411	5.354	19.461.765
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411	5.354	19.461.765
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-245.000	0	-245.000	-101	-245.101
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000	0	-245.000
5.04.08	Participação de acionista não controlador	0	0	0	0	0	0	-101	-101
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.455.189	393	1.455.582	382	1.455.964
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.455.189	0	1.455.189	382	1.455.571
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	393	393	0	393
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.383	-3.383	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.383	-3.383	0	0	0
5.07	Saldos Finais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	1.213.572	-2.211.204	20.666.993	5.635	20.672.628

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666	4.682	17.477.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666	4.682	17.477.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-41	-41
5.04.08	Participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	-41	-41
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.032	169	422.201	319	422.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.032	0	422.032	319	422.351
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	169	169	0	169
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	169	169	0	169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.153	-4.153	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído de imobilizado	0	0	0	4.153	-4.153	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	426.185	-2.435.407	17.894.867	4.960	17.899.827

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	11.364.212	10.231.025
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.529.694	9.589.537
7.01.02	Outras Receitas	876.051	673.641
7.01.02.01	Receita de Construção de Distribuição	440.565	329.309
7.01.02.02	Receitra de Construção de Transmissão	68.395	22.451
7.01.02.05	Investimento em Imobilizado	23.819	22.473
7.01.02.06	Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	131.595	124.560
7.01.02.07	Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	19.732	10.906
7.01.02.08	Outras	0	651
7.01.02.09	Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	191.945	157.255
7.01.02.10	Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	0	6.036
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-41.533	-32.153
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.065.675	-5.373.129
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.327.803	-4.213.134
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.580.906	-1.194.924
7.02.04	Outros	-156.966	34.929
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-156.966	34.929
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.298.537	4.857.896
7.04	Retenções	-283.909	-238.431
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-283.909	-238.431
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.014.628	4.619.465
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.293.453	273.102
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	184.428	118.687
7.06.02	Receitas Financeiras	1.109.025	154.415
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.308.081	4.892.567
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.308.081	4.892.567
7.08.01	Pessoal	481.303	418.337
7.08.01.01	Remuneração Direta	273.003	262.135
7.08.01.02	Benefícios	191.799	140.890
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.501	15.312
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.565.143	2.625.239
7.08.02.01	Federais	1.773.326	1.028.075
7.08.02.02	Estaduais	1.787.179	1.594.162
7.08.02.03	Municipais	4.638	3.002
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	806.064	1.426.640
7.08.03.01	Juros	802.392	1.423.786
7.08.03.02	Aluguéis	3.672	2.854
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.455.571	422.351
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.455.189	422.032
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	382	319

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro líquido do período

A Cemig apresentou, no primeiro trimestre de 2022, um lucro líquido de R$1.455.571 em comparação a um lucro líquido de R$422.351 no mesmo período de 2021. às receitas com variação cambial da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e perdas no instrumento de hedge correspondente, que atingiu o resultado positivo de R$254.795 (líquido de tributos) no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao resultado negativo no montante de R$619.244 (líquido de tributos) no mesmo período de 2021.

As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

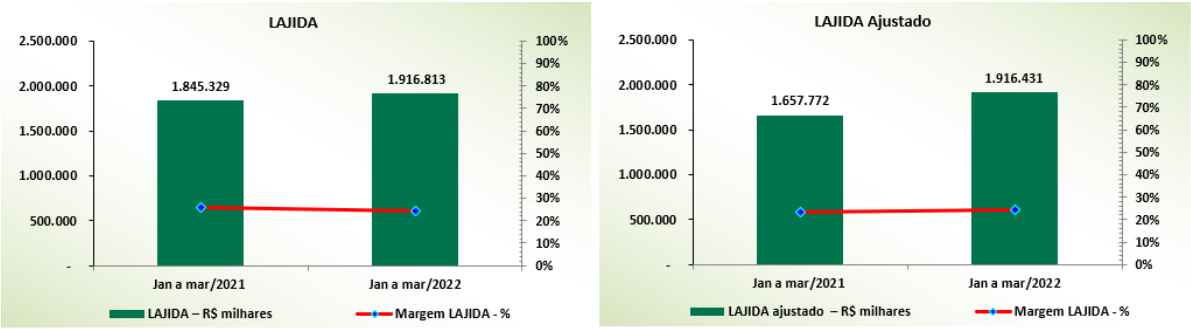
O Lajida consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 15,68% no primeiro trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período de 2021, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 23,31% para 24,43%. O Lajida consolidado, apresentou um aumento de 3,87% no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021, enquanto a sua margem passou de 25,95% no primeiro trimestre de 2021 para 24,43% no mesmo período de 2022.

Lajida - R$ mil	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Var %
Resultado do período	1.455.571	422.351	244,64%
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social	491.496	(80.673)	-
+ Resultado financeiro	(314.163)	1.265.220	-
+ Depreciação e amortização	283.909	238.431	19,07
= Lajida conforme "Instrução CVM 527" (1)	**1.916.813**	**1.845.329**	**3,87**
Efeitos não recorrentes e não caixa			
+ Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	(382)	(319)	(19,75)
+ Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido (nota 32)	-	(108.550)	-
+ Reversão de provisões tributárias	-	(78.688)	-
Lajida ajustado (2)	**1.916.431**	**1.657.772**	**15,60**

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

(2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, nãocontribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

Comentário do Desempenho



O aumento do Lajida no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021, decorre, principalmente do aumento na receita líquida de 10,36%, parcialmente compensado pelo aumento dos custos operacionais, menos depreciação e amortização, de 11,21%.

Os principais itens que afetaram as receitas no período são conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$8.304.056 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a R$6.951.837 no mesmo período de 2021, representando um crescimento de 19,45%. As principais variações que justifiquem o crescimento da receita com fornecimento bruto estão apresentadas abaixo:

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R$7.413.509 no primeiro trimestre de 2022 comparado a R$6.275.015 no mesmo período de 2021, representando um acréscimo de 18,14%.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no primeiro trimestre de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Mar/2022			Jan a Mar/2021			Variação %	
	MWh (2)	R$	Preço Médio MWh Faturado(R $/MWh) (1)	MWh (2)	R$	Preço Médio MWh Faturado(R $/MWh) (1)	MWh	R$
Residencial	2.841.768	3.115.806	1.096,43	2.875.007	2.659.585	925,07	**(1,16)**	**17,15**
Industrial	4.158.420	1.393.200	335,03	3.801.715	1.210.151	318,32	**9,38**	**15,13**
Comércio, serviços e outros	2.276.420	1.743.177	765,75	2.105.940	1.320.731	627,15	**8,10**	**31,99**
Rural	545.936	489.779	897,14	844.374	534.815	633,39	**(35,34)**	**(8,42)**
Poder público	204.191	179.314	878,17	186.717	137.104	734,29	**9,36**	**30,79**
Iluminação pública	285.011	167.372	587,25	355.356	211.955	596,46	**(19,80)**	**(21,03)**
Serviço público	339.958	246.977	726,49	347.115	194.880	561,43	**(2,06)**	**26,73**
Subtotal	**10.651.704**	**7.335.625**	**688,68**	**10.516.224**	**6.269.221**	**596,15**	**1,29**	**17,01**
Consumo Próprio	9.854	-	-	8.560	-	-	**15,12**	**-**
Fornecimento não faturado líquido	-	77.884	-	-	5.794	-		**1.244,22**
	10.661.558	**7.413.509**	**695,35**	**10.524.784**	**6.275.015**	**596,21**	**1,30**	**18,14**
Suprimento a outras concessionárias (3)	3.155.649	866.323	274,53	2.716.110	750.541	276,33	16,18	**15,43**
Suprimento não faturado líquido	-	24.224	-	-	(73.719)	-	-	**(132,86)**
Total	**13.817.207**	**8.304.056**	**600,99**	**13.240.894**	**6.951.837**	**525,03**	**4,35**	**19,45**

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
(2) Informações, em MWh, não examinadas pelos auditores independentes.
(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações que ocassionaram o aumento de 4,35% na quantidade de energia vendida foram:

- aumento de 8,92% na quantidade de energia vendida para os segmentos Industrial e Comercial, devido, principalmente, à efetivação de novos contratos de venda de energia com início de fornecimento em janeiro de 2022. Não obstante, justifica-se pelo aumento de 3,75% da energia faturada na classe de Comércio, serviços e outros, devido, principalmente, ao aumento de aproximadamente 21% no número de consumidores nesta classe, inclusive vindos das classes Rural e Serviços Públicos, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020. Esta resolução determinou a readequação de clientes que não realizassem seu recadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- aumento de 9,36% de energia faturada na classe do Poder público, principalmente, devido ao retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino e órgãos públicos, bem como pelo aumento no número de consumidores nesta classe, devido à migração de clientes das classes de Serviços Públicos e Rural para esta classe, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020;
- aumento no preço médio da energia faturada devido, principalmente, ao acionamento da bandeira tarifária de escassez hídrica, vigente desde setembro de 2021 até abril de 2022, a qual foi criada pela necessidade de enfrentamento do pior regime de chuvas dos últimos 91 anos – entre outubro de 2020 a abril de 2021, que causou um aumento dos custos de geração de energia por meio de fontes térmicas.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro trimestre de 2022, essa receita correspondeu ao montante de R$859.444, comparada a R$836.735 no mesmo período de 2021, o que representou aumento de 2%.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

No primeiro trimestre de 2022 foi reconhecida uma despesa no montante de R$700.107, em comparação ao reconhecimento de uma receita no montante de R$338.907 no mesmo período de 2021. Essa variação deve-se, principalmente, ao acionamento da bandeira escassez hídrica, vigente no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao acionamento da bandeira amarela no primeiro trimestre de 2021, somado à redução do custo com compra de energia no ambiente regulado.

Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT e Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R$83.787 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$89.162 no mesmo período de 2021, um redução de 6,03%;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R$68.395 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$22.451 no mesmo período de 2021, um aumento de 204,64%, em razão, principalmente, do aumento na realização da carteira de projetos de investimento em transmissão em linha com o aumento do custo de construção correspondente; e,

- Aumento de 22,06% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R$191.945 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$157.255 no mesmo período de 2021. Esse crescimento está associado, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 3,20% no primeiro trimestre de 2022 comparada a 2,05% no mesmo período de 2021, base para a remuneração do contrato 006/97. Além disso, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da ReH nº 2.852/2021 que definiu o componente financeiro para o contrato 006/97. O saldo devedor desse componente foi recalculado incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o "reperfilamento" dos pagamentos, nos termos da Resolução.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R$959.969 no primeiro trimestre de 2022 comparada a R$705.185 no mesmo período de 2021, um acréscimo de 36,13%. Esta variação decorre, basicamente, do reajuste pelo IGP-M na margem do gás natural e pelo aumento de 16,51% no número de consumidores no primeiro trimestre de 2022 comparado ao mesmo período de 2021.

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura dos segmentos de distribuição foram de R$429.503 no primeiro trimestre de 2022 comparadas a R$321.301 no mesmo período de 2021. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de distribuição, que se refere a atendimento urbano, reforma de redes, medição de energia e blindagem da receita, além do seguimento de subtransmissão, relativo à expansão e digitalização da Alta Tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

As receitas de construção do segmento de transmissão foram tratadas no tópico "Receitas de Concessão de Transmissão".

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R$501.358 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a R$412.862 no mesmo período de 2021, um aumento de 21,43%. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 26.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita operacional foram de R$3.534.478 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$3.123.277 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 13,17%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R$1.009.297 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$674.869 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 44,55%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo início da cobrança da conta CDE - Conta Covid em maio de 2021.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R$6.398.972 no primeiro trimestre de 2022 comparados a R$5.736.896 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 11,54%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 27.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do primeiro trimestre de 2022 foi uma despesa no montante de R$153.480, em comparação a uma despesa de R$106.683 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 43,87%. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento na taxa de desconto e na expectativa de inflação, os quais elevaram a projeção dos custos do pós-emprego para 2022.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R$380.996 no primeiro trimestre de 2022, comparada a R$342.434 no mesmo período de 2021, representando um crescimento de 11,26%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo:

- aumento de 74,46% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R$44.070 no primeiro trimestre de 2022, comparada a R$25.261 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre de novos contratos e investimentos em segurança da informação realizados no primeiro trimestre de 2022;
- aumento de 15,41% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo R$143.160 no primeiro trimestre de 2022, comparadas a R$124.042 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre da retomada dos serviços, após o reestabelecimento da suspensão do fornecimento por inadimplência para algumas classes de consumidores.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$3.103.382 no primeiro trimestre de 2022 comparada a R$3.108.114 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 0,15%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 19,17% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R$394.055 no primeiro trimestre de 2022 comparadas a R$487.525 no mesmo período de 2021, justificado, principalmente, pela redução no preço da demanda de Itaipu de R$28,07/KW para R$24,73/KW e pela redução no dólar médio de R$5,55 no primeiro trimestre de 2021 para R$5,09 no primeiro trimestre de 2022;
- redução de 43,89% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R$625.633 no período de janeiro a março de 2022 comparadas a R$1.122.835 no mesmo período de 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução nos despachos térmicos dos CCEARs por Disponibilidade e do fato de que a partir da competência de janeiro, a Companhia passou a ter mais cessões do que recebimentos de energia via MCSD, o que vem gerando uma receita ao invés de despesa;
- as reduções acima foram parcialmente compensadas pelo aumento de 77,86% nas despesas com geração distribuída, sendo de R$453.589 no período de janeiro a março de 2022, comparadas a R$255.024 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (133.282 em março de 2022, comparada a 75.651 em março de 2021) e do aumento na quantidade de energia injetada (630.952 MWh de janeiro a março de 2022, comparado a 419.419 MWh no mesmo período de 2021); e,

- aumento de 18,83% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R$1.230.940 no primeiro trimestre de 2022, em comparação a R$1.035.843 no mesmo período de 2021, associado, principalmente, à transferência de contratos de compra de energia da Cemig GT para a Companhia no terceiro trimestre de 2021. Mais informações na nota explicativa nº 26.

Este é um custo não gerenciável para o negócio de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R$868.532 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R$746.312 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 16,38%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pelo aumento dos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que se deve à elevação dos despachos fora da órdem de mérito.

Esse é um custo não gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R$163.330 no primeiro trimestre de 2022, comparadas a R$24.204 no mesmo período de 2021, um aumento de 574,81%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Variação nas provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R$27.427 no primeiro trimestre de 2022, em comparação à reversão de R$13.167 no mesmo período de 2021. Esse movimento está associado, basicamente, aos efeitos negativos sobre o valor justo da MESA da sentença desfavorável proferida nos processos arbitrais que envolvem a SAESA. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 30; e,

- variação das provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R$41.170 no período de janeiro a março de 2022, em comparação à reversão líquida de R$29.322 no período de janeiro a março de 2021. Esta variação decorre, principalmente, de decisão favorável obtida em 2021 pela Companhia em um dos processos administrativos, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal, com a reversão de provisão.

Mais detalhes podem ser consultados na nota explicativa nº 24.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R$491.262 no primeiro trimestre de 2022 comparados a R$348.375 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 41,02%. Essa variação deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de distribuição, que se refere a atendimento urbano, reforma de redes, medição de energia e blindagem da receita, além do seguimento de subtransmissão, relativo à expansão e digitalização da Alta Tensão.

São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R$563.781 comparada a uma despesa de R$387.525 no mesmo período de 2021, representando um acréscimo de 45,48%. Esta variação decorre, basicamente, do reajuste pelo IGP-M na margem do gás natural e pelo aumento médio do custo homologado do gás ocorrido em 2022.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas no primeiro trimestre de 2022 e 2021, de R$184.428 e R$118.687, respectivamente, representando um aumento de 55,39%. Esta variação decorre, principalmente, do resultado negativo com a investida Madeira Energia S.A. (usina Santo Antônio) no primeiro trimestre de 2022, no montante de R$9.037, decorrente da atualização do passivo correspondente à participação da Companhia nesta investida, em função dos efeitos das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. No primeiro trimestre de 2021 foi reconhecido resultado negativo com equivalência patrimonial de R$79.255.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 15.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no primeiro trimestre de 2022 foi uma receita líquida de R$314.163 em comparação a uma despesa líquida de R$1.265.220 no mesmo período de 2021. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- variação negativa do dólar nos primeiros trimestres de 2022, de 15,10%, em comparação à variação positiva de 9,63% no mesmo período de 2021, gerando o registro de receitas no montante de R$842.700 e despesas de R$750.900 no primeiro trimestre de 2022 e 2021, respectivamente; e,
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação negativa no primeiro trimestre de 2022, no montante de R$456.647, em comparação ao reconhecimento de perda no montante de R$187.348 no primeiro trimestre de 2021. Esse resultado do primeiro trimestre de 2022 é decorrente principalmente da apreciação da curva futura de juros.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R$491.496 em relação ao lucro de R$1.947.067 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 25,24%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2021, receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R$80.673 em relação ao lucro de R$341.678, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 23,61%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(c).

Notas Explicativas

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS 1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 8

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 9
1. CONTEXTO OPERACIONAL 9
2. BASE DE PREPARAÇÃO 12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO 14
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES 15
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 16
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA 17
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 19
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 21
10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS 23
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 24
12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS 24
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO 25
14. ATIVOS DE CONTRATO 30
15. INVESTIMENTOS 34
16. IMOBILIZADO 44
17. INTANGÍVEIS 46
18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL 49
19. FORNECEDORES 51
20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES 52
21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 54
22. ENCARGOS REGULATÓRIOS 57
23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 57
24. PROVISÕES 60
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 68
26. RECEITA 69
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 73
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 76
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 76
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 80
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS 94
32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA 97
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 99
34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI 100
35. EVENTOS SUBSEQUENTES 100

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.409.372	825.208	124.386	26.692
Títulos e valores mobiliários	6	975.334	1.724.088	293.237	431.222
Consumidores, revendedores e concessionários	7	4.796.738	4.429.883	151.108	157.368
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	1.340.337	1.504.666	-	-
Ativos de contrato	14	638.210	599.692	-	-
Tributos compensáveis	8	1.901.020	1.968.979	1.108	1.088
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	465.150	698.914	-	-
Dividendos a receber	15	230.240	335.189	1.964.223	1.820.578
Contribuição de iluminação pública		247.276	233.309	-	-
Reembolso de subsídios tarifários	12	101.961	291.896	-	-
Outros créditos		428.120	337.326	12.915	9.547
TOTAL DO CIRCULANTE		**12.533.758**	**12.949.150**	**2.546.977**	**2.446.495**
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	190.527	353.730	57.372	88.383
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	7	49.760	51.540	1.238	-
Tributos compensáveis	8	1.735.313	1.997.285	506.606	502.452
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	327.478	315.405	256.653	245.850
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9c	2.524.598	2.464.734	835.159	802.270
Depósitos vinculados a litígios	11	1.195.649	1.155.169	309.949	307.651
Instrumentos financeiros derivativos	30a	866.223	1.219.176	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	10	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	4.591.689	4.969.400	-	-
Ativos de contrato	14	5.949.114	5.780.316	-	-
Investimentos	15	5.404.409	5.105.926	19.431.081	18.183.135
Imobilizado	16	2.389.491	2.419.269	1.325	1.411
Intangível	17	13.011.817	12.953.317	1.121	1.380
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	18a	211.215	225.593	2.029	2.050
Outros créditos		72.985	72.432	160.260	25.011
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**38.533.634**	**39.096.658**	**21.576.159**	**20.172.959**
TOTAL DO ATIVO		**51.067.392**	**52.045.808**	**24.123.136**	**22.619.454**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Fornecedores	19	2.242.655	2.683.343	83.953	64.682
Encargos regulatórios	22	491.293	610.695	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		176.329	136.580	14.882	11.126
Impostos, taxas e contribuições	20	466.486	528.096	42.985	132.764
Imposto de renda e contribuição social	9b	184.834	190.002	112.348	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		2.130.995	1.909.050	2.129.053	1.911.250
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	1.121.332	1.465.133	53.830	52.430
Salários e contribuições sociais		207.030	225.189	11.412	12.596
Contribuição de iluminação pública		376.412	357.105		-
Obrigações pós-emprego	23	352.358	346.733	27.348	26.917
Passivo financeiro da concessão	13	1.466	51.359	-	-
Pis/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	20	267.307	704.025	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	30b	109.824	6.130	-	-
Opções de venda SAAG	30b	663.719	636.292	-	-
Operações de arrendamento mercantil	18b	50.599	61.586	277	277
Outras obrigações		810.231	776.275	12.300	8.288
TOTAL DO CIRCULANTE		**9.652.870**	**10.687.593**	**2.488.388**	**2.220.330**
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	22	84.310	204.623	4.624	4.624
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	8.728.364	9.898.830	-	-
Impostos, taxas e contribuições	20	350.819	341.689	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	941.956	962.255	-	-
Provisões	24	1.937.588	1.888.972	248.939	236.995
Obrigações pós-emprego	23	5.908.924	5.857.941	710.251	697.149
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	20	2.366.849	2.318.910	-	-
Operações de arrendamento mercantil	18b	180.596	182.437	1.971	1.975
Outras obrigações		242.488	240.793	1.970	1.970
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**20.741.894**	**21.896.450**	**967.755**	**942.713**
TOTAL DO PASSIVO		**30.394.764**	**32.584.043**	**3.456.143**	**3.163.043**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Capital social		8.466.810	8.466.810	8.466.810	8.466.810
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		10.948.094	10.948.094	10.948.094	10.948.094
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.211.204)	(2.208.214)	(2.211.204)	(2.208.214)
Lucros acumulados		1.213.572	-	1.213.572	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		**20.666.993**	**19.456.411**	**20.666.993**	**19.456.411**
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		**5.635**	**5.354**	**-**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**20.672.628**	**19.461.765**	**20.666.993**	**19.456.411**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**51.067.392**	**52.045.808**	**24.123.136**	**22.619.454**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	26	**7.847.448**	**7.110.741**	**286.555**	**83**
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	27				
Energia elétrica comprada para revenda		(3.103.382)	(3.108.114)	(238.162)	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(868.532)	(746.312)	-	-
Gás comprado para revenda		(563.781)	(387.525)	-	-
		(4.535.695)	**(4.241.951)**	**(238.162)**	**-**
OUTROS CUSTOS	27				
Pessoal e administradores		(215.344)	(222.210)	-	-
Materiais		(10.969)	(12.073)	-	-
Serviços de terceiros		(278.201)	(269.029)	-	-
Depreciação e amortização		(257.482)	(214.379)	-	-
Provisões operacionais		(76.317)	4.982	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(491.262)	(348.375)	-	-
Outros		(13.967)	(24.882)	-	-
		(1.343.542)	**(1.085.966)**	**-**	**-**
CUSTO TOTAL		**(5.879.237)**	**(5.327.917)**	**(238.162)**	-
LUCRO BRUTO		**1.968.211**	**1.782.824**	**48.393**	**83**
DESPESAS OPERACIONAIS	27				
Despesas com Vendas		(43.092)	(43.153)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(227.718)	(205.265)	(10.843)	(19.929)
Despesas com Provisões Operacionais		(43.921)	13.967	(14.783)	(10.200)
Outras Despesas Operacionais, líquidas		(205.004)	(174.528)	(17.798)	(10.991)
		(519.735)	**(408.979)**	**(43.424)**	**(41.120)**
Revisão Tarifária Periódica, líquida		-	5.816	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	32	-	108.550	-	108.550
Resultado de equivalência patrimonial	15	184.428	118.687	1.404.117	273.512
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		**1.632.904**	**1.606.898**	**1.409.086**	**341.025**
Receitas financeiras	28	1.109.025	154.415	15.409	3.250
Despesas financeiras	28	(794.862)	(1.419.635)	(2.195)	(1.815)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.947.067**	**341.678**	**1.422.300**	**342.460**
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(573.914)	(263.706)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	82.418	344.379	32.889	79.572
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**1.455.571**	**422.351**	**1.455.189**	**422.032**
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		1.455.189	422.032	1.455.189	422.032
Participação dos acionistas não-controladores		382	319	-	-
		1.455.571	**422.351**	**1.455.189**	**422.032**
Lucro básico e diluído por ação preferencial	25	**0,66**	**0,20**	**0,66**	**0,20**
Lucro básico e diluído por ação ordinária	25	**0,66**	**0,20**	**0,66**	**0,20**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.455.571**	**422.351**	**1.455.189**	**422.032**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Outros resultados abrangentes	393	169	393	169
	393	**169**	**393**	**169**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**1.455.964**	**422.520**	**1.455.582**	**422.201**
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	1.455.582	422.201	1.455.582	422.201
Participação dos acionistas não-controladores	382	319	-	-
	1.455.964	**422.520**	**1.455.582**	**422.201**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**8.466.810**	**2.249.721**	**10.948.094**	**(2.208.214)**	**-**	**19.456.411**	**5.354**	**19.461.765**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.455.189	1.455.189	382	1.455.571
Outros resultados abrangentes	-	-	-	393	-	393	-	393
Realização do custo atribuído	-	-	-	(3.383)	3.383	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(245.000)	(245.000)	-	(245.000)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(101)	(101)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	**8.466.810**	**2.249.721**	**10.948.094**	**(2.211.204)**	**1.213.572**	**20.666.993**	**5.635**	**20.672.628**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**7.593.763**	**2.249.721**	**10.060.605**	**(2.431.423)**	**-**	**17.472.666**	**4.682**	**17.477.348**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	422.032	422.032	319	422.351
Outros resultados abrangentes	-	-	-	169	-	169	-	169
Realização do custo atribuído	-	-	-	(4.153)	4.153	-	-	-
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(41)	(41)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	**7.593.763**	**2.249.721**	**10.060.605**	**(2.435.407)**	**426.185**	**17.894.867**	**4.960**	**17.899.827**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		1.455.571	422.351	1.455.189	422.032
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9d	(82.418)	(344.379)	(32.889)	(79.572)
Depreciação e amortização	27	283.909	238.431	394	451
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível	13, 14,16 e 17	7.944	14.444	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	15	(184.428)	(118.687)	(1.404.117)	(273.512)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	13 e 26	(360.971)	(296.107)	-	-
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP			(6.036)	-	-
Juros e variações monetárias		226.861	419.438	(5.596)	(1.470)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	21	(842.700)	751.781	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização	26	(436.718)	(178.373)	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	32	-	(108.550)	-	(108.550)
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	21	1.600	4.137	-	55
Provisões operacionais e perdas estimadas	27c	163.330	24.204	14.783	10.200
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	30	456.647	187.348	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	13	700.107	(338.907)	-	-
Obrigações pós-emprego	23	167.520	125.059	19.353	12.998
Outros		(7.009)	5.218	-	-
		1.549.245	**801.372**	**47.117**	**(17.368)**
Aumento (redução) de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(408.167)	39.436	5.022	-
Tributos compensáveis		259.715	75.368	(20)	2.889
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(148.888)	3.450	121.126	86.668
Depósitos vinculados a litígios		(25.595)	(48.164)	609	(1.405)
Dividendos recebidos	15	-	970	351	-
Ativos de contrato e financeiros da concessão	13 e 14	155.765	220.540	-	-
Outros		94.210	(10.850)	(138.409)	3.049
		(72.960)	**280.750**	**(11.321)**	**91.201**
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(440.688)	(401.546)	19.271	(433)
Impostos, taxas e contribuições		171.815	235.181	(112.931)	(78.829)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		568.746	200.177	-	-
Salários e contribuições sociais		(18.159)	(22.307)	(1.184)	(1.342)
Encargos regulatórios		(239.715)	(22.769)	-	-
Obrigações pós-emprego	23	(110.912)	(99.583)	(5.820)	(5.274)
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores		(274.135)	-	-	-
Outros		42.742	(20.287)	680	(1.999)
		(300.306)	**(131.134)**	**(99.984)**	**(87.877)**
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**1.175.979**	**950.988**	**(64.188)**	**(14.044)**
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures pagos	21	(140.990)	(154.673)	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos	18	(331)	(295)	(2)	(1)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(57.686)	(30.986)	(13)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**976.972**	**765.034**	**(64.203)**	**(14.045)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		911.957	1.276.371	168.996	15.418
Fundos vinculados		(10.502)	226	3	(2)
Em investimentos					
Aquisição de participação societária e aporte em investidas	15	-	(12.558)	(7.000)	(12.558)
Alienação de participação societária, líquido dos custos	32	-	1.366.592	-	1.366.592
Em imobilizado	16	(12.181)	(27.791)	-	-
Em intangível	17	(14.775)	(9.076)	(30)	(30)
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás		(418.905)	(317.395)	-	-

Notas Explicativas

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**455.594**	**2.276.369**	**161.969**	**1.369.420**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		-	(5)	-	(5)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	21	(829.673)	(1.372.571)	-	-
Arrendamentos pagos	18	(18.729)	(16.813)	(72)	(70)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(848.402)**	**(1.389.389)**	**(72)**	**(75)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**584.164**	1.652.014	**97.694**	**1.355.300**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	825.208	1.680.397	26.692	422.647
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	**1.409.372**	**3.332.411**	**124.386**	**1.777.947**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	31/03/2022		31/03/2021		31/03/2022		31/03/2021	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	10.529.694		9.589.537		324.996		91	
Receita de Construção de Distribuição	440.565		329.309		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	68.395		22.451		-		-	
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	191.945		157.255		-		-	
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-		6.036		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	131.595		124.560		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	19.732		10.906		-		-	
Investimento em Imobilizado	23.819		22.473		-		-	
Outras Receitas	-		651		-		-	
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(41.533)		(32.153)		211		-	
	11.364.212		**10.231.025**		**325.207**		**91**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.363.494)		(3.384.255)		(262.437)		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(964.309)		(828.879)		-		-	
Serviços de Terceiros	(547.728)		(500.749)		(3.434)		(8.473)	
Gás Comprado para Revenda	(715.913)		(492.095)		-		-	
Materiais	(317.265)		(202.080)		(6)		(8)	
Outros Custos Operacionais	(156.966)		34.929		(10.180)		97.398	
	(6.065.675)		**(5.373.129)**		**(276.057)**		**88.917**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**5.298.537**		**4.857.896**		**49.150**		**89.008**	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(283.909)		(238.431)		(394)		(451)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	**5.014.628**		**4.619.465**		**48.756**		**88.557**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	184.428		118.687		1.404.116		273.512	
Receitas Financeiras	1.109.025		154.415		15.409		3.250	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**6.308.081**		**4.892.567**		**1.468.281**		**365.319**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	**481.303**	**7,63**	**418.337**	**8,55**	**28.109**	**1,91**	**19.490**	**5,34**
Remuneração direta	273.003	4,33	262.135	5,36	8.125	0,55	6.290	1,72
Obrigações Pós-emprego e Outros Benefícios	191.799	3,04	140.890	2,88	19.509	1,33	12.787	3,51
FGTS	16.501	0,26	15.312	0,31	475	0,03	413	0,11
Impostos, Taxas e Contribuições	**3.565.143**	**56,52**	**2.625.239**	**53,66**	**(17.220)**	**(1,17)**	**(78.028)**	**(21,36)**
Federais	1.773.326	28,11	1.028.075	21,02	(26.661)	(1,82)	(78.381)	(21,46)
Estaduais	1.787.179	28,33	1.594.162	32,58	9.264	0,63	349	0,10
Municipais	4.638	0,07	3.002	0,06	177	0,01	4	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	**806.064**	**12,78**	**1.426.640**	**29,16**	**2.203**	**0,15**	**1.825**	**0,50**
Juros	802.392	12,72	1.423.786	29,10	2.195	0,15	1.815	0,50
Aluguéis	3.672	0,06	2.854	0,06	8	0,00	10	-
Remuneração de Capitais Próprios	**1.455.571**	**23,07**	**422.351**	**8,63**	**1.455.189**	**99,11**	**422.032**	**115,52**
Lucros Retidos	1.455.189	23,07	422.032	8,62	1.455.189	99,11	422.032	115,52
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	382	0,01	319	0,01	-	-		
	6.308.081	**100,00**	**4.892.567**	**100**	**1.468.281**	**100,00**	**365.319**	**100,00**

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig", "Controladora" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América ("NYSE") e da Espanha ("LATIBEX"). A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, com vistas à respectiva exploração econômica. No terceiro trimestre de 2021, iniciou-se o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da controlada Cemig GT para a Companhia, mantendo a sua estratégia corporativa.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, exigindo o desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, com retorno gradual até janeiro de 2022, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas, com adoção de uma série de medidas de contribuição para a sociedade, divulgadas em maiores detalhes em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Impacto nas informações contábeis intermediárias

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia do Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

No cenário desafiador causado pela pandemia, a Cemig tem mostrado resiliência e sustentabilidade das suas operações, viabilizando o fornecimento de energia com qualidade para a sociedade, garantindo o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos. Por ser uma empresa integrada, com diversificação de negócios nos setores de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia, a Cemig mantém sua solidez, com estabilidade nos resultados financeiros e redução de riscos no enfrentamento de cenários adversos.

Em 31 de março de 2022, a partir da observação dos efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, sendo os principais impactos descritos a seguir:

- A controlada Cemig GT avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo na dívida e no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a exposição à variação cambial do principal da dívida e a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, bem como as liquidações semestrais do “swap”, gerou uma receita financeira líquida de R$386 milhões no primeiro trimestre de 2022. As projeções de longo prazo indicam uma manutenção do dólar em relação à cotação atual.

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, ações individualizadas de cobrança judicial, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento. A Companhia entende que as medidas adotadas mitigaram os efeitos da crise econômica sobre a arrecadação. Ressalta-se que as Resoluções Aneel nº 928 e nº 936 estenderam a suspensão de fornecimento de energia dos consumidores das subclasses residenciais baixa renda e de outros determinados consumidores até 30 de setembro de 2021;
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 30;

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia e não se espera impactos significativos da pandemia no longo prazo.

c) Impactos da guerra na Ucrânia

Desde a invasão russa à Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, o mercado global está operando em um cenário de incertezas econômicas em razão dos desdobramentos deste grave conflito militar na Europa. Nesse contexto, as sações econômicas à Russia e certos cidadãos e organizações russas, bem como à Bielorússia, podem causar um efeito negativo na economia global cujos impactos são altamente incertos e imprevisíveis.

Como resultado, muitas entidades que atuam fora da região diretamente impactada podem sofrer seus efeitos adversos, tais como alta dos preços de commodities como petróleo, gás natural e grãos, ou pela potencial redução na atividade econômica global. A ocorrência de perturbação em larga escala dos negócios também podem resultar em redução de liquidez para algumas entidades, reduzindo a qualidade dos créditos na cadeia de suprimentos.

No 1º trimestre de 2022, a Companhia e suas subsidiárias não apuraram impactos decorrentes deste conflito em suas informações financeiras trimestrais, uma vez que não são diretamente envolvidas na região e, consequentemente, sua exposição à Russia e à Ucrânia é limitada. Considerando as incertezas em torno dos impactos da guerra na Ucrânia na economia global, não foi possível estimar a extenção de seus efeitos nos negócios da Companhia e de suas subsidiárias, mas, não havendo agravamento do conflito, não se espera prejuízos na sua capacidade operacional, financeira e de investimentos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 13 de maio de 2022.

Notas Explicativas

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2021	31/03/2022	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	31	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Reembolso de Subsídios Tarifários
14	13	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
15	14	Ativos de Contrato
16	15	Investimentos
17	16	Imobilizado
18	17	Intangível
19	18	Operação de arrendamento mercantil
20	19	Fornecedores
21	20	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
22	21	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
23	22	Encargos Regulatórios
24	23	Obrigações Pós-Emprego
25	24	Provisões
26	25	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
27	26	Receita
28	27	Custos e Despesas Operacionais
29	28	Receitas e Despesas Financeiras
30	29	Transações com Partes Relacionadas
31	30	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
32	32	Ativos e Passivos Classificados como Mantidos para Venda e Resultado de Operações Descontinuadas
35	33	Transações não Envolvendo Caixa
36	34	Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI
37	35	Eventos Subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
33	Seguros
34	Obrigações Contratuais

Notas Explicativas

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia.

As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas (1)	31/03/2022			31/12/2021		
	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Gasmig	Consolidação	99,57	-	Consolidação	99,57	-
Cemig Sim	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-

Notas Explicativas

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento *
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo (1) (7)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	08/2045
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	Centroeste	004/2005	03/2035
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (6)	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (6)	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

* Os contratos de concessão elegíveis à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) aguardam chamado da Aneel para assinatura do aditivo e, as usinas elegíveis que possuem outorga por meio de resolução autorizativa, aguardam a reformulação desses atos para constar as novas datas. Mais detalhes na nota explicativa nº 17.

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

(2) Em 17 de julho de 2020, a Cemig GT protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, qualquer decisão efetiva somente ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia e pela Aneel das condições para a prorrogação, que deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.

(3) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.

(4) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Proinfa. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

(5) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15 / CPC47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

(6) Referem-se a contratos de concessão que estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura em serviço encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado em ativo intangível e ativo financeiro, e a infraestrutura em construção é classificada como ativos de contrato, em atendimento ao CPC 47. Em 05 de agosto de 2021, a Gasmig foi informado por meio de Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) da antecipação do encerramento do atual ciclo tarifário para 31 de dezembro de 2021, bem como do início do processo de Revisão Tarifária Periódica, que levará em consideração metodologia previamente definida, baseada em critérios fundamentais como o perfil dos clientes, custos de operação e investimentos.

(7) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Contas bancárias	54.036	116.956	4.320	4.252
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	1.070.381	624.681	34.987	2.047
Overnight (2)	282.537	81.456	85.079	20.393
Outros	2.418	2.115	-	-
	1.355.336	708.252	120.066	22.440
	1.409.372	**825.208**	**124.386**	**26.692**

(1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 65% a 107% em 31 de março de 2022 (70% a 109% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

(2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 11,41% a 11,64% a.a. em 31 de março de 2022 (8,87% a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 30.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	15.193	100.554	4.575	25.175
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	723.456	1.417.429	217.850	354.868
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	211.134	178.427	63.578	44.671
Outros	25.551	27.678	7.234	6.508
	975.334	**1.724.088**	**293.237**	**431.222**
Não circulante				
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (2)	181.715	348.149	54.719	87.163
Debêntures (4)	8.812	4.874	2.653	1.220
Outros	-	707	-	-
	190.527	**353.730**	**57.372**	**88.383**
	1.165.861	**2.077.818**	**350.609**	**519.605**

(1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 103% do CDI em 31 de março de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021), conforme operação.

(2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 105,58% a 130% do CDI em 31 de março de 2022 (105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que varia entre 11,64% a 11,99% a.a. em 31 de março de 2022 (9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

(4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR)+1% a 114,28% do CDI em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 29 e 30.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	CONSOLIDADO					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/03/2022	31/12/2021
Fornecimento de energia faturado	1.814.063	796.153	492.718	461.074	3.564.008	3.409.813
Fornecimento de energia não faturado	1.149.005	-	-	-	1.149.005	929.579
Suprimento a outras concessionárias	62.425	23.035	15	1.709	87.184	52.035
Suprimento a outras concessionárias não faturado	300.599	-	-	-	300.599	264.864
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	36.727	64.728	-	913	102.368	169.531
Concessionários – transporte de energia faturado	63.725	14.793	8.825	80.154	167.497	169.652
Concessionários – transporte de energia não faturado	310.676	-	-	-	310.676	319.099
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(169.932)	(80.826)	(83.295)	(500.786)	(834.839)	(833.150)
	3.567.288	**817.883**	**418.263**	**43.064**	**4.846.498**	**4.481.423**
Ativo Circulante					**4.796.738**	**4.429.883**
Ativo não Circulante					**49.760**	**51.540**

	CONTROLADORA					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	31/03/2022	31/12/2021
Fornecimento faturado	-	1.915	-	23.003	24.918	24.599
Fornecimento não faturado	122.658	-	-	-	122.658	106.184
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	27.773	-	-	-	27.773	48.869
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(23.003)	(23.003)	(22.284)
	150.431	**1.915**	**-**	**-**	**152.346**	**157.368**
Ativo circulante					**151.108**	**157.368**
Ativo não circulante					**1.238**	**-**

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Notas Explicativas

Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Residencial	223.673	220.937
Industrial	182.489	184.954
Comércio, serviços e outras	223.965	220.400
Rural	32.649	34.466
Poder público	45.293	45.221
Iluminação pública	2.375	1.909
Serviço público	38.834	37.504
Encargos de uso de rede – TUSD	85.561	87.759
	834.839	**833.150**

Considerando os efeitos da crise causada pela Covid-19 sobre a inadimplência de seus clientes e o aparecimento de novas condicionantes, como o ritmo de vacinação no país, as mutações do vírus e as alterações na política de apoio governamental, a Companhia, diante da evolução observada em 2020 e 2021, entende que as premissas atuais representam a melhor estimativa possível para o reconhecimento de PECLD no período findo em 31 de março de 2022.

Em 31 de julho de 2020, a Cemig D protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Cemig D passíveis de compensação são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Até o mês de março de 2022 foram compensadas 12 parcelas, do total de 21, no valor de R$10.584 cada, restando em aberto o montante de R$95.258. A expectativa é de que as compensações ocorram mensalmente nesse mesmo valor até dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**833.150**
Constituições líquidas (nota 27)	43.092
Reversão de baixas	(41.403)
Saldos em 31 de março de 2022	**834.839**

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS a recuperar	105.711	112.813	12	3
PIS/Pasep (a) (b)	315.925	328.643	24	24
Cofins (a) (b)	1.457.125	1.508.180	121	121
Outros	22.259	19.343	951	940
	1.901.020	**1.968.979**	**1.108**	**1.088**
Não circulante				
ICMS a recuperar (b)	359.777	342.183	-	-
PIS/Pasep (a)	266.342	316.044	111.283	110.376
Cofins (a)	1.109.194	1.339.058	395.323	392.076
	1.735.313	**1.997.285**	**506.606**	**502.452**
	3.636.333	**3.966.264**	**507.714**	**503.540**

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Cemig, Cemig D e Cemig GT, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito de excluírem o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída (anteriormente denominada Usina Térmica Ipatinga S.A.), Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A.

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Companhia, além da hipótese de receber os créditos por meio de precatórios, passou-se a avaliar a viabilidade de habilitar administrativamente os créditos para compensação com os tributos federais gerados nas atividades da controladora.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em 2019 em favor da Cemig D e GT, que iniciaram, em maio de 2020, a compensação mensal dos saldos a receber com os valores a pagar, que deve ocorrer dentro do prazo prescricional de 5 anos.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia para as ações que transitaram em julgado. Foi reconhecido um aumento nos valores a compensar de PIS/Pasep e Cofins no montante de R$18.213, referente aos períodos em que foi excluído de sua base de cálculo o valor do ICMS recolhido ao invés daquele destacado nas notas fiscais.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos pela Cemig D deve ser objeto de restituição aos seus consumidores, considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo da devolução. Sendo assim, a Cemig D constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização .

Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, a controlada Gasmig reconheceu, no segundo trimestre de 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R$219.753. A controlada registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, contados da data do encerramento do trimestre, na ausência do trânsito em julgado.

Para maiores informações sobre os valores a serem devolvidos pela Cemig D e Gasmig, ver na nota explicativa nº 20.

A Companhia possui registrado o montante de R$1.767.580 no ativo circulante e R$1.371.060 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela SELIC até a data da sua efetiva compensação.

No primeiro trimestre de 2022, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R$391.915 (R$407.457 no primeiro trimestre de 2021).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas informações contábeis intermediárias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Imposto de renda	639.230	763.468	254.070	221.422
Contribuição social	153.398	250.851	2.583	24.428
	792.628	**1.014.319**	**256.653**	**245.850**
Circulante	**465.150**	**698.914**	-	-
Não circulante	**327.478**	**315.405**	**256.653**	**245.850**

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, superiores ao valor devido, apurados pela controladora quando do ajuste anual, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal – STF decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à atualização pela taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de abril de 2022, o STF finalizou o julgamento dos Embargos de Declaração decidindo pela modulação de efeitos a partir de 30 de setembro de 2021, ressalvadas as ações ajuizadas até 17 de setembro de 2021 (data do início do julgamento do mérito). A Companhia e suas controladas não ajuizaram ações relativas a esse tema, assim não se beneficiarão retroativamente da decisão tomada pela corte.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda	169.419	147.312
Contribuição social	15.415	42.690
	184.834	**190.002**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	693.799	806.639	606.043	583.662
Provisões para contingências	556.610	542.089	75.299	71.278
Perda por redução ao valor recuperável de investimentos	240.294	244.132	-	-
Provisão PUT SAAG	225.664	216.339	-	-
Obrigações pós-emprego	2.009.701	1.980.828	244.819	239.750
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	315.927	314.863	8.405	8.477
Outros	160.852	150.389	4.769	4.095
Total	**4.202.847**	**4.255.279**	**939.335**	**907.262**
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo atribuído na adoção das IFRS	(217.875)	(219.067)	-	-
Valor justo de participações societárias	(444.040)	(465.615)	(104.176)	(104.992)
Encargos financeiros capitalizados	(165.121)	(164.716)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(249.028)	(245.181)	-	-
Atualização ativo de contrato	(921.821)	(895.223)	-	-
Ajuste a valor justo swap	(257.176)	(412.436)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(7.071)	(6.737)	-	-
Ressarcimento de custos - GSF	(307.914)	(319.207)	-	-
Outros	(50.159)	(24.618)	-	-
Total	**(2.620.205)**	**(2.752.800)**	**(104.176)**	**(104.992)**
Total Líquido	**1.582.642**	**1.502.479**	**835.159**	**802.270**
Total do Ativo	**2.524.598**	**2.464.734**	**835.159**	**802.270**
Total do Passivo	**(941.956)**	**(962.255)**	**-**	**-**

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.502.479**	**802.270**
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações em continuidade	82.418	32.889
Ajustes de tributos diferidos do período anterior	(2.255)	-
Saldo em 31 de março de 2022	**1.582.642**	**835.159**

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**1.947.067**	**341.678**	**1.422.300**	**342.460**
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	(662.003)	(116.171)	(483.582)	(116.436)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	59.531	38.756	433.860	64.364
Incentivo fiscal	22.605	9.344	-	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	24.222	28.413	-	-
Multas indedutíveis	(12.881)	(3.715)	(49)	15
JCP declarado	83.300	-	83.300	-
Resultado com alienação da Light	-	133.663	-	133.663
Outros	(6.270)	(9.617)	(640)	(2.034)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	**(491.496)**	**80.673**	**32.889**	**79.572**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(573.914)**	**(263.706)**	**-**	**-**
Imposto de renda e contribuição social diferido	**82.418**	**344.379**	**32.889**	**79.572**
	(491.496)	**80.673**	**32.889**	**79.572**
Alíquota efetiva	**(25,24)%**	**23,61%**	**2,31%**	**23,24%**

10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a 1ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplência por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder à retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Entretanto, o Governo do Estado de Minas Gerais questiona a celebração do TARD, celebrado em gestão anterior, por entender que foi firmado sem observância dos requisitos legais para validade dos atos administrativos e notificou a Cemig para que restitua as duas parcelas quitadas anteriormente, assim como os valores dos dividendos retidos, no montante de R$299.005.

De forma a resolver a questão por meio de solução negociada de impasses, foi submetida a controvérsia acerca do TARD à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC do Estado de Minas Gerais, que atualmente está na fase inicial de análise da matéria.

Em 31 de março de 2022, o saldo a receber reconhecido no ativo não circulante é de R$13.366 (R$13.366 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, estando no aguardo da evolução da questão junto à CPRAC para a baixa definitiva do referido saldo remanescente do Contas a Receber.

Em caso de insucesso na busca de solução por meio da CPRAC e eventual ação judicial para discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária do AFAC, a Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos, considerou a probabilidade de perda como possível.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhista	**260.530**	**266.604**	**26.707**	**25.292**
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	29.863	29.546	307	300
PIS/Pasep e Cofins (1)	66.461	68.342	-	-
ITCD	56.513	55.752	55.537	54.786
IPTU	88.807	86.925	63.482	62.229
FINSOCIAL	41.542	40.999	41.542	40.999
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	292.951	290.198	14.068	13.936
IRRF sobre lucro inflacionário	8.800	8.743	8.800	8.743
IRPJ/CSLL (3)	99.541	76.155	-	-
Outros (4)	105.035	103.570	64.821	67.015
	789.513	**760.230**	**248.557**	**248.008**
Outros				
Regulatório	53.423	52.736	20.263	20.033
Responsabilidade civil	12.602	12.482	6.586	6.630
Relações de consumo	7.722	7.924	1.014	941
Bloqueio judicial	20.846	19.146	3.365	3.373
Outros	51.013	36.047	3.457	3.374
	145.606	**128.335**	**34.685**	**34.351**
	1.195.649	**1.155.169**	**309.949**	**307.651**

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões (Indenização do anuênio);
(3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
(4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios para custear o bônus do "Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica", vigente de setembro a dezembro de 2021, são reembolsados através dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS). O programa foi criado para incentivar os consumidores a economizarem energia em razão do momento crítico de escassez hídrica, sendo uma medida emergencial do governo para garantir a continuidade e segurança do fornecimento de energia elétrica no país. Para os consumidores que reduziram o consumo nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma do consumo de energia elétrica nesses meses ficou entre 10% e 20% menor em relação ao mesmo período do ano anterior, foi concedido um bônus de R$0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada. A bonificação foi informada na primeira fatura recebida após o cálculo do consumo referente ao mês de dezembro de 2021 e creditada como abatimento na fatura subsequente. O montante apropriado como receita para subsídios desse bônus foi de R$205.439 em 31 de dezembro de 2021. Parte desse valor foi realizado ao longo do primeiro trimestre de 2022 via liquidação na CCEE de acordo com as definições do Despacho Aneel nº 397/2022. A Companhia ainda tem a receber o montante de R$15.722, em 31 de março de 2022, reconhecidos no ativo circulante.

No primeiro trimestre de 2022, o montante apropriado como receitas dos demais subsídios, reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R$245.942 (R$247.847 em 31 de março de 2021). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante total de R$86.239, reconhecido no ativo circulante, sendo R$81.981 (R$81.981 em 31 de dezembro de 2021) pela Cemig D e R$4.258 (R$4.476 em 31 de dezembro de 2021) pela Cemig GT.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (13.1)	779.037	683.729
Concessão de distribuição de gás (13.1)	36.273	34.386
Indenizações a receber – geração (13.2)	816.202	816.202
Bonificação pela outorga – concessões de geração (13.3)	2.850.967	2.792.201
	4.482.479	**4.326.518**
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" CVA e outros componentes financeiros (13.4)	1.449.547	2.147.548
Total	**5.932.026**	**6.474.066**
Ativo circulante	**1.340.337**	**1.504.666**
Ativo não circulante	**4.591.689**	**4.969.400**

Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Passivos financeiros da concessão		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" CVA e outros componentes financeiros (13.4)	1.466	51.359
Total	**1.466**	**51.359**
Passivo circulante	**1.466**	**51.359**

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Geração	Distribuição de energia	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro 2021	**3.608.403**	**683.729**	**34.386**	**4.326.518**
Transferências do ativo de contrato	-	76.203	-	76.203
Atualização financeira	131.595	19.732	1.887	153.214
Baixas	-	(627)	-	(627)
Recebimentos	(72.829)	-	-	(72.829)
Saldos em 31 de março 2022	**3.667.169**	**779.037**	**36.273**	**4.482.479**

13.1 Distribuição - Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

13.2 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Cemig GT a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R$816.202 em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguara	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	**203.545**	**816.202**

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

Em 31 de março de 2022, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R$174.203, R$2.711 e R$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

De acordo com a Resolução Normativa nº 942, as concessionárias deverão comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, até 12 de julho de 2022, podendo este prazo ser prorrogado pela Aneel por igual período. Conforme determinação do regulador, o relatório de avaliação deverá ser elaborado por uma empresa credenciada junto à Aneel, a ser contratada pela concessionária. Adicionalmente, as concessionárias deveriam manifestar interesse no recebimento do valor complementar até 20 de agosto de 2021, sendo este requisito cumprido pela Cemig GT dentro do prazo estipulado.

O anexo I da referida Resolução detalha a metodologia e os critérios gerais para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, o qual terá como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

A Companhia está avaliando os efeitos da referida resolução e não espera perdas em seu ativo financeiro em razão da aplicação das alterações introduzidas.

Em 09 de agosto de 2021 a Companhia manifestou seu interesse no recebimento do valor complementar relativo às parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados e não indenizados.

A Companhia contratou a empresa avaliadora credenciada na Aneel e espera atender aos requisitos da Resolução Normativa nº 942, comprovando a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, no prazo estabelecido.

13.3 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	71.997	(39.132)	1.616.585
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	22.673	(12.341)	507.486
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	9.274	(5.246)	191.032
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	6.920	(3.905)	143.216
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	9.517	(5.495)	187.657
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	6.983	(4.173)	127.997
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	4.231	(2.537)	76.994
Total		**2.792.201**	**131.595**	**(72.829)**	**2.850.967**

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

13.4 Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/03/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	**-**	**1.449.547**	**1.449.547**	**988.850**	**4.133.064**	**5.121.914**
Ativo circulante	-	1.048.458	1.048.458	988.850	2.397.151	3.386.001
Ativo não circulante	-	401.089	401.089	-	1.735.913	1.735.913
Passivo	**(1.466)**	**-**	**(1.466)**	**(1.040.209)**	**(1.985.516)**	**(3.025.725)**
Passivo circulante	(1.466)	-	(1.466)	(1.040.209)	(1.175.718)	(2.215.927)
Passivo não circulante	-	-	-	-	(809.798)	(809.798)
Total circulante líquido	**(1.466)**	**1.048.458**	**1.046.992**	**(51.359)**	**1.221.433**	**1.170.074**
Total não circulante líquido	**-**	**401.089**	**401.089**	**-**	**926.115**	**926.115**
Total líquido	**(1.466)**	**1.449.547**	**1.448.081**	**(51.359)**	**2.147.548**	**2.096.189**

Notas Explicativas

Componentes Financeiros	31/03/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	8.813	215.626	224.439	23.593	(90.715)	(67.122)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	58.148	85.869	144.017	145.817	97.203	243.020
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	5.790	(6.673)	(883)	13.172	(972)	12.200
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – Proinfa	4.439	75.822	80.261	11.427	18.664	30.091
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	13.857	1.316.010	1.329.867	30.948	953.014	983.962
Energia elétrica comprada para revenda	170.656	(268.528)	(97.872)	389.548	1.177.997	1.567.545
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(27.026)	313.729	286.703	(67.566)	192.132	124.566
Neutralidade da parcela A	9.708	110.830	120.538	24.269	73.081	97.350
Devolução faturamento – Conta Covid (2)	(148.540)	-	(148.540)	(371.350)	-	(371.350)
Outros itens financeiros	(92.018)	(327.204)	(419.222)	(230.046)	(225.769)	(455.815)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(5.293)	(65.934)	(71.227)	(21.171)	(47.087)	(68.258)
TOTAL	**(1.466)**	**1.449.547**	**1.448.081**	**(51.359)**	**2.147.548**	**2.096.189**

(1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("Abradee"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R$196.808 em 31 de março de 2022, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R$39.270.

(2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores estão sendo devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizado pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.096.189**
Constituição líquida de ativos financeiros	(738.288)
Realização	38.181
Atualização Selic (nota 28)	51.999
Saldo em 31 de março de 2022	**1.448.081**

14. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de março de 2022:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	1.999.762	1.926.652
Gás – ativos de infraestrutura em construção	101.545	95.137
Transmissão –Rede Básica – Lei 12.783/13	2.020.331	2.011.576
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.465.686	2.346.643
	6.587.324	**6.380.008**
Circulante	**638.210**	**599.692**
Não circulante	**5.949.114**	**5.780.316**

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.358.219**	**1.926.652**	**95.137**	**6.380.008**
Adições	68.395	415.430	11.062	494.887
Atualização financeira	193.035	-	-	193.035
Recebimentos	(133.632)	-	-	(133.632)
Baixa	-	-	(449)	(449)
Outras adições	-	-	937	937
Transferências para o ativo financeiro	-	(76.203)	-	(76.203)
Transferências para o ativo intangível	-	(273.171)	(5.142)	(278.313)
Ajustes provisão redução ao valor recuperável	-	7.054	-	7.054
Saldos em 31 de março de 2022	**4.486.017**	**1.999.762**	**101.545**	**6.587.324**

Dentre as adições realizadas no período findo em 31 de março de 2022, está contemplado o valor de R$8.524 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 9,44%.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica e gás ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de Transmissão

Para a atividade de transmissão os valores a receber da Companhia são decorrentes dos Contratos de Concessão nº 006/97, nº 079/00, nº 004/05 e nº 006/11, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Contrato de Concessão – 004/05	28.345	26.678
Contrato de Concessão - 079/00	44.948	38.782
Contrato de Concessão - 006/11	7.575	7.355
Contrato de Concessão - 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	337.162	317.692
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	220.180	209.185
	638.210	**599.692**
Não circulante		
Contrato de Concessão – 004/05	91.188	89.204
Contrato de Concessão - 079/00	154.850	151.858
Contrato de Concessão - 006/11	76.323	73.882
Contrato de Concessão - 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	1.683.169	1.693.884
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	1.842.277	1.749.699
	3.847.807	**3.758.527**
	4.486.017	**4.358.219**

a) Contrato de Concessão nº 006/97

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

O contrato foi renovado em 04 de dezembro de 2012, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, em função da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, com previsão de indenização dos ativos não depreciados em 31 de dezembro de 2012.

Em 22 de abril de 2021, a Resolução nº 2.852 alterou o reposicionamento da RAP determinado pela Resolução nº 2.712/2020, retroativamente a 1º de julho de 2018, bem como a parcela de ajuste de Revisão, com efeitos financeiros no reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, a vigorar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 2017, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e a Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico obtiveram tutela antecipada, no processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União, visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Em 2020 as liminares foram cassadas e a Aneel homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020.

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do "efetivo pagamento", sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo "reperfilamento" desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial.

b) Contrato de Concessão nº 079/00

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 30 de março de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.839 alterou os valores da RAP e das parcelas de ajuste para este contrato, gerando um ajuste positivo de R$3.708 no ativo de contrato.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 006/11

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu a RAP para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº 2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº 2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

d) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão, inclusive pela Companhia.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

15. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	8.644.830	7.831.942
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	59.204	59.013	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	162.169	125.172	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	48.524	46.722	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	203.950	200.385	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	601.339	609.154	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	920.938	932.600	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	128.786	124.275	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	160.204	168.430	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.291.078	1.140.930	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	7.188.136	6.942.666
Taesa	Controlada em conjunto	1.700.046	1.580.379	1.700.046	1.580.379
Ativas Data Center	Coligada	15.275	15.750	15.275	15.750
Gasmig	Controlada	-	-	1.697.175	1.635.985
Cemig Sim	Controlada	-	-	116.330	111.433
UFVs (1)	Controladas em conjunto	108.743	98.839	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	4.153	4.277	4.153	4.277
Sete Lagoas Transmissora	Controlada	-	-	65.136	60.703
Total do Investimento		**5.404.409**	**5.105.926**	**19.431.081**	**18.183.135**
Itaocara – Passivo a descoberto	Controlada em conjunto	(20.838)	(20.767)	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) – Provisões para perdas	Coligada	(170.685)	(161.648)	-	-
Total		**5.212.886**	**4.923.511**	**19.431.081**	**18.183.135**

(1) Conjunto de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação.

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção das coligadas Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) e Ativas Data Center.

Para o período findo em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia analisou se o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (nota explicativa nº 1.(b)) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado das análises, a Companhia concluiu que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu alteração relevante, não sendo observadas perdas no valor recuperável dos seus investimentos. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, a Companhia e suas controladas não reconheceram perdas por redução ao valor recuperável de seus investimentos, exceto pelo investimento detido na MESA, conforme divulgado em mais detalhes ao longo dessa nota explicativa.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas indiretas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R$48.087 (R$49.241 em 31 de dezembro de 2021) e R$65.511 (R$67.205 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, são considerados no balanço individual da controlada Cemig GT como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 17.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

CONTROLADORA			
Investidas	**31/12/2021**	**Amortização**	**31/03/2022**
Lightger	76.488	(625)	75.863
Taesa	151.462	(2.330)	149.132
Gasmig	396.246	(3.815)	392.431
TOTAL GERAL	**624.196**	**(6.770)**	**617.426**

CONSOLIDADO			
Investidas	**31/12/2021**	**Amortização**	**31/03/2022**
Cemig Geração e Transmissão	**376.063**	**(7.167)**	**368.896**
Retiro Baixo	27.798	(347)	27.451
Lightger	76.488	(625)	75.863
Aliança Geração	301.605	(6.327)	295.278
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	46.660	(493)	46.167
Taesa	151.462	(2.330)	149.132
TOTAL GERAL	**604.013**	**(10.122)**	**593.891**

b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

CONTROLADORA						
Investidas	**31/12/2021**	**Equivalência patrimonial (Resultado)**	**Dividendos**	**Aportes/ Aquisição**	**Outros**	**31/03/2022**
Cemig Geração e Transmissão	7.831.942	812.888	-	-	-	8.644.830
Cemig Distribuição	6.942.666	375.927	(130.457)	-	-	7.188.136
Ativas Data Center	15.750	(475)	-	-	-	15.275
Gasmig	1.635.985	85.360	(24.563)	-	393	1.697.175
Cemig Sim	111.433	8.321	(3.424)	-	-	116.330
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.277	(124)	-	-	-	4.153
Sete Lagoas Transmissora	60.703	2.553	(5.120)	7.000	-	65.136
Taesa	1.580.379	119.667	-		-	1.700.046
	18.183.135	**1.404.117**	**(163.564)**	**7.000**	**393**	**19.431.081**

Notas Explicativas

CONSOLIDADO				
Investidas	**31/12/2021**	**Equivalência patrimonial (Resultado)**	**Dividendos**	**31/03/2022**
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	3.723	(3.532)	59.204
Guanhães Energia	125.172	36.997	-	162.169
Hidrelétrica Pipoca	46.722	4.459	(2.657)	48.524
Lightger	124.275	4.511	-	128.786
Baguari Energia	168.430	6.534	(14.760)	160.204
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	932.600	(11.662)	-	920.938
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	609.154	(7.815)	-	601.339
Ativas Data Center	15.750	(475)	-	15.275
Taesa	1.580.379	119.667	-	1.700.046
Aliança Geração	1.140.930	24.252	125.896	1.291.078
Retiro Baixo	200.385	3.565	-	203.950
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	2.699	466	-	3.165
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.258	888	-	10.146
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.294	1.188	-	12.482
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.432	497	-	6.929
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	14.890	1.285	-	16.175
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	17.823	1.775	-	19.598
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.130	698	-	6.828
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	4.058	494	-	4.552
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	5.318	649	-	5.967
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.384	696	-	7.080
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída	14.553	1.268	-	15.821
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.277	(124)	-	4.153
Total do Investimento	**5.105.926**	**193.536**	**104.947**	**5.404.409**
Itaocara – Passivo a descoberto	(20.767)	(71)	-	(20.838)
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) – Provisões para perdas (1)	(161.648)	(9.037)	-	(170.685)
Total	**4.923.511**	**184.428**	**104.947**	**5.212.886**

(1) Foi reconhecida uma perda na extensão das obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de março de 2022 alcançou o montante de R$170.685. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	**Controladora**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**335.189**	**1.820.578**
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas	(104.947)	163.564
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(19.568)
Recebimentos	(2)	(351)
Saldo em 31 de março de 2022	**230.240**	**1.964.223**

c) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	**Quantidade de ações**	**31/03/2022**			**31/12/2021**		
		Participação Cemig (%)	**Capital social**	**Patrimônio líquido**	**Participação Cemig (%)**	**Capital social**	**Patrimônio líquido**
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	4.123.724	8.568.968	100,00	4.123.724	7.755.454
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	17,90	10.619.786	(1.109.868)	15,51	10.619.786	1.492.037
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	120.824	49,00	35.000	120.436
Guanhães Energia (3)	548.626.000	49,00	548.626	330.958	49,00	548.626	255.453
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	100.048	49,00	41.360	93.385
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	230.884	69,39	186.573	242.736
Central Eólica Praias de Parajuru	85.834.843	100,00	85.835	128.723	100,00	85.835	128.466
Central Eólica Volta do Rio	274.867.441	100,00	274.867	211.209	100,00	274.867	206.783
Lightger (4)	79.078.937	49,00	79.232	108.006	49,00	79.232	97.525
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.923.360.811	49,00	1.209.043	1.133.003	49,00	1.209.043	1.147.947
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.235.601	74,50	1.322.698	1.251.811
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.205.626	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	353.710	49,90	225.350	345.868
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	156.259	(42.526)	49,00	156.259	(42.381)
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	83	100,00	406	88
Cemig Ger. Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.609.127	100,00	1.291.423	1.652.343

Notas Explicativas

Investidas	Quantidade de ações	31/03/2022			31/12/2021		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	522.496	100,00	405.268	526.776
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	202.057	100,00	151.309	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	158.763	100,00	113.499	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	222.520	100,00	148.147	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	139.610	100,00	100.569	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	111.648	100,00	60.595	105.990
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	117.976	100,00	46.944	114.751
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	124.098	100,00	36.833	134.209
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	62.545	100,00	39.258	59.575
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	97.071	100,00	45.952	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (2)	97.161.578	100,00	97.162	143.212	100,00	97.162	144.128
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	8.736	100,00	486	7.734
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	1.975	100,00	1.000	2.158
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100,00	28.000	116.681	100,00	28.000	122.079
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	5.371.998	7.188.136	100,00	5.371.998	6.942.666
Taesa	1.033.496.721	21,68	3.042.034	7.244.803	21,68	3.042.034	6.684.756
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	77.931	19,60	182.063	80.358
Gasmig	409.255.483	99,57	665.430	1.310.378	99,57	665.429	1.245.093
Cemig Sim	24.431.845	100,00	102.153	116.330	100,00	102.153	111.433
Sete Lagoas Transmissora de Energia	36.857.080	100,00	36.857	69.581	100,00	36.857	65.210
Axxiom Soluções Tecnológicas	68.064.706	49,00	68.065	8.587	49,00	68.065	8.728
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	18.509.900	49,00	6.510	7.740	49,00	6.510	5.507
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	18.000.000	49,00	18.000	20.282	49,00	18.000	18.893
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	21.660.575	49,00	21.660	23.893	49,00	21.661	22.155
UFV Bonfinópolis Geração de Energia Elétrica Distribuída	13.197.187	49,00	13.197	13.950	49,00	13.197	13.226
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	25.471.844	49,00	25.472	28.159	49,00	25.472	26.249
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	29.010.219	49,00	29.010	32.086	49,00	29.010	29.406
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.030.391	49,00	11.030	12.368	49,00	11.030	11.337
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.320.875	49,00	9.321	10.151	49,00	9.321	9.450
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	12.348.392	49,00	12.348	13.519	49,00	12.348	12.596
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.702.733	49,00	11.703	12.992	49,00	11.703	11.904
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída	25.629.900	49,00	25.879	28.576	49,00	25.879	26.625

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

(2) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

(3) Em 09 de dezembro de 2021, a Light informou ao mercado que assinou com a Brasal Energia S.A. o contrato (CCVA) para venda de sua participação societária em Guanhães e Lightger, sujeito às condições precedentes usuais nesse tipo de transação. A Brasal Energia S.A fará adesão integral ao acordo de acionistas vigente para essas investidas.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Cemig GT possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, por 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, em 13 de junho de 2008. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial com a 1º unidade geradora, em 2012, e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2022, a MESA segue com capital circulante líquido negativo, agravado neste período, princinpalmente, pelo reconhecimento dos efeitos das arbitragens CAM 115/18 e CCI 21.511/ASM, conforme detalhado no decorrer desta nota explicativa. Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação de sua estrutura de capital e liquidez, além das medidas informadas nos tópicos abaixo, voltadas para regularização dos efeitos das sentenças arbitrais, a MESA vêm adotando ações direcionadas à redução de custos operacionais, proteção da exposição aos riscos hidrológicos, otimização da estrutura de capital e gestão das operações de energia.

Procedimento arbitral 115/2018 – Madeira Energia S.A.

Em 2018, a SAAG e a Cemig GT instauraram o Procedimento Arbitral 115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral, assim como em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos que determinou a devolução de aporte de capital feito pelos acionistas nessa investida

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária direta e indireta da Cemig GT na MESA, é aumentada de 8,54% para 9,86% e de 6,97% para 8,05%, respectivamente, e sua participação societária consolidada de 15,51% para 17,91%.

MESA informou que em 29 de abril de 2022 foi notificada pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A, também parte requerida no procedimento arbitral em questão, de que em 28 de abril de 2022 foi deferido o pedido de tutela de urgência, requerido em medida judicial ajuizada por este acionista, para imediata suspensão dos efeitos da sentença arbitral CAM 115/2018, a fim de que se mantivessem as participações societárias detidas pelos acionistas antes de seus efeitos. De acordo com os assessores jurídicos de MESA, a suspensão mencionada não tem caráter definitivo e mantiveram o prognóstico de perda como provável, motivo pelo qual a investida manteve o provisionamento da redução do capital social em suas informações financeiras trimestrais.

Tendo em vista que o processo em que houve deferimento da tutela de urgência se encontra em fase inicial, a Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende ser remota a reversão dos efeitos dessa sentença arbitral e aguarda o cumprimento da mesma.

Procedimento Arbitral 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21511/ASM/JPA (c. 21673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAESA), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual previstos em contrato.

ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 07 de fevereiro de 2022, indica que parte dos pedidos da SAESA foram deferidos, assim como alguns dos pedidos do CCSA e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAESA, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento, pela Companhia, dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAESA.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, dos quais a SAESA discorda veementemente, já provisionados nas demonstrações financeiras da SAESA sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R$770 milhões) e “Outras Provisões” (R$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com valor adicional estimado em R$226 milhões a pagar.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, os valores a que a SAESA eventualmente vier a ser condenada deverão ser pagos conforme procedimentos definidos nos respectivos contratos de financiamentos.

Em 09 de março de 2022, a SAESA protocolou pedido de esclarecimentos acerca de determinados pontos da sentença, inclusive relativos a aspectos pecuniários e entende que somente após apreciação deste pedido e de possíveis esclarecimentos a serem solicitados pelas outras partes envolvidas a sentença se tornará definitiva, apta a produzir efeitos e com a efetiva definição dos valores a serem eventualmente devidos pela SAESA.

Em 11 de abril de 2022, a SAE requereu, por meio de “exceção de pré-executividade”, a extinção de ação judicial de execução parcial de sentença arbitral, movida pelo Grupo Industrial Complexo Rio Madeira (GICOM), parte do CCSA, no valor de R$645 milhões. Em síntese, o GICOM baseou-se no entendimento de que a sentença proferida no procedimento arbitral CCI 21.511/ASM seria definitiva e exequível. Em 17 de abril de 2022, foi proferida decisão judicial na ação de execução parcial de sentença arbitral recebendo a exceção de pré-executividade apresentada pela SAE e concedendo efeito suspensivo para interromper o prazo para pagamento da dívida executada até que o Tribunal Arbitral aprecie os pedidos de esclarecimentos apresentados no Procedimento Arbitral ou a exceção de pré-executividade seja julgada, o que ocorrer primeiro.

Em 29 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da Madeira aprovou o aumento de capital social da MESA em até R$1.582.551, a ser realizado para fins de integralização na SAE. A Cemig GT renunciou ao direto de subscrever suas ações e não fará o aporte referente à sua participação.

A SAESA reiterou ainda que o Procedimento Arbitral se encontra em andamento e segue revestido de confidencialidade.

Investimento na Madeira Energia S.A.

Como resultado das sentenças arbitrais mencionadas acima, a Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2021, a perda no montante de R$366.850, resultando, assim, na redução a zero do valor do investimento, e constituiu uma provisão referente às obrigações assumidas perante a investida em acordos de suporte e garantias, em conformidade ao CPC 18 – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto, que em 31 de março de 2022 alcançou o montante de R$170.685.

Esta provisão foi estimada a partir da aplicação do percentual de participação societária direta da Companhia na MESA, atualmente 9,86%, sobre a saída de caixa prevista para fazer jus à dívida decorrente da sentença arbitral. Considerando haver circunstâncias específicas estabelecidas em acordos de acionistas, contrato de compra e venda de ações da SAAG e nas próprias garantias prestadas pela SAAG à SAESA, a Companhia entende que não possui responsabilidade em relação à sua participação indireta na MESA, atualmente 8,05%, uma vez que não assumiu as obrigações contraídas pela SAAG frente à SAESA antes de sua efetiva entrada no negócio, sendo que a outra acionista e antiga detentora de 100% da participação societária (AG Participações) permanece como garantidora de todas as obrigações perante essa investida.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de março de 2022, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R$26.956 (R$189.028 em 31 de dezembro de 2021) e ainda despenderá quantias relevantes em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

A Companhia procedeu também com a análise do valor recuperável do seu investimento na NESA, com base no seu valor em uso, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e no IFRS 13/CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e concluiu que o valor recuperável desse investimento supera o seu valor contábil em 31 de março de 2022.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que "até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte". A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2022 é de R$2.985.000 (R$2.832.000 em 31 de dezembro de 2021).

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. ("NESA") – Investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a "Operação Buona Fortuna", em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis intermediárias.

Madeira Energia S.A ("MESA")

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Cemig GT na Guanhães e na MESA.

Adicionalmente, desde 2017, a Renova, investida cuja participação societária detida pela Cemig GT foi classificada no ativo não circulante mantido para venda em 2021, é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia e sua controlada Cemig GT, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou" e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos, mas não são esperados efeitos resultantes dessas investigações que possam impactar significativamente as informações contábeis intermediárias da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela Renova, uma vez que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a investida.

Considerando o CCVA firmado para alienação do investimento detido na Renova, conforme nota explicativa nº 32, também não são esperados efeitos após a conclusão da transação de venda, considerando que o instrumento de compra e venda de ações não prevê qualquer direito de indenização contra a Cemig GT em relação a qualquer ato, fato, evento, ação ou omissão ocorrido antes e/ou após a data de sua assinatura, exceto na medida em que constituam uma violação ou inexatidão de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Cemig GT. No âmbito do contrato, as partes reconheceram expressamente, o caráter de “porteira fechada” da transação.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos, assim como dos fatores que levaram a Companhia a ser autuada pela Receita Federal pelo não recolhimento de IRRF na aquisição de participação da Ligth, junto a Enlighted (vide nota explicativa nº 24). Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2022, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais se estenderam até agosto de 2021 e julho de 2022, respectivamente. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ, em conformidade com as eventuais demandas apresentadas.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela consultoria especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em 2020 foi concluída e o seu relatório final foi entregue e aprovado pela Comissão de Investigação em 24 de novembro de 2021, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. No entanto, a Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais que estão ainda em andamento.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	246.605	(26.621)	219.984	246.605	(25.822)	220.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3.295.716	(2.371.933)	923.783	3.295.828	(2.352.006)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.086.360	(842.294)	244.066	1.085.943	(837.942)	248.001
Máquinas e equipamentos	2.684.570	(1.993.584)	690.986	2.672.848	(1.975.923)	696.925
Veículos	20.602	(19.349)	1.253	20.632	(19.260)	1.372
Móveis e utensílios	13.735	(11.294)	2.441	13.747	(11.230)	2.517
	7.347.588	**(5.265.075)**	**2.082.513**	**7.335.603**	**(5.222.183)**	**2.113.420**
Em curso						
Ativos em curso	306.978	-	306.978	305.849	-	305.849
Imobilizado líquido	**7.654.566**	**(5.265.075)**	**2.389.491**	**7.641.452**	**(5.222.183)**	**2.419.269**

Controladora	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(25)	30	55	(24)	31
Máquinas e equipamentos	5.200	(5.045)	155	5.200	(4.962)	238
Móveis e utensílios	727	(695)	32	727	(693)	34
	6.064	**(5.765)**	**299**	**6.064**	**(5.679)**	**385**
Em curso						
Ativos em curso	1.026	-	1.026	1.026	-	1.026
Imobilizado líquido	**7.090**	**(5.765)**	**1.325**	**7.090**	**(5.679)**	**1.411**

Notas Explicativas

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Reversão de provisão (2)	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/03/2022
Em serviço							
Terrenos (1)	220.783	-	-	-	(799)	-	219.984
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	-	(20.159)	120	923.783
Edificações, obras civis e benfeitorias	248.001	-	-	-	(4.353)	418	244.066
Máquinas e equipamentos	696.925	-	(95)	-	(17.140)	11.296	690.986
Veículos	1.372	-	-	-	(119)	-	1.253
Móveis e utensílios	2.517	-	-	-	(76)	-	2.441
	2.113.420	**-**	**(95)**	**-**	**(42.646)**	**11.834**	**2.082.513**
Em curso	305.849	**12.181**	**-**	**782**	**-**	**(11.834)**	306.978
Imobilizado líquido	**2.419.269**	**12.181**	**(95)**	**782**	**(42.646)**	**-**	**2.389.491**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Depreciação	Saldo em 31/03/2022
Em serviço				
Terrenos	82	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	31	-	(1)	30
Máquinas e equipamentos	238	-	(83)	155
Móveis e utensílios	34	-	(2)	32
	385	**-**	**(86)**	**299**
Em curso	**1.026**	**-**	**-**	**1.026**
Imobilizado líquido	**1.411**	**-**	**(86)**	**1.325**

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/03/2022	31/12/2021
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.009	220.009
Depreciação acumulada			(128.571)	(126.583)
Total em operação			**91.438**	**93.426**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	55	43
Total em construção			**55**	**43**
Total			**91.493**	**93.469**

17. INTANGÍVEIS

Consolidado	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.692	(4.895)	9.797	14.692	(4.726)	9.966
Concessão onerosa	13.599	(8.649)	4.950	13.599	(8.493)	5.106
Ativos de concessão	21.743.983	(9.843.615)	11.900.368	21.475.916	(9.669.212)	11.806.704
Ativos de Concessão - GSF	1.031.810	(99.259)	932.551	1.031.809	(65.744)	966.065
Outros	78.595	(74.652)	3.943	78.347	(73.854)	4.493
	22.882.679	**(10.031.070)**	**12.851.609**	**22.614.363**	**(9.822.029)**	**12.792.334**
Em curso	**160.208**	**-**	**160.208**	**160.983**	**-**	**160.983**
Intangível líquido	**23.042.887**	**(10.031.070)**	**13.011.817**	**22.775.346**	**(9.822.029)**	**12.953.317**

Controladora	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.565	(12.563)	1.002	13.564	(12.273)	1.291
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
Outros	9	(9)	-	9	(9)	-
	13.582	**(12.580)**	**1.002**	**13.581**	**(12.290)**	**1.291**
Em curso	**119**	**-**	**119**	**89**	**-**	**89**
Intangível líquido	**13.701**	**(12.580)**	**1.121**	**13.670**	**(12.290)**	**1.380**

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/03/2022
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.966	-	-	(169)	-	9.797
Concessão onerosa	5.106	-	-	(156)	-	4.950
Ativos de concessão	11.806.704	-	(6.767)	(193.163)	293.594	11.900.368
Ativos de concessão - GSF	966.065	-	-	(33.514)	-	932.551
Outros	4.493	-	-	(813)	263	3.943
	12.792.334	**-**	**(6.767)**	**(227.815)**	**293.857**	**12.851.609**
Em curso	**160.983**	**14.775**	**(6)**	**-**	**(15.544)**	**160.208**
Intangível Líquido	**12.953.317**	**14.775**	**(6.773)**	**(227.815)**	**278.313**	**13.011.817**

(1) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R$278.313.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2022
Em serviço				
Com vida útil definida				
Direito de uso de softwares	1.291	-	(289)	1.002
	1.291	**-**	**(289)**	**1.002**
Em curso	**89**	**30**	**-**	**119**
Intangível líquido	**1.380**	**30**	**(289)**	**1.121**

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.

São classificados como ativos intangíveis da Companhia os direitos de autorização de distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante de R$392.432 (R$396.246 em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos no balanço individual da Companhia como investimentos, conforme nota explicativa nº 15, em conformidade à interpretação técnica ICPC 09.

Os ativos de concessão incluem os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante total de R$113.598 (R$116.446 em 31 de dezembro de 2021), que são reconhecidos no balanço individual da controlada Cemig GT como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel n°895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei n° 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei n° 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação,exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReN. Aneel nº 895/2020.

Notas Explicativas

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei n° 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu, no 2º trimestre de 2021, um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20", no montante de R$909.601.

Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021, incluindo Irapé e Queimado, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, no 3º trimestre de 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível no montante de R$122.208, referente à extensão da outorga dessas usinas. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R$1.031.809, reconhecido em contrapartida à rubrica "Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20".

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros. A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	**9.459**	**05/01/2046**	**7**	**03/01/2053**
Cemig Geração Itutinga	**7.713**	**05/01/2046**	**7**	**03/01/2053**
Cemig Geração Leste	**154**			
Dona Rita	11	03/07/2046	4	19/07/2050
Ervalia	8	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	7	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	0,7	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	1	26/12/2046
Cemig Geração Oeste	**234**			
Cajuru (Cemig)	234	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Salto Grande	**40.079**	**05/01/2046**	**7**	**03/01/2053**
Cemig Geração Sul	**2.106**			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	0,8	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	7	03/01/2053
Marmelos	238	05/01/2046	7	03/01/2053
Paciencia	205	05/01/2046	7	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Três Marias	**115.831**	**05/01/2046**	**7**	**03/01/2053**
Cemig Poço Fundo	**1.482**	**29/05/2045**	**7**	**27/05/2052**
Cemig PCH (Pai Joaquim)	**418**	**04/04/2032**	**0,4**	**14/09/2032**
Horizontes	**130**			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	1,9	21/05/2027
Rosal	**8.900**	**08/05/2032**	**3,6**	**13/12/2035**
Sá Carvalho	**39.690**	**01/12/2024**	**1,7**	**27/08/2026**
Total Subsidiárias	**226.196**			
Nova Ponte	254.956	23/07/2025	2,1	11/08/2027
Irapé	105.010	28/02/2035	2,6	18/09/2037
Queimado	19.326	18/12/2032	1,8	26/06/2034
Sao Bernardo (Cemig)	649	19/08/2025	1,9	27/06/2027
Emborcação	425.672	23/07/2025	1,8	26/05/2027
Total Cemig GT	**805.613**			
Total (R$)	**1.031.809**			

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Cemig GT no período indicado na Lei n° 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	**1.322.438**

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2022 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em agosto de 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65
Contratos celebrados de agosto a dezembro de 2021 (1)		
Até 5 anos	5,81	0,47
De 6 a 10 anos	5,89	0,48
De 11 a 15 anos	5,95	0,49
De 16 a 30 anos	5,95	0,49
Contratos celebrados de janeiro a março de 2022 (1)		
Até 5 anos	6,24	0,51
De 6 a 10 anos	6,42	0,53
De 11 a 15 anos	6,50	0,54
De 16 a 30 anos	6,50	0,54

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**191.567**	**34.026**	**225.593**
Baixa (contratos encerrados)	(96)	-	(96)
Amortização (1)	(2.612)	(11.425)	(14.037)
Adições	197	-	197
Remensuração (2)	(1.020)	578	(442)
Saldos em 31 de março de 2022	**188.036**	**23.179**	**211.215**

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R$157 no período de janeiro a março de 2022 (R$140 no período de janeiro a março de 2021).
(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.050**
Amortização (1)	(21)
Saldo em 31 de março de 2022	**2.029**

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R$6 em 31 de março de 2022 (R$2 em 31 de março de 2021).

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**244.023**	**2.252**
Adição	197	-
Ajuste passivo combinação de negócio	(159)	-
Baixa (contratos encerrados)	(101)	-
Juros incorridos (1)	6.737	70
Arrendamentos pagos	(18.729)	(72)
Juros sobre arrendamentos pagos	(331)	(2)
Remensuração (2)	(442)	-
Saldos em 31 de março de 2022	**231.195**	**2.248**
Passivo circulante	**50.599**	**277**
Passivo não circulante	**180.596**	**1.971**

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R$452 e R$5 no período de janeiro a março de 2022 (R$428 e R$5 no período de janeiro a março de 2021), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.

(2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	637.846	231.195	7.033	2.248
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	55.237	18.327	651	208

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2022	45.691	222
2023	28.142	296
2024	27.898	296
2025	27.768	296
2026	27.613	296
2027 a 2045	480.734	5.627
Valores não descontados	**637.846**	**7.033**
Juros embutidos	(406.651)	(4.785)
Passivo de arrendamento	**231.195**	**2.248**

19. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Energia de curto prazo - CCEE	158.353	129.957	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	179.879	175.476	95	95
Energia elétrica comprada para revenda	936.753	1.314.197	83.414	62.322
Itaipu binacional	301.909	331.118	-	-
Gás comprado para revenda	238.091	227.683	-	-
Materiais e serviços	427.670	504.912	444	2.265
	2.242.655	**2.683.343**	**83.953**	**64.682**

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS	152.197	123.928	3.020	2.616
Cofins (1)	166.761	166.482	12.021	30.030
PIS/Pasep (1)	36.250	36.180	2.595	6.496
INSS	35.945	36.178	1.803	1.940
Outros(2)	75.333	165.328	23.546	91.682
	466.486	**528.096**	**42.985**	**132.764**
Não circulante				
Cofins (1)	288.192	280.690	-	-
PIS/Pasep (1)	62.627	60.999	-	-
	350.819	**341.689**	**-**	**-**
	817.305	**869.785**	**42.985**	**132.764**
Valores a serem restituídos a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	267.307	704.025	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	2.366.849	2.318.910	-	-
	2.634.156	**3.022.935**	**-**	**-**

(1) Cofins e PIS/Pasep registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão, cuja contraprestação será recebida nos próximos 12 meses contados da data das demonstrações financeiras. Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

(2) O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 10 de dezembro de 2021, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2022, em conformidade à legislação tributária.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R$2.451.631, conforme descrito na nota explicativa nº 7 (a), já tendo sido restituído o montante de R$2.020.032 até março de 2022 (R$1.583.314 até dezembro de 2021).

A Cemig D registrou um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período de 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigora desde 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa 7b. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Cemig D, ver nota explicativa 13.4.

Notas Explicativas

Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação.

Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 8 (a), a controlada Gasmig reconheceu os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R$228.842. A controlada registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, contados da data do encerramento do trimestre, na ausência do trânsito em julgado, sendo este no montante de R$182.524. O período de 10 anos consubstancia o montante máximo passível de devolução, a ser convalidado após análises complementares das decisões judiciais que serão emitidas e legislação em vigor quando do efetivo trânsito em julgado da ação.

Notas Explicativas

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				31/03/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1) (7)	2024	9,25%	U$$	164.700	4.737.799	4.902.499	5.622.673
(-) Custos de transação				-	(7.619)	(7.619)	(8.220)
(±) Recursos antecipados (2)				-	(12.397)	(12.397)	(13.356)
Dívida em moeda estrangeira				**164.700**	**4.717.783**	**4.882.483**	**5.601.097**
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás (3)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R$	3.247	1.572	4.819	5.647
Sonda (4)	2022	110,00% do CDI	R$	53.831	-	53.831	52.430
Dívida em moeda nacional				**57.078**	**1.572**	**58.650**	**58.077**
Total de empréstimos e financiamento				**221.778**	**4.719.355**	**4.941.133**	**5.659.174**
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2022	IPCA + 6,20%	R$	-	-	-	428.367
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R$	286.083	562.153	848.236	1.147.465
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3)	2024	CDI + 0,45%	R$	546.569	675.000	1.221.569	1.355.933
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R$	21.331	1.797.186	1.818.517	1.759.628
Debêntures - - 4ª emissão - 1ª série (5)	2022	TJLP+1,82%	R$	7.533	-	7.533	10.028
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (5)	2022	Selic + 1,82%	R$	3.293	-	3.293	4.376
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (5)	2022	TJLP + 1,82%	R$	7.706	-	7.706	10.597
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (5)	2022	Selic + 1,82%	R$	3.910	-	3.910	5.201
Debêntures - 7ª emissão - Série única (5)	2023	CDI + 1,50%	R$	20.060	20.000	40.060	40.049
Debêntures - 8ª emissão - Série única (5)	2031	IPCA + 5,27%	R$	6.091	993.134	999.225	986.446
(-) Deságio na emissão de debêntures (6)				-	(14.188)	(14.188)	(15.002)
(-) Custos de Transação				(3.022)	(24.276)	(27.298)	(28.299)
Total de debêntures				**899.554**	**4.009.009**	**4.908.563**	**5.704.789**
Total geral consolidado				**1.121.332**	**8.728.364**	**9.849.696**	**11.363.963**

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Controladora			
				31/03/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda	2021	110,00% do CDI	R$	53.830	-	53.830	52.430
Total de empréstimos e financiamentos				**53.830**	**-**	**53.830**	**52.430**

(1) Cemig Geração e Transmissão.
(2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
(3) Cemig Distribuição.
(4) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.
(5) Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás.
(6) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.
(7) Em agosto de 2021, a Cemig GT realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de U$500 milhões. Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Notas Explicativas

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de março de 2022, é garantido da seguinte forma:

	31/03/2022
Nota promissória, aval e fiança	5.730.395
Aval e Recebíveis	3.020.144
Recebíveis	27.030
Ações	53.830
Sem garantia	1.018.297
TOTAL	**9.849.696**

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas						
Dólar Norte-Americano	164.700	-	4.737.799	-	-	4.902.499
Total por moedas	**164.700**	**-**	**4.737.799**	**-**	**-**	**4.902.499**
Indexadores						
IPCA (1)	32.430	281.075	386.233	1.290.665	1.675.575	3.665.978
UFIR/RGR (2)	2.438	2.381	-	-	-	4.819
CDI (3)	438.833	613.830	270.000	-	-	1.322.663
URTJ/TJLP (4)	15.239	-	-	-	-	15.239
Total por indexadores	**488.940**	**897.286**	**656.233**	**1.290.665**	**1.675.575**	**5.008.699**
(-) Custos de transação	(2.749)	(3.362)	(7.473)	(4.361)	(16.972)	(34.917)
(±) Recursos antecipados	-	-	(12.397)	-	-	**(12.397)**
(-) Deságio	-	-	-	(7.094)	(7.094)	(14.188)
Total geral	**650.891**	**893.924**	**5.374.162**	**1.279.210**	**1.651.509**	**9.849.696**

Controladora	2022	Total
Indexadores		
CDI (3)	53.830	53.830
Total por indexadores	**53.830**	**53.830**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Variação % Acumulada em 31/03/2022	Variação % Acumulada em 31/03/2021	Indexador	Variação % Acumulada em 31/03/2022	Variação % Acumulada em 31/03/2021
Dólar Norte-Americano	(15,10)	9,63	IPCA	3,20	2,05
			CDI	2,39	0,48
			TJLP	14,29	(3,52)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.363.963**	**52.430**
Variação monetária	65.249	-
Variação cambial	(842.700)	-
Encargos financeiros provisionados	232.247	1.400
Amortização do custo de transação	1.600	-
Encargos financeiros pagos	(140.990)	-
Amortização de principal	(829.673)	-
Saldo em 31 de março de 2022	**9.849.696**	**53.830**

Encargos financeiros capitalizados

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	232.247	332.565
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato (1) (notas 17 e 21)	(8.524)	(6.538)
Efeito líquido no resultado	**223.723**	**326.027**

(1) A taxa média de capitalização foi de 10,18% a.a. em 31 de março de 2022 (7,50% a.a. em 31 de março de 2021).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - "*Covenants*"

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R$50 milhões ("*cross default*").

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas ("*Covenants*") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds Cemig GT (1)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (3)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures GASMIG (2)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	Anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (3)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0		Anual

(1) O Ebtida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebtida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

(2) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

(3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 30.

22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	28.084	28.198
Conta de desenvolvimento energético – CDE	103.795	109.618
Taxa de fiscalização da Aneel	2.552	2.526
Eficiência energética	254.027	237.426
Pesquisa e desenvolvimento	116.442	112.267
Pesquisa expansão sistema energético	4.071	4.377
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	8.154	8.759
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	12.736	16.623
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	8.646	5.374
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	251.837
CDE sobre P&D (1)	2.579	2.767
CDE sobre PEE	3.552	4.583
Outros	4.624	4.638
	575.603	**815.318**
Passivo circulante	**491.293**	**610.695**
Passivo não circulante	**84.310**	**204.623**

23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	**2.670.153**	**3.468.504**	**66.017**	**6.204.674**
Despesas reconhecidas no resultado	71.205	94.498	1.817	167.520
Contribuições pagas	(61.836)	(48.147)	(929)	(110.912)
Passivo líquido em 31 de março de 2022	**2.679.522**	**3.514.855**	**66.905**	**6.261.282**

			31/03/2022	31/12/2021
Passivo Circulante			**352.358**	**346.733**
Passivo Não Circulante			**5.908.924**	**5.857.941**

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	**498.434**	**220.585**	**5.047**	**724.066**
Despesa reconhecida no resultado	13.312	5.904	137	19.353
Contribuições pagas	(3.046)	(2.718)	(56)	(5.820)
Passivo líquido em 31 de março de 2022	**508.700**	**223.771**	**5.128**	**737.599**

			31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante			**27.348**	**26.917**
Passivo não circulante			**710.251**	**697.149**

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R$153.480 (R$106.683 em 31 de março de 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R$14.040 (R$18.376 em 31 de março de 2021).

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R$415.438 e R$59.495.

Em 2 de fevereiro de 2022 a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, em 11 de fevereiro de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R$356.538 (R$384.513 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de março de 2022, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R$533.708 (R$538.934 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R$348.435, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R$185.273. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da FORLUZ verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R$160.425, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia e suas controladas ficariam dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente à 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R$9.986 (R$6.783 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento, que se encontra em sua fase inicial, de postulação.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R$160.425, referente ao exercício de 2019. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em decorrência da ação ainda estar em fase de conhecimento, não havendo decisões de mérito. Além disso, houve o indeferimento da tutela de urgência requerida pela Forluz.

24. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2022
Trabalhistas	403.934	33.742	(7)	(24.554)	413.115
Cíveis					
Relações de consumo	32.235	8.176	-	(6.218)	34.193
Outras ações cíveis	38.548	3.019	(462)	(1.839)	39.266
	70.783	**11.195**	**(462)**	**(8.057)**	**73.459**
Tributárias	1.295.661	41.170	-	(8.924)	1.327.907
Regulatórias	47.842	1.367	-	(108)	49.101
Outras	70.752	5.085	(779)	(1.052)	74.006
Total	**1.888.972**	**92.559**	**(1.248)**	**(42.695)**	**1.937.588**

	Controladora				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2022
Trabalhistas	43.075	1.875	-	(629)	44.321
Cíveis				-	
Relações de consumo	1.220	402	-	(41)	1.581
Outras ações cíveis	2.421	1.180	-	-	3.601
	3.641	**1.582**	**-**	**(41)**	**5.182**
Tributárias	177.722	11.486	-	(2.380)	186.828
Regulatórias	11.166	300	-	-	11.466
Outras	1.391	-	(249)	-	1.142
Total	**236.995**	**15.243**	**(249)**	**(3.050)**	**248.939**

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da posição financeira da Companhia e de suas controladas.

As principais provisões e passivos contingentes são detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Notas Explicativas

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de aproximadamente R$1.534.773 (R$1.570.680 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$413.115 foram provisionados (R$403.934 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$179.683 (R$180.858 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$34.193 (R$32.235 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$479.176 (R$460.540 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$39.266 (R$38.548 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R$225.621 (R$212.312 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$25.415 (R$19.041 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Notas Explicativas

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R$88.721 (R$86.847 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$3.332 foram provisionados (R$3.432 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de aproximadamente R$1.462.520 (R$1.433.086 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$1.297.993 (R$1.272.036 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R$204.417 (R$199.430 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$1.166 (R$1.152 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$401.269 (R$385.244 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$49.101 (R$47.842 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R$57.503 (R$55.193 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R$436.322 (R$419.869 em 31 de dezembro de 2021) dos quais R$842 (R$810 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$420.072 (R$401.589 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$15.661 foram provisionados (R$14.749 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

Impostos e Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$121.834, que atualizado representa o valor de R$292.951 (R$290.198 em 31 de dezembro de 2021), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$305.898 (R$301.647 em 31 de dezembro de 2021) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R$123.709 (R$121.223 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R$242.702 (R$239.467 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$468.149 (R$453.924 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou cinco autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R$124.478 de principal, R$200.546 de multas e R$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de março de 2022, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R$148.924 (R$139.938 em 31 de dezembro de 2021). Em julho de 2021, a Gasmig protocolou uma ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais e o procedimento suspendeu os autos de infração acima.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R$61.390 (R$60.079 em 31 de dezembro de 2021), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, fundamentada na análise do atual entendimento dos tribunais brasileiros relativo à questão.

Notas Explicativas

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R$165.361 (R$161.780 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R$1.322.167 (R$1.269.402 em 31 de dezembro de 2021), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$452.359 (R$436.835 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Ineficiência na prestação de serviços

Ação civil pública ajuizada pelo MPMG contra a Companhia em razão da suposta ineficiência da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para os consumidores do município de Rio Vermelho. Considerando que a contestação da Companhia foi apresentada, aguarda-se o início da instrução probatória. O valor da contingência é de R$269.485 em 31 de março de 2022. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em razão da documentação recebida, bem como a natureza da ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$427.814 (R$413.375 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$127.606 (R$123.098 em 31 de dezembro de 2021).

Outros Passivos Contingentes

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$206.178 (R$198.144 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ("IDPJ") de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R$89.844 (R$86.256 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$8.466.810, representado por 566.036.634 ações ordinárias e 1.127.325.434 preferenciais, ambas com valor nominal de R$5,00.

Aumento de Capital

Considerando que em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas de lucro excederam o capital social em R$1.522.600, a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") aprovou, em 29 de abril de 2022, a proposta de aumento do capital social de R$8.466.810 para R$11.006.853, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, mediante a capitalização de R$2.540.043 provenientes da Reserva de Retenção de Lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão de 508.008.620 novas ações, ao valor nominal de R$5,00, sendo 169.810.990 e 338.197.630 de ações ordinárias e ações preferenciais, respectivamente, conforme Estatuto Social.

b) Lucro por ação

Em razão do aumento de capital em 29 de abril de 2021, com a emissão de 508.008.620 novas ações, sem uma correspondente entrada de recursos na Companhia, o lucro básico e o lucro diluído por ação estão apresentados, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021 (Reapresentado)
Ações ordinárias já capitalizadas	735.847.624	735.847.624
Ações em tesouraria	(102)	(102)
Total ações ordinárias	**735.847.522**	**735.847.522**
Ações preferenciais já capitalizadas	1.465.523.064	1.465.523.064
Ações em tesouraria	(846.062)	(846.062)
Total ações preferenciais	**1.464.677.002**	**1.464.677.022**
Total	**2.200.524.524**	**2.200.524.524**

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do período (A)	**1.455.189**	**422.032**
Total de ações (B)	2.200.524.523	2.200.524.523
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R$)	**0,66**	**0,20**

A opção de venda SAAG, emitida pela Cemig GT, descritas na nota explicativa nº 30, tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro (prejuízo) por ação nos períodos apresentados.

26. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecidas em bases mensais na medida em que ocorrem: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	8.304.056	6.951.837	314.449	-
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	859.444	836.735	-	-
CVA e outros componentes financeiros (c)	(700.107)	338.907	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização (1)	436.718	178.373	-	-
Receita de operação e manutenção (d)	83.787	89.162	-	-
Receita de construção de transmissão (d)	68.395	22.451	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 13)	191.945	157.255	-	-
Receita de construção de distribuição	440.565	329.309	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (e)	19.732	10.906	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (f)	131.595	124.560	-	-
Liquidação na CCEE (g)	(18.670)	107.045	10.438	-
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (h)	138.994	-	-	-
Fornecimento de gás	956.008	705.185	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(31.894)	(30.569)	-	-
Outras receitas operacionais (i)	501.358	412.862	109	91
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (j)	(3.534.478)	(3.123.277)	(38.441)	(8)
Receita operacional líquida	**7.847.448**	**7.110.741**	**286.555**	**83**

(1) Mais informações na nota explicativa nº 8 a.

Notas Explicativas

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

São receitas reconhecidas pela entrega de energia elétrica, com base nas tarifas especificadas nos termos contratuais, homologadas pelo órgão regulador, ou vigentes no mercado, à medida do faturamento. A receita referente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês é estimada com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período.

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R$	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Residencial	2.841.768	2.875.007	3.115.806	2.659.585
Industrial	4.158.420	3.801.715	1.393.200	1.210.151
Comércio, serviços e outros	2.276.420	2.105.940	1.743.177	1.320.731
Rural	545.936	844.374	489.779	534.815
Poder público	204.191	186.717	179.314	137.104
Iluminação pública	285.011	355.356	167.372	211.955
Serviço público	339.958	347.115	246.977	194.880
Subtotal	**10.651.704**	**10.516.224**	**7.335.625**	**6.269.221**
Consumo Próprio	9.854	8.560	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	77.884	5.794
	10.661.558	**10.524.784**	**7.413.509**	**6.275.015**
Suprimento a outras concessionárias (2)	3.155.649	2.716.110	866.323	750.541
Suprimento não faturado líquido	-	-	24.224	(73.719)
Total	**13.817.207**	**13.240.894**	**8.304.056**	**6.951.837**

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”), definida pelo órgão regulador. O total da energia transportada, em MWh está apresentado na tabela abaixo:

	MWh (1)	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Industrial	4.935.505	4.982.862
Comercial	433.917	366.150
Rural	11.986	9.787
Serviço Público	862	651
Concessionárias	63.562	72.117
Total	**5.445.832**	**5.431.567**

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

d) Receita de Concessão da Transmissão

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.
- Receitas de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de concessão de transmissão relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção, e são reconhecidas nos períodos em que os serviços são executados, mediante o faturamento da RAP.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: Corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Receita de construção e melhorias	68.395	22.451
Custo de construção e melhorias	(50.696)	(19.065)
Margem	17.699	3.386
Mark-up (%)	**34,91%**	**17,76%**
Receita de operação e manutenção	83.787	89.162
Custo de operação e manutenção	(68.554)	(67.100)
Margem	15.233	22.062
Mark-up (%)	**22,22%**	**32,88%**

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

f) Receita de atualização financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

g) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

No terceiro trimestre de 2021, parte dos contratos de compra de energia da controlada Cemig GT foram transferidos para a Companhia, iniciando o processo de segregação do negócio de comercialização, com o objetivo de possibilitar uma visão mais apurada dos resultados desse segmento de negócio. A segregação do negócio de comercialização não impacta a estratégia corporativa da Companhia, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes.

h) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

i) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Serviço taxado	4.294	3.982
Prestações de serviços	15.019	13.309
Subvenções – Baixa renda	72.360	65.246
Subvenções (1)	322.897	271.988
Aluguel e arrendamento	63.792	47.112
Outras	22.996	11.225
	501.358	**412.862**

(1) Inclui receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R$245.942 em 31 de março de 2022 (R$247.847 em 31 de março de 2021), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R$76.089 em 31 de março de 2022 (R$18.474 em 31 de março de 2021), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; a reversão de R$5.485, de janeiro a março de 2022, da receita reconhecida em dezembro de 2021 em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica; e a receita de subvenções vinculadas ao uso do sistema de transmissão no montante de R$6.351 em 31 de março de 2022 (R$5.667 em 31 de março de 2021).

j) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Tributos sobre a Receita				
ICMS	1.872.055	1.651.452	9.233	-
COFINS	664.046	612.850	23.998	7
PIS-PASEP	145.008	133.051	5.210	1
Outros	1.441	836	-	-
	2.682.550	**2.398.189**	**38.441**	**8**
Encargos do Consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	3.742	3.690	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	16.219	25.422	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	1.009.297	674.869	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	8.583	13.710	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	12.211	13.710	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	6.105	6.855	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	19.490	16.335	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	7.603	9.638	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	11.747	8.879	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	(251.821)	(48.020)	-	-
CDE sobre P&D	3.630	-	-	-
CDE sobre PEE	5.122	-	-	-
	851.928	**725.088**	**-**	**-**
	3.534.478	**3.123.277**	**38.441**	**8**

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Pessoal	303.567	307.454	7.009	6.301
Participação dos empregados e administradores no resultado	37.150	29.514	3.756	2.270
Obrigações pós-emprego (nota 23)	153.480	106.683	18.661	12.094
Materiais	20.253	20.850	6	8
Serviços de terceiros (a)	379.749	342.434	3.433	2.709
Energia elétrica comprada para revenda (b)	3.103.382	3.108.114	238.162	-
Depreciação e amortização (2)	283.909	238.431	394	451
Provisões e ajustes para perdas operacionais (c)	163.330	24.204	14.783	10.200
Encargos de uso da rede básica de transmissão	868.532	746.312	-	-
Gás comprado para revenda	563.781	387.525	-	-
Custos de construção da infraestrutura (d)	491.262	348.375	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (e)	30.577	77.000	(4.618)	7.087
	6.398.972	**5.736.896**	**281.586**	**41.120**

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R$157 no consolidado e R$6 na controladora (R$140 e R$2 em 31 de março de 2021).

Notas Explicativas

a) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	29.670	31.174	-	-
Comunicação	37.063	40.492	87	55
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	143.160	124.042	3	4
Conservação e limpeza de prédios	15.263	16.799	56	38
Mão de obra contratada	4.758	-	12	-
Fretes e passagens	319	-	58	-
Hospedagem e alimentação	2.764	-	7	-
Vigilância	3.959	3.157	-	-
Consultoria	4.731	9.276	1.020	1.590
Auditoria externa	3.745	-	860	-
Manutenção/conservação de móveis utensílios	2.117	-	-	-
Tecnologia da informação	44.070	25.261	887	325
Manutenção e conservação de veículos	625	-	-	-
Corte e religação	21.229	16.007	-	-
Meio ambiente	3.123	-	-	-
Serviços advocatícios	4.242	4.193	144	306
Custas processuais (recuperação de custos)	632	-	26	-
Poda de árvores	9.389	10.805	-	-
Limpeza de faixa	17.252	24.407	-	-
Reprografia e publicações legais (recuperação de custos)	3.990	2.832	27	11
Inspeção de unidades consumidoras	7.897	5.602	-	-
Outras despesas	19.751	28.387	246	380
	379.749	**342.434**	**3.433**	**2.709**

b) Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Energia de Itaipu Binacional	394.055	487.525	-	-
Contratos por cotas de garantia física	214.718	202.065	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	89.298	61.144	-	-
Energia de curto prazo	93.764	39.332	(220)	-
Proinfa	151.414	95.500	-	-
Contratos bilaterais	110.083	84.987	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	625.633	1.122.835	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	1.230.940	1.035.843	262.657	-
Geração distribuída	453.589	255.024	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(260.112)	(276.141)	(24.275)	-
	3.103.382	**3.108.114**	**238.162**	**-**

(1) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia. Para mais informações, ver nota explicativa nº 26 (g).

Notas Explicativas

c) Provisões (Reversões) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	43.092	43.153	-	-
Perdas estimadas (reversões) com outros créditos a receber (2)	1.500	(11.000)	(211)	-
	44.592	**32.153**	**(211)**	**-**
Provisão (reversão) para Contingências (3) (nota 25)				
Trabalhistas	33.735	21.605	1.875	8.155
Cíveis	10.733	9.955	1.582	253
Tributárias	41.170	(29.322)	11.486	2.264
Regulatórias	1.367	-	300	-
Outras	4.306	2.980	(249)	(472)
	91.311	**5.218**	**14.994**	**10.200**
	135.903	**37.371**	**14.783**	**10.200**
Ajustes para perdas				
Opção de venda SAAG (nota 31)	27.427	(13.167)	-	-
	27.427	**(13.167)**	**-**	**-**
	163.330	**24.204**	**14.783**	**10.200**

(1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.
(2) Refere-se, principalmente, a perda estimada com créditos de compartilhamento de infraestrutura (aluguel de postes).
(3) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.
(4) Representa as perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.

d) Custo de construção de infraestrutura

	Consolidado	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Pessoal e administradores	30.351	15.014
Materiais	281.455	181.036
Serviços de terceiros	157.508	130.039
Outros	21.948	22.286
	491.262	**348.375**

e) Outras despesas operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Arrendamentos e aluguéis (recuperação de custos)	2.110	1.608	1	3
Propaganda e publicidade	711	268	-	(12)
Consumo próprio de energia elétrica	6.279	48	-	-
Subvenções e doações	4.337	1.007	-	-
Concessão onerosa	959	792	-	-
Seguros	6.318	7.330	721	959
Anuidade CCEE	1.452	1.483	37	-
FORLUZ – custeio administrativo	8.024	7.552	401	373
Agentes arrecadadores	20.311	20.918	-	
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	1.168	11.804	-	
Obrigações derivadas de contratos de investimento	833	5.379	-	
Impostos e taxas	4.743	3.936	208	353
Outras despesas (receitas) (1)	(26.668)	14.875	(5.986)	5.411
	30.577	**77.000**	**(4.618)**	**7.087**

(1) No primeiro trimestre de 2022, a Companhia registrou recuperação de custos e despesas relacionados ao aumento do números de inspeções, cobranças de faturas de perdas e faturas com negativações, protestos e cortes de unidades inadimplentes.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	73.658	31.613	15.313	7.912
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	95.375	114.784	155	-
Variações cambiais de Itaipu	23.965	-	-	-
Variação Cambial Empréstimos	842.700	-	-	-
Variação monetária	17.215	6.693	3.598	1.042
Variação monetária – CVA	51.999	-	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	14.885	2.507	2.907	490
Rendas de antecipação de pagamento	469	-	-	-
PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras (1)	(24.426)	(15.838)	(13.407)	(8.566)
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	1.020	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	(375)	-	4.154	809
Outras receitas financeiras	13.560	14.656	1.669	1.563
	1.109.025	**154.415**	**15.409**	**3.250**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(223.723)	(326.027)	(1.400)	(266)
Amortização do custo de transação	(1.600)	(4.137)	-	(55)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos	-	(751.781)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	-	(16.963)	-	-
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(65.249)	(84.174)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(2.824)	(3.893)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(14.040)	(18.376)	(692)	(904)
Perdas com instrumentos financeiros - swap	(456.647)	(187.348)	-	(63)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir	-	(6.784)	-	-
Variação monetária de arrendamento	(6.285)	(6.332)	(65)	-
Despesas financeiras P&D e PEE	(7.313)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(17.181)	(13.820)	(38)	(527)
	(794.862)	**(1.419.635)**	**(2.195)**	**(1.815)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**314.163**	**(1.265.220)**	**13.214**	**1.435**

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
(2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	143.217	167.366	-	-	43.360	32.630	-	-
Não circulante								
Contas a receber - AFAC (2)	13.366	13.366	-	-	-	959	-	-
Coligada (3)								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	8.021	7.533	131.605	131.080	23.737	24.815	(364.919)	(411.740)
Ajuste para perdas (5)	-	-	170.685	161.648	-	-	-	-
Controlada em conjunto (3)								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	293	-	20.772	16.785	15.422	11.012	(53.865)	(46.027)
Prestação de serviços (6)	488	512	-	-	1.303	1.336	-	-
Contingências (7)	-	-	53.331	52.497	-	-	(833)	(5.379)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	977	983	38	-	(2.133)	(2.265)
Prestação de serviços (6)	287	211	-	-	259	-	-	-

Notas Explicativas

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Juros sobre capital próprio e dividendos	14.759	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	2.079	2.338	34.294	35.139	6.466	6.969	(80.685)	(80.621)
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	2.918	2.160	-	-	(8.472)	(6.461)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	4.258	3.153	-	-	(12.363)	(9.107)
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.657	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	570	570	618	62	1.147	1.392	(1.357)	(1.738)
Juros sobre capital próprio e dividendos	7.202	-	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	9.372	9.971	65	60	(33.742)	(27.075)
Prestação de serviços (6)	150	150	-	-	288	310	-	-
Hidrelétrica Itaocara								
Circulante								
Ajuste para perdas (8)	-	-	20.838	20.767	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (9)	-	-	77	62	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.532	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	279.188	81.027	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	960.533	1.707.323	-	-	41.775	37.441	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	188.269	351.162	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	187.835	180.635	-	-	(71.205)	(50.132)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (11)	-	-	-	-	-	-	(18.027)	(17.439)
Custeio administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(8.024)	(7.551)
Arrendamento operacional (13)	167.339	169.993	22.848	23.765	-	-	(7.536)	(7.219)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	2.491.687	2.489.518	-	-	-	-
Arrendamento operacional (13)	-	-	162.599	162.913	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	192.686	184.129	-	-	(96.315)	(64.290)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	3.389.074	3.350.392	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar é de R$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 31 de março de 2022, doze parcelas foram compensadas;

(2) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 10;

(3) Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 15);

Notas Explicativas

(4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
(5) Foi reconhecido um passivo a descoberto correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Madeira Energia S.A. em função de sentença no âmbito de processo arbitral (para maiores detalhes consultar nota explicativa nº 15);
(6) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
(7) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R$151 milhões (R$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R$53 milhões (R$52 milhões em 31 de dezembro de 2021);
(8) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 15);
(9) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
(10) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 23);
(11) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
(12) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(13) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig;
(14) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 23).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Cemig GT	-	-	799.947	799.947
Cemig D	-	-	1.027.849	916.961
Gasmig	-	-	24.563	350
Sete Lagoas Transmissora	-	-	5.121	-
Light	71.206	71.206	71.206	71.206
Aliança Geração	99.000	224.896	-	-
Taesa	31.873	31.873	31.873	31.873
Cemig Sim	-	-	3.653	230
Outras (1)	28.161	7.214	11	11
	230.240	**335.189**	**1.964.223**	**1.820.578**

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/03/2022	Vencimento
Norte Energia (NESA) (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.585.677	2042
Norte Energia S.A (NESA)/Light (2)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia S.A. (3)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	510.399	2037
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.147.841	2034
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Debêntures	77.436	2030
				5.004.968	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.
(2) Contragarantida emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.
(3) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 31 de março de 2022, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Cemig GT concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, e/ou deduzindo a rubrica de "Debêntures" no passivo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 93,91% em 31 de março de 2022 (96,25% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Remuneração	5.866	5.877
Participação nos resultados	2.436	1.303
Previdência privada	401	380
Planos de saúde e odontológico	53	54
Seguro de vida	8	-
Total	**8.764**	**7.614**

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, são como segue:

	Nível	31/03/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras	2	296.713	296.713	1.094.473	1.094.473
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	2	4.846.498	4.846.498	4.481.423	4.481.423
Fundos vinculados	2	29.697	29.697	19.195	19.195
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros da concessão - Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	1.449.547	1.449.547	2.147.548	2.147.548
Reembolso de subsídios tarifários	2	101.961	101.961	291.896	291.896
Subvenção baixa renda	2	47.801	47.801	46.540	46.540
Depósitos vinculados a litígios	2	1.195.649	1.195.649	1.155.169	1.155.169
Bonificação pela outorga – concessões de geração	3	2.850.967	2.850.967	2.792.201	2.792.201
		10.832.199	**10.832.199**	**12.041.811**	**12.041.811**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras		1.355.336	1.355.336	708.252	708.252
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	15.193	15.193	100.554	100.554
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	211.134	211.134	178.427	178.427
Letras financeiras – Bancos	2	642.821	642.821	704.364	704.364
		2.224.484	**2.224.484**	**1.691.597**	**1.691.597**
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	3	866.223	866.223	1.219.176	1.219.176
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	815.310	815.310	718.115	718.115
Indenizações a receber – geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		4.722.219	**4.722.219**	**4.445.090**	**4.445.090**
		15.554.418	**15.554.418**	**16.486.901**	**16.486.901**
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(9.849.696)	(9.849.696)	(11.363.963)	(11.363.963)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(356.538)	(356.538)	(384.513)	(384.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(532.901)	(532.901)	(538.934)	(538.934)
Concessões a pagar	3	(28.010)	(28.010)	(26.813)	(26.813)
Fornecedores	2	(2.242.655)	(2.242.655)	(2.683.343)	(2.683.343)
Operações de arrendamento mercantil	2	(231.195)	(231.195)	(244.023)	(244.023)
Passivos financeiros setoriais	3	(1.466)	(1.466)	(51.359)	(51.359)
		(13.242.461)	**(13.242.461)**	**(15.292.948)**	**(15.292.948)**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	(109.824)	(109.824)	(6.130)	(6.130)
Opções de venda (SAAG)	3	(663.719)	(663.719)	(636.292)	(636.292)
		(773.543)	**(773.543)**	**(642.422)**	**(642.422)**
		(14.016.004)	**(14.016.004)**	**(15.935.370)**	**(15.935.370)**

(1) Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. Os ativos de distribuição de gás equivalem ao custo de construção atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, conforme determina o contrato de concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 13.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa 13.2.

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo da opção Sonda. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de seu vencimento deduzido do valor justo das ações objeto da opção, estimado na mesma data, trazidos a valor presente para a data das informações contábeis intermediárias.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 131,33% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,20%, CDI + 0,79% a CDI + 4,67%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto das opções da Companhia são como segue:

Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Opções de venda – SAAG	663.719	636.292
	663.719	**636.292**

Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento"), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento ("Opções de Venda"), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton ("BSM").

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R$663.719, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos, e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**636.292**
Variação do valor justo	27.427
Saldo em 31 de março de 2022	**663.719**

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou, por meio do mecanismo contratual da Via Amigável, uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente de decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo.

A Administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap" e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					31/03/2022	31/12/2021
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US$1.000.000	-	1.018.638
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US$500.000	-	155.569
US$ variação cambial superiora R$5,0984	US$ variação cambial inferiora R$5,0984	03 de agosto de 2021	Balcão	US$600.000	-	23.700
					-	1.197.907

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de março de 2022, no montante de R$456.647 (R$187.348 em 31 de março de 2021), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações dos derivativos contratados inicialmente são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT. As contrapartes da NDF foram os Bancos Deutsche Bank, Bradesco, XP Inc. e Goldman Sachs.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Notas Explicativas

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 31/03/2022	Valor justo 31/03/2022	Valor conforme contrato 31/12/2021	Valor justo 31/12/2021
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US$500.000	738.740	473.785	873.095	706.401
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US$500.000	444.606	282.614	577.565	506.645
					1.183.346	**756.399**	**1.450.660**	**1.213.046**
Ativo não circulante							**866.223**	**1.219.176**
Passivo circulante							**(109.824)**	**(6.130)**

(1) Para a emissão original de US$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,25/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Em julho de 2021, a Cemig GT desmontou um total de US$500 milhões da emissão original do hedge. Para a emissão adicional de US$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,85/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R$ 5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024.Caso a relação USD/BRL permaneça,em dezembro de 2024, acima de R$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.

(2) Em milhares de dólares americanos (US$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes, que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de março de 2022 foi de R$756.399 (R$1.213.046 em 31 de dezembro de 2021), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de março de 2022, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R$1.183.346 em 31 de março de 2022 (R$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de março de 2023, seria afetado positivamente pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do exercício contábil, em R$225.061. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R$981.460, sendo R$1.067.169 referente à opção (call spread) e R$85.709 referentes ao swap.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem com o da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 31/03/2022	Cenário provável 31/03/2023	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	3.926.025	3.892.539	3.519.720	3.166.360
Swap ponta passiva	(4.063.495)	(3.978.248)	(4.075.614)	(4.170.008)
Opção/Call Spread	893.869	1.067.169	576.049	130.157
Instrumento derivativo de hedge	**756.399**	**981.460**	**20.155**	**(873.491)**

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, financiamentos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa. Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento está descrita no tópico "Operações de Swap" desta nota explicativa. Para a Cemig D, esse risco é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2022		31/12/2021	
	Moeda estrangeira	R$	Moeda estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	(1.034.763)	(4.902.499)	(1.007.557)	(5.622.673)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 19)	(63.723)	(301.909)	(59.335)	(331.118)
	(1.098.486)	**(5.204.408)**	**(1.066.892)**	**(5.953.791)**
Passivo Líquido Exposto		**(5.204.408)**		**(5.953.791)**

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2023 será uma valorização de 2,37% para o dólar norte-americano (R$4,85). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R$4,85	Cenário possível Dólar R$6,06	Cenário remoto Dólar R$7,28
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	4.902.499	5.018.599	6.270.662	7.533.073
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 19)	301.909	309.059	386.164	463.907
	5.204.408	**5.327.658**	**6.656.826**	**7.996.980**
Passivo líquido exposto	**5.204.408**	**5.327.658**	**6.656.826**	**7.996.980**
Efeito líquido da variação cambial		**123.250**	**1.452.418**	**2.792.572**

Ressalta-se que a Companhia contratou operação o de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico " Operações de Swap" desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 31 de março de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Notas Explicativas

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 5) – CDI	1.355.336	708.252
Títulos e valores mobiliários (nota 6) - CDI/Selic	1.165.861	2.077.818
Fundos vinculados – CDI	29.697	19.195
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	1.449.547	2.147.548
	4.000.441	**4.952.813**
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.322.663)	(1.457.989)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 21)	(15.239)	(20.625)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	(1.466)	(51.359)
	(1.339.368)	**(1.529.973)**
Ativo Líquido Exposto	**2.661.073**	**3.422.840**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 12,25% e a taxa TJLP será de 6,60% em 31 de março de 2023. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/03/2022	31/03/2023		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 12,25% TJLP 6,60%	Cenário possível Selic 9,19% TJLP 4,95%	Cenário remoto Selic 6,13% TJLP 3,30%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 5)	1.355.336	1.521.365	1.479.891	1.438.418
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.165.861	1.308.679	1.273.004	1.237.328
Fundos vinculados	29.697	33.335	32.426	31.517
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	1.449.547	1.627.117	1.582.760	1.538.404
	4.000.441	**4.490.496**	**4.368.081**	**4.245.667**
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.322.663)	(1.484.689)	(1.444.216)	(1.403.742)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 21)	(15.239)	(16.245)	(15.993)	(15.742)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	(1.466)	(1.563)	(1.539)	(1.514)
	(1.339.368)	**(1.502.497)**	**(1.461.748)**	**(1.420.998)**
Ativo exposto líquido	**2.661.073**	**2.987.999**	**2.906.333**	**2.824.669**
Efeito líquido da variação das taxas de juros		**326.926**	**245.260**	**163.596**

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de março de 2022, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexadas à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à redução da inflação	31/03/2022	31/12/2021
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	815.310	718.115
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (notas 10 e 29)	13.366	13.366
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	2.850.967	2.792.201
	3.679.643	**3.523.682**
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(3.665.978)	(4.321.906)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 23)	(356.538)	(384.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 23)	(532.901)	(538.934)
	(4.555.417)	**(5.245.353)**
Passivo líquido	**(875.774)**	**(1.721.671)**

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 5,90% e a taxa de IGPM será de 14,77% em 31 de março de 2023, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Risco - Alta da inflação	31/03/2022	31/03/2023		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,90% IGPM 14,77%	Cenário possível (25%) IPCA 7,38% IGPM 18,46%	Cenário remoto (50%) IPCA 8,85% IGPM 22,16%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	779.037	825.000	836.530	847.982
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGPM	36.273	41.631	42.969	44.311
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (notas 10 e 29)	13.366	15.340	15.833	16.328
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 13)	2.850.967	3.019.174	3.061.368	3.103.278
	3.679.643	**3.901.145**	**3.956.700**	**4.011.899**
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(3.665.978)	(3.882.271)	(3.936.527)	(3.990.417)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 23)	(356.538)	(377.574)	(382.851)	(388.092)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	(532.901)	(564.342)	(572.229)	(580.063)
	(4.555.417)	**(4.824.187)**	**(4.891.607)**	**(4.958.572)**
Passivo líquido	**(875.774)**	**(923.042)**	**(934.907)**	**(946.673)**
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		**(47.268)**	**(59.133)**	**(70.899)**

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

Notas Explicativas

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	59.916	372.184	1.283.996	9.549.635	911.395	12.177.126
Concessões a pagar	349	687	2.971	13.732	16.074	33.813
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 23)	14.262	28.603	131.750	228.350	-	402.965
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	6.278	12.687	58.332	338.510	467.738	883.545
	80.805	**414.161**	**1.477.049**	**10.130.227**	**1.395.207**	**13.497.449**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.986.604	256.728	-	-	-	2.243.332
	2.067.409	**670.889**	**1.477.049**	**10.130.227**	**1.395.207**	**15.740.781**

Notas Explicativas

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	61.458	-	-	61.458
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	702	1.408	6.485	11.237	-	19.832
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	309	624	2.870	16.655	23.013	43.471
	1.011	**2.032**	**70.813**	**27.892**	**23.013**	**124.761**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	83.849	104	-	-	-	83.953
	84.860	**2.136**	**70.813**	**27.892**	**23.013**	**208.714**

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 2022, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R$834.839.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

Notas Explicativas

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de "BBB" (bra), "brBBB" ou "Baa2"por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody´s ou Standard & Poor's,

2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R$5 bilhões e R$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R$2 bilhões e R$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R$800 milhões e R$2 bilhões	6%	5%	4%	-

1. O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
2. Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos "Risco federal", "A1" e "A2" deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

A Companhia somente permite aplicações em títulos de empresas não financeiras que possuam *rating* igual ou superior ao *rating* mais atualizado da CEMIG Holding divulgado pelas agências de classificação de riscos Fitch Rating, Moody's ou Standard & Poors.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid 19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1. (b).

Impactos da guerra na Ucrânia

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos da Guerra na Ucrânia encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1. (d).

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão celebrado por 30 anos, com o Ministério de Minas e Energia, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no período findo em 31 de março de 2022.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas ("covenants"), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Total do Passivo	30.394.764	32.584.043	3.456.143	3.163.043
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.409.372)	(825.208)	(124.386)	(26.692)
(-) Fundos vinculados	(29.697)	(19.195)	(4)	(7)
Passivo líquido	**28.955.695**	**31.739.640**	**3.331.753**	**3.136.344**
Total do patrimônio líquido	**20.672.628**	**19.461.765**	**20.666.993**	**19.456.411**
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	**1,40**	**1,63**	**0,16**	**0,16**

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro. A Companhia também atua no mercado de gás por meio de sua controlada Gasmig e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

A partir de 2021, as informações por segmentos passaram a ser elaboradas considerando 5 segmentos reportáveis, sendo:

Geração: compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas e eólicas.

Transmissão: compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.

Notas Explicativas

Comercialização: compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos. Conforme nota explicativa nº 25 (g), no terceiro trimestre de 2021, foi iniciado o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Cemig GT para a Controladora, mantendo a estratégia corporativa da Companhia, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes.

Distribuição: se refere à prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, que compreende a operação e manutenção da infraestrutura e serviços correlatos.

Participações: compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados das controladas Gasmig e Cemig Sim, por terem a sua gestão vinculada à Diretoria de Participações (Diretoria CemigPar).

A transferência da energia da atividade de geração para a comercialização consubstancia as transações inter segmentos, que consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia, utilizando como referência preços de mercado.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2022									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	**700.034**	**307.556**	**1.420.645**	**4.748.317**	**784.355**	**7.960.907**	**-**	**(113.459)**	**7.847.448**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	**(55.673)**	**(70)**	**(1.148.156)**	**(2.867.437)**	**(563.781)**	**(4.635.117)**	**-**	**99.422**	**(4.535.695)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(34.203)	(31.576)	(5.198)	(200.016)	(32.574)	(303.567)	-	-	(303.567)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(3.776)	(3.850)	(630)	(23.999)	(4.895)	(37.150)	-	-	(37.150)
Obrigações pós-emprego	(14.838)	(10.316)	(2.332)	(103.809)	(22.185)	(153.480)	-	-	(153.480)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(43.065)	(17.990)	(2.095)	(370.640)	(10.887)	(444.677)	-	14.098	(430.579)
Depreciação e amortização	(81.875)	(1)	(3)	(175.375)	(26.655)	(283.909)	-	-	(283.909)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(9.114)	(4.822)	(866)	(98.385)	(50.143)	(163.330)	-	-	(163.330)
Custos de construção da infraestrutura	-	(50.696)	-	(429.503)	(11.063)	(491.262)	-	-	(491.262)
Total do custo de operação	**(186.871)**	**(119.251)**	**(11.124)**	**(1.401.727)**	**(158.401)**	**(1.877.374)**	**-**	**14.098**	**(1.863.277)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(242.544)**	**(119.321)**	**(1.159.280)**	**(4.269.164)**	**(722.182)**	**(6.512.491)**	**-**	**113.520**	**(6.398.972)**
Resultado de equivalência patrimonial	56.475	-	-	-	127.953	184.428	-	-	184.428
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	**513.965**	**188.235**	**261.365**	**479.153**	**190.125**	**1.632.843**	**-**	**61**	**1.632.904**
Resultado financeiro	121.741	71.502	10.344	24.803	85.773	314.163	-	-	314.163
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**635.706**	**259.737**	**271.709**	**503.956**	**275.898**	**1.947.006**	**-**	**61**	**1.947.067**
Imposto de renda e contribuição social	(167.973)	(83.333)	(95.335)	(128.030)	(16.825)	(491.496)	-	-	(491.496)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**467.733**	**176.404**	**176.374**	**375.926**	**259.073**	**1.455.510**	**-**	**61**	**1.455.571**
Participação dos acionistas controladores	467.733	176.404	176.374	375.926	258.691	1.455.128	-	61	1.455.189
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	382	382	-	-	382

(1) As transações inter segmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.

Notas Explicativas

(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações);
(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2021									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações/ Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	**737.997**	**226.450**	**1.380.435**	**4.661.974**	**580.061**	**7.586.917**	**(374.384)**	**(101.792)**	**7.110.741**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	**(141.367)**	**(49)**	**(1.262.728)**	**(2.913.613)**	**(387.525)**	**(4.705.282)**	**374.384**	**88.947**	**(4.241.951)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(33.768)	(27.188)	(5.227)	(212.509)	(26.656)	(305.348)	-	(2.106)	(307.454)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(3.110)	(2.757)	(542)	(20.097)	(3.008)	(29.514)	-	-	(29.514)
Obrigações pós-emprego	(9.791)	(8.837)	(1.701)	(71.897)	(14.457)	(106.683)	-	-	(106.683)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(40.975)	(24.350)	(2.639)	(359.142)	(22.751)	(449.857)	-	9.573	(440.284)
Depreciação e amortização	(46.846)	(823)	(136)	(164.258)	(26.492)	(238.555)	-	124	(238.431)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(16.289)	(3.145)	584	(18.112)	7.504	(29.458)	-	5.254	(24.204)
Custos de construção da infraestrutura	-	(19.065)	-	(321.301)	(8.009)	(348.375)	-	-	(348.375)
Total do custo de operação	**(150.779)**	**(86.165)**	**(9.661)**	**(1.167.316)**	**(93.869)**	**(1.507.790)**	**-**	**12.845**	**(1.494.945)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(292.146)**	**(86.214)**	**(1.272.389)**	**(4.080.929)**	**(481.394)**	**(6.213.072)**	**374.384**	**101.792**	**(5.736.896)**
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	5.816	-	-	-	5.816	-	-	5.816
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	-	-	-	-	108.550	108.550	-	-	108.550
Resultado de equivalência patrimonial	62.645	-	-	-	56.042	118.687	-	-	118.687
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	**508.496**	**146.052**	**108.046**	**581.045**	**263.259**	**1.606.898**	**-**	**-**	**1.606.898**
Resultado financeiro	(432.234)	(217.394)	2.945	(39.455)	(579.082)	(1.265.220)	-	-	(1.265.220)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**76.262**	**(71.342)**	**110.991**	**541.590**	**(315.823)**	**341.678**	**-**	**-**	**341.678**
Imposto de renda e contribuição social	14.951	23.491	(35.307)	(149.439)	226.977	80.673	-	-	80.673
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	**91.213**	**(47.851)**	**75.684**	**392.151**	**(88.846)**	**422.351**	**-**	**-**	**422.351**
Participação dos acionistas controladores	**91.213**	**(47.851)**	**75.684**	**392.151**	**(89.165)**	**422.032**	**-**	**-**	**422.032**
Participação dos acionistas não-controladores	**-**	**-**	**-**	**-**	**319**	**319**	**-**	**-**	**319**

(1) As transações inter segmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.
(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações intra-segmentos entre as empresas consolidadas (eliminações).
(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021,a Cemig GT celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças ("instrumento") com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial ("Renova") e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R$60 milhões e o direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresenta valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do IFRS 5/CPC 31 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

Conclusão da transação de venda

Em 05 de maio de 2022, a Cemig GT concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R$ 60.000, com direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Companhia está concluindo a apuração dos efeitos contábeis dessa transação, que serão reconhecidos em maio de 2022.

Recuperação judicial - Renova

Em 31 de março de 2022, a Renova possui capital circulante líquido negativo de R$98.552, prejuízos acumulados de R$4.029.606, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$721.426 e prejuízo de R$66.106 no período findo naquela data.

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo ("Grupo Renova").

Notas Explicativas

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial e as transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não produziram nenhum impacto financeiro adicional em suas informações contábeis intermediárias e não afetam o plano de venda da participação societária na investida.

Os principais eventos ocorridos no âmbito da recuperação judicial da Renova estão descritos a seguir:

- Em 25 de outubro de 2019, a Companhia firmou contratos de mútuo na modalidade "*debtor-in-possession*" (DIP) no valor total de R$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos foram garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, no valor aproximado de R$60 milhões. Em 30 de junho de 2020 foi reconhecida a perda no valor recuperável do empréstimo concedido, no valor de R$37,4 milhões. No âmbito do instrumento de compra e venda de ações da Renova, a Cemig GT assumiu a obrigação de não execução de valores sob este contrato de mútuo pós-concursal até a alienação da UPI SF 120, companhia que detém o projeto Mina de Ouro.
- Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.
- Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC) e homologados pelo juízo da recuperação no mesmo dia.
- Em 06 de maio de 2021 e 23 de agosto de 2021 foram homologados o 1º e o 2º aumento de capital social da Renova, correspondentes à capitalização de créditos, nos termos dos planos de recuperação judicial, não acompanhados pela Cemig GT, que também não solicitou a conversão de seus créditos em capital.Em 11 de novembro de 2021 foi encerrado o 3º aumento de capital da Renova (3ª Janela), onde o agregado dos créditos não foi superior aos R$15 milhões, previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em razão desses eventos, a participação da Cemig GT na investida, que era de 36,23% em 31 de março de 2021, passou para 13,80% em 31 de dezembro de 2021.
- Em 24 de novembro de 2021, foi homologado o processo competitivo da UPI Enerbrás, declarando como vencedora a Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura,por meio de sua controlada da V2i Energia S.A, pelo valor de R$265,8 milhões, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão.

- Em 1º de dezembro de 2021, foi concluída a venda da totalidade da participação da Renova na UPI Brasil PCH, nos termos previstos no Edital e no Plano de Recuperação do Grupo Renova, para os demais acionistas da Brasil PCH S.A. (BSB Energética S.A e Eletroriver S.A), que exerceram o seu direito de preferência em observância ao Acordo de Acionistas. Os recursos recebidos com a transação, no montante de R$1.100.000, foram utilizados, principalmente, na liquidação antecipada do empréstimo na modalidade DIP contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participação S.A. e coobrigados da Renova e da Renova Participações S.A. junto à Quadra Gestão de Recursos S.A..
- Em 27 de janeiro de 2022, a Renova aceitou a proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A., mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW, incluindo o direito de earn-out, caso a implantação nas áreas compreendidas no Projeto seja superior a esta capacidade. A transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a realização de um processo competitivo para a alienação da UPI Cordilheira dos Ventos, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial, cabendo à AES a condição de primeiro proponente (“Stalking Horse”) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição. Em 15 de março de 2022, esse processo foi homologado pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, declarando como vencedora a AES GF1 HOLDING S.A., pelo montante de R$42 milhões.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R$8.524 no período findo em 31 de março de 2022 (R$6.538 em 31 de março de 2021);
- Adições nos arrendamentos no montante de R$197 em 31 de março de 2022 (R$1.488 em 31 de março de 2021).

34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apuraram os atos da gestão da Cemig. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração pelo período de 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, prazo este prorrogado por mais 60 dias em 26 de outubro de 2021.

Por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de inexigibilidade de licitação, que foram atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Adicionalmente, no que tange aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A expectativa da Companhia é de que os procedimentos estejam concluídos no segundo trimestre de 2022.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Ainda não se tem conhecimento de potenciais indiciamentos que poderão ocorrer em virtude dos resultados apontados pela CPI.

A Companhia reafirma que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio da Companhia e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Adesão à Conta de Escassez Hídrica

Em 03 de maio de 2022 a Aneel fixou os valores dos recursos da Conta de Escassez Hídrica referentes aos montantes solicitados pelas concessionárias por meio do Termo de Aceitação às Disposições do Decreto N° 10.939, de 2022, nos termos da ReN n° 1.008/2022.

A Cemig D solicitou o teto dos recursos do primeiro repasse, nos termos do referido Decreto, referentes ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo, bem como da importação de energia autorizada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) para os meses de julho e agosto de 2021, totalizando R$190.658, recebidos em 09 de maio de 2022.

Também foi solicitado o acesso pleno aos recursos a serem disponibilizados pela Conta Escassez Hídrica referentes aos custos relacionados ao Saldo da Conta Centralizada dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022 e sua homologação se dará em até cinco dias após a publicação do Despacho que fixar os respectivos valores. O repasse da receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, cujos custos serão cobertos pela Conta de Escassez Hídrica, se dará por decisão da Aneel, com base nos valores apurados e liquidados pela CCEE.

As distribuidoras que aderiram ao referido decreto renunciaram a: (i) requerer a suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica, em razão da eventual diminuição do consumo verificada até dezembro de 2022; (ii) distribuir valores superiores a 25% sobre o lucro líquido ajustado pelas Reservas Legal e de Contingências, a título de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de inadimplemento de obrigações intrassetorial; e (iii) ao direito de discutir, em âmbito judicial ou arbitral, as condições estabelecidas no Decreto.

A REN 1.008/2022 estabelece que os valores transferidos a cada distribuidora serão revertidos como componente financeiro negativo até os processos tarifários de 2024, devidamente atualizados pela Taxa SELIC e assegurada a neutralidade.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2022

Em 18 de abril de 2022, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2022), com período de adesão de 02 a 20 de maio de 2022, sendo elegíveis todos os empregados da Companhia, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

Até a data da conclusão dessas informações contábeis intermediárias, um total de 120 empegados da Companhia haviam efetuado a desão ao programa.

Contrato de compra e venda de ações para aquisição de SPEs detentoras de UFVs

Em 07 de abril de 2022, a Cemig Sim celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças para aquisição de 49% de participação societária em 6 Sociedades de Propósitos Específicos, detidas pela G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. e pela Apolo Empreendimentos e Energia Ltda, pelo montante integral estimado de R$37.166, sujeito aos mecanismos de ajuste de preço estabelecidos no Contrato. As Sociedades de Propósito Específico são detentoras de 6 usinas fotovoltaicas na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, totalizando 18,5MWp de potência, conforme abaixo:

Notas Explicativas

	Usina	Potência (MWp)	Valor estimado da operação
G2 OLARIA 1 ENERGIA S.A.	Olaria 1	3,25MWp	6.529
G2 OLARIA 2 ENERGIA S/A,	Olaria 2	3,25MWp	6.529
G2 CAMPO LINDO 1 ENERGIA S.A.	Campo Lindo 1	3,25MWp	6.529
G2 CAMPO LINDO 2 ENERGIA S.A.,	Campo Lindo 2	3,25MWp	6.529
APOLO 1 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A, e	Apolo 1	2,75MWp	5.525
APOLO 2 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A,	Apolo 2	2,75MWp	5.525
Total		18,5MWp	37.166

Localizadas em Lavras-MG, as usinas encontram-se em plena operação e, em conjunto, atenderão cerca 1.800 clientes do mercado residencial, comercial e industrial de baixa tensão, com redução da emissão de 1.700 toneladas de CO2/ano.

As operações decorrem do exercício de opções de compra de ações outorgadas à Cemig Sim por meio dos respectivos Termos e Princípios da Operação, do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas - Term Sheet, celebrados em novembro de 2020. O fechamento da operação e a consumação da compra e venda das ações de cada uma das SPEs está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Notas Explicativas

Conclusão da revisão tarifária do serviço de distribuição de gás natural canalizado

Em 28 de abril de 2022, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais – SEDE MG ("SEDE"), órgão estadual responsável pela regulação e homologação das tarifas do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado, publicou a conclusão da revisão tarifária do serviço de distribuição de gás natural canalizado, com os seguintes efeitos, aprovados por meio da Resolução SEDE nº 21: taxa de custo de capital de 8,71% a.a.; receita requerida para o ciclo 2022-2026, margem média de R$0,6626m^3, índice de reposicionamento tarifário ordinário médio de -10,05% sobre as margens vigentes desde fevereiro de 2022 e a nova estrutura tarifária para os fornecimentos realizados pela Gasmig.

Seus efeitos são retroativos a fevereiro de 2022 e as diferenças das margens aprovadas em relação às margens vigentes serão captadas pela conta compensatória entre 1º de fevereiro de 2022 e a homologação do reajuste tarifário com as margens aprovadas pela referida Resolução.

* * * * * * * * * * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor de Geração e Transmissão

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-1SP/242.451-O4

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de março de 2022, reuniu-se 4 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei e conforme Estatuto Social da Cemig cabe ao Conselho de Administração, dentre outros:

- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação da Estratégia de Longo Prazo, do Plano de Negócios Plurianual e do Orçamento anual, bem como suas alterações e revisões.

Qualificação

O Conselho de Administração é integrado por 9 (nove) membros efetivos, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

Conforme Estatuto Social da Cemig, são atribuições do Comitê de Auditoria, dentre outras:

- supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das informações contábeis intermediárias;
- avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

- gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social;
- autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- a Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso por escrito, correspondência eletrônica ou outro meio digital com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2022, até o dia 31/03, foram realizadas 4 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.
- Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

a) aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,

b) a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Conforme Estatuto Social, competem ao Conselho Fiscal as atribuições fixadas na legislação aplicável, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Qualificação e remuneração

A remuneração global ou individual dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação aplicável.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos

Como processo integrante das práticas de governança corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos permite administrar propriamente os riscos dos objetivos de negócios, permitindo influenciar e alinhar estratégia e performance em todas as áreas da empresa.

Desde 2016 a atividade de gestão de riscos corporativos está subordinada à Presidência. Ainda, em 2019, foi criada a Diretoria Adjunta de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos, unificando em uma mesma administração os processos de gestão de riscos corporativos e de controles internos. Esse movimento reforça a intenção de aumentar a sinergia entre esses processos e a independência entre os demais, de forma a fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa.

Nesse sentido, foi aprovada, em 2021, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a Matriz de Riscos Corporativos – Top Risks e de Riscos de Compliance vigente para os exercícios de 2021/2022, abrangendo os negócios Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização, Geração Distribuída, Holding bem como riscos comuns aos negócios.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores da Companhia, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda em 2019, foi contratada consultoria especializada para apoiar a companhia na revisão da Matriz de Riscos e Controles Internos bem como o acompanhamento periódico de execução dos controles, suficiência, análise de falhas e apoio na elaboração e execução dos planos de remediação.

Matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente e o desenho dos controles são testados e monitorados pela Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos. A Auditoria Interna, por sua vez, monitora de forma independente as práticas de controles internos por meio de testes sobre a efetividade da operação dos controles. A conclusão dessas avaliações é apresentada à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Os controles internos oferecem garantia razoável de que erros e fraudes que possam impactar o desempenho sejam identificados, combatidos e prevenidos, buscando:

- Eficácia e eficiência das operações.
- Confiabilidade dos relatórios financeiros e não financeiros.
- Conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Como parte da Matriz de Riscos e Controles Internos da Cemig, estão os controles vinculados à mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do "Public Company Accounting Oversight Board" - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F. A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, sendo arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Aprovada pelo Conselho de Administração da Cemig em 11 de maio de 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (http://ri.cemig.com.br) visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação. O documento foi atualizado em 2018 e em 2019 para cumprir as leis nº 12.486/2013 e nº 13.303/2016. Anualmente, a Companhia fornece treinamento sobre a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional a todos os empregados.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig foi criada em 12 de agosto de 2004 com objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão da "Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional" (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código de Ética da Cemig.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos da "Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional" da Cemig.

Canal de Denúncias Anônimas

Em 13 de dezembro de 2006, a Cemig implantou o Canal de Denúncias Anônimas, disponível na intranet corporativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Por este Canal, a Comissão de Ética recebe consultas e denúncias anônimas, que podem instrumentalizar a Cemig na detecção de práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Esse canal representa mais um passo da Cemig em direção a melhorar a transparência, atendimento à legislação e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. A implementação deste instrumento possibilita melhoria dos controles internos e difusão da cultura ética aos nossos empregados em prol da conformidade do nosso negócio.

Política Anti-Fraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou de corrupção, em todas as suas formas. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

Desse modo, em 2012, a Cemig consolidou sua Política Anti-fraude sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados.A política ressalta o compromisso da Empresa com os princípios do Pacto Global referentes ao tema, principalmente o princípio de número dez, que trata do combate a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/04/2022

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
Outras Entidades do Estado	30.021	-	22.420.560	1,53	22.450.581	1,02
FIA Dinâmica Energia S/A	199.360.626	27,09	122.469.954	8,36	321.830.580	14,62
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
BlackRock	-	-	160.323.463	10,94	160.323.463	7,28
Outros						
No País	60.148.300	8,18	480.053.102	32,75	540.201.402	24,53
No Exterior	19.269.591	2,62	680.238.900	46,42	699.508.491	31,78
Total	**735.847.624**	**100,00**	**1.465.523.064**	**100,00**	**2.201.370.688**	**100,00**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/04/2022

	Janeiro a Março/2022	
	ON	PN
Controlador	375.031.302	17.085
Outras entidades do Estado	30.021	22.420.560
Conselho de Administração	-	111.276
Diretoria Executiva	17.806	29.107
Ações em tesouraria	102	846.062
Ações em circulação (*free float*)	360.768.393	1.442.098.974
TOTAL	**735.847.624**	**1.465.523.064**

Relações com Investidores

No ano de 2019, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos em abril de 2021, pelo 26º ano consecutivo, o nosso tradicional “Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais”, onde os profissionais do mercado tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia. Em 2021, o evento foi realizado na modalidade virtual, devido a pandemia da Covid-19.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

Nossas ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE. Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na Bolsa de Valores de Madri (LATIBEX) desde 2002.

Dentre os aprimoramentos incorporados no Estatuto Social desde Assembleia Geral ocorrida após 11 de junho de 2018, cabe destacar:

- redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e com o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal;
- política de Elegibilidade e Avaliação para indicação de membro de Conselho de Administração e de Diretoria Executiva em empresas controladas e coligadas;
- política de Transações com Partes Relacionadas;
- formal designação para o Conselho de Administração assegurar a implementação e supervisão dos sistemas de risco e de controles internos da Companhia;
- a critério da Diretoria Executiva, ampliação dos comitês técnicos, compostos por técnicos de carreira da Companhia, com capacidade decisória em matérias específicas;
- o Diretor-Presidente passa a conduzir diretamente as atividades de compliance e de gestão de riscos corporativos;
- maior ênfase nas funções de controle da Companhia: auditoria interna, compliance e gestão de riscos corporativos;
- adoção de câmara de arbitragem para resolução de conflitos eventualmente existentes entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Reapresentação do resultado por ação

Conforme mencionado na nota explicativa 25, em decorrência do aumento no número de ações em função da capitalização de reservas, a Companhia ajustou o resultado por ação e as respectivas notas explicativas correspondentes ao período de 3 meses findo em 31 de março de 2021, como previsto na NBC TG 41 – Resultado por Ação (IAS33 – Earnings per share). Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da Renova Energia S.A. e da Madeira Energia S.A.

Conforme descrito na nota explicativa 32 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A., classificada como um ativo não circulante mantido para venda na data base 31 de março de 2022, encontra-se em processo de recuperação judicial desde 2020. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 15 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Madeira Energia S.A. apresenta capital circulante líquido negativo, além de existirem circunstâncias que demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou dos seus outros acionistas, havendo ainda circunstâncias específicas em que estão previstas obrigações dos sócios estabelecidas em acordos de acionistas. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A. e da Madeira Energia S.A.. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 15 e 34 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e em determinadas investidas, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia e desses outros acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está

ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 13 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

.